

Relatório de *Exercício* 2017



GESTÃO 2017-2019

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Relatório de
Exercício
2017



GESTÃO 2017-2019

BELÉM

APRESENTAÇÃO



balanço do exercício de 2017 da gestão que me foi confiada, registra que, não obstante as dificuldades econômicas e sociais no País, continuamos promovendo os avanços necessários ao atendimento da crescente demanda judicial num Estado de dimensões continentais. São ações e procedimentos que compõem este Relatório, demonstrando que estamos fazendo o dever de casa e superando a redução dos recursos com o incremento das receitas próprias, ao mesmo tempo em que se racionaliza os custos e se potencializa as disponibilidades orçamentárias e financeiras, priorizando as metas a serem alcançadas.

Rumos e objetivos têm observado rigorosamente o norte estabelecido para a nossa gestão, simbolizado pela bússola orientada para uma prestação jurisdicional com a qualidade e presteza à altura da expectativa da sociedade, objetivando assim retribuir, cada vez mais e melhor, os impostos com que mantém as Instituições e é nosso dever prestar. São realizações somente possíveis com a decisiva participação de magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário, aos quais expresso reconhecimento e gratidão. Esse relatório é uma evidência de que a tarefa vem sendo cumprida com o mesmo denodo necessário a esta missão.

No início do quarto ano, de um total de seis do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário no Pará, entre 2015 e 2020, os números mostram avanços significativos nas áreas essenciais. Cumprimos

60% das metas estabelecidas nos 11 macrodesafios que o Poder Judiciário se impôs, buscando a constante melhoria na qualidade da prestação jurisdicional: o número de pessoas atendidas por ações de cidadania aumentou 147%; foi reduzida em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento de processos nas unidades judiciais, abaixo da média nacional; o índice de atendimento à demanda aumentou cinco pontos percentuais.

Também foi imprimida maior celeridade no julgamento de ações de improbidade e de crimes contra a administração pública; os cidadãos tiveram ampliado o acesso aos métodos alternativos de solução de conflitos. São resultados, entre os tantos, que demonstram o empenho de desembargadores, juízes, setores e assessoramento e apoio logístico, comprometidos em assegurar o cumprimento da missão do Judiciário no Estado, em sua tão nobre quanto espinhosa missão de promover a Justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional como forma de consagrar a cidadania e, assim, fortalecer o Estado Democrático de Direito.

Cumprimos mais de 90% da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, que se refere à produtividade e julgamento pelos Tribunais de mais processos do que os distribuídos. No quadro das metas nacionais, estabelecidas pelo CNJ, vale destacar, no âmbito do Estado, o cumprimento de mais de 80% da Meta 8 de 2017, que trata do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, promovendo programas



RICARDO LIMA

de prevenção, esforço concentrado para julgar ações relacionadas ao tema, com a instituição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Risco e eficazes parcerias institucionais.

Estamos completando o primeiro ano de mandato empenhados nas novas ações do nosso Plano de Gestão 2017-2019. Nelas se destacam o continuado incremento de arrecadação de receita própria do Judiciário; formação de magistrados e quadros administrativos em gestão e liderança; na capacitação de quadros e definição de competências para as Varas Agrárias; ampliação dos projetos de itinerância para a resolução de conflitos; esforços concentrados sobre presos provisórios e sistema penitenciário; capacitação nos precedentes judiciais e demandas repetitivas, reguladas pelo novo Código de Processo Civil.

A boa performance do Judiciário do Pará é atestada pelos rigorosos critérios do “Justiça em Números”, relatório do CNJ que faz o diagnóstico da realidade e desempenho dos Tribunais brasileiros. O TJPA desponta como o 4º melhor índice de

produtividade entre os tribunais de médio porte, conforme o Índice de Produtividade Comparado da Justiça (IPC-Jus). Temos também o 4º maior Índice de Produtividade por Servidores (IPS), melhoramos o Índice de Produtividade de Magistrados, podendo comemorar a 3ª menor taxa de congestionamento e o maior índice de atendimento à demanda entre os Tribunais de médio porte do País.

A confiabilidade e a transparência dos dados produzidos, a partir da realidade dos serviços jurisdicionais prestados pelo Judiciário no Estado, distinguiram o TJPA, pela quarta vez consecutiva, com o Selo Ouro do Justiça em Números. Um precioso reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça aos Tribunais que, como o nosso, investem permanentemente na excelência da produtividade e na qualidade de seus dados estatísticos, contemplando a transparência pública e a melhoria da gestão judiciária que nos compete. Um troféu valioso, refletindo os esforços das sucessivas gestões e que temos a honra de continuar.

Des. Ricardo Ferreira Nunes

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

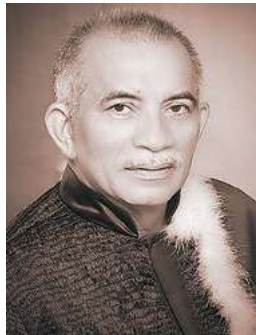
DESEMBARGADORES



Des. Ricardo Ferreira
Nunes
PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des. Leonardo
de Noronha Tavares
VICE-PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des. José Maria
Teixeira do Rosário
CORREGEDOR
DA REGIÃO
METROPOLITANA



Desª. Vania Valente do
Couto Fortes Bitar Cunha
CORREGEDORA DO
INTERIOR



Des. Milton Augusto
de Brito Nobre



Des. Rômulo José
Ferreira Nunes



Desª. Luzia Nadja
Guimarães Nascimento



Des. Raimundo
Holanda Reis



Desª. Vânia Lúcia
Carvalho da Silveira



Des. Constantino
Augusto Guerreiro



Desª. Maria de Nazaré
Silva Gouveia dos Santos



Desª. Marneide Trindade
Pereira Merabet



Desª. Célia Regina
de Lima Pinheiro



Desª. Maria de Nazaré
Saavedra Guimarães



Des. Leonam Gondim
da Cruz Júnior



Des^a. Diracy
Nunes Alves



Des. Ronaldo
Marques Valle



Des^a. Gleide
Pereira de Moura



Des^a. Maria Edwiges
Miranda Lobato



Des^a. Maria do Céu
Maciel Coutinho



Des. Roberto
Gonçalves de Moura



Des^a. Vera Araújo
de Souza



Des^a. Maria Filomena
de Almeida Buarque



Des^a. Edinéa
Oliveira Tavares



Des. Luiz Gonzaga
da Costa Neto



Des. Mairton Marques
Carneiro



Des^a. Elvina Gemaque
Taveira



Des^a. Ezilda
Pastana Mutran



Des^a. Rosileide Maria
da Costa Cunha



Des^a. Nadja Nara
Cobra Medra

ÍNDICE

Parte I

Planejamento & Gestão

FINANÇAS	14
Redução de gastos e incremento de receitas mantêm equilíbrio das contas	
TRIBUTO	20
Custas pela internet reduzem tempo e aceleram tramitação	
NÚMEROS	23
Selo Ouro premia esforço do TJPA para dar transparência a seus atos	
RESULTADOS	24
Judiciário cumpriu mais de 60% das metas do planejamento estratégico	
PRIORIDADES	28
Treze ações do Plano de Gestão já foram concluídas no exercício	
METAS NACIONAIS	36
TJPA cumpre mais de 90% da meta de produtividade	
ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS	44
Justiça em Números confirma boa performance do Judiciário no Pará	
INTEGRAÇÃO	52
Convênios, acordos e contratos firmam parcerias para a promoção social	
CONVOCAÇÕES	56
Judiciário efetivou 188 novos servidores e seis magistrados	
ATENÇÃO INTEGRAL	60
Estratégia de saúde se fundamenta na prevenção	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	66
GT estrutura programa de entrega voluntária de crianças para adoção	
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	70
Núcleos especializados melhoram a gestão dos precedentes judiciais	
SISTEMA PENITENCIÁRIO	72
Mais de 8 mil processos de presos provisórios foram apreciados em 2017	
MANUALIZE LEGAL	78
Manuais de procedimentos fortalecem o controle interno e reduzem os riscos no TJPA	
PLANO	84
Visitas técnicas integram e fortalecem Judiciário	

Parte II

5 Serviço Jurisdicional

PROTEÇÃO	90
Combate à violência contra as mulheres ganha as ruas	
CONSCIENTIZAÇÃO	99
Corações e mentes pela dignidade das mulheres	
ITINERÂNCIA	100
Judiciário fez 2,5 mil atendimentos em nove municípios do Marajó	
CONFLITOS	111
Cejuscs fizeram 27 mutirões e fecharam 6,7 mil acordos	
PACIFICAÇÃO	114
Casa de Justiça e Cidadania fez mais de dois mil atendimentos	
CONCILIAÇÕES	116
Semana Nacional registrou 3,6 mil acordos e R\$ 10 milhões negociados	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	124
Projeto amplia rede de proteção a crianças e adolescentes em Belém	
DÍVIDA PÚBLICA	127
Conciliações pagam mais de 12,4 milhões de precatórios	
SUPORTE	129
Magistrados contam com central de apoio e comunicação interna	
INTERESSE COLETIVO	130
Debates sobre direitos humanos reuniram mais de 3 mil pessoas	
PRIORIDADE	134
Selos vão identificar processos de atentados a direitos humanos	
APOIO	136
Vice-Presidência cuida da dinâmica processual no âmbito do 2º grau	
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	140
Projetos e resoluções legitimaram ajustes ao novo CPC e à expansão	
1º GRAU	142
Comitê Único cuidou de lotação paradigma e orçamento público	
TERRA	144
Função social norteia ações da Ouvidoria Agrária do TJPA	

Parte III

Boas Práticas

PROJETOS	148
TJPA institucionaliza boas práticas para estimular ações inovadoras	
ARQUIVO VIVO	154
Projeto disponibiliza acervo judicial para pesquisas acadêmicas	
RECICLAR DIREITO	156
Mudança de cultura no Judiciário busca economia e sustentabilidade	
FISCALIZE LEGAL	159
Rodas de conversa reforçam controle da gestão operacional	
PROJETO RENOVAR	160
Reorganização e padronização de rotinas dão celeridade à tramitação processual nas Varas	
SOLUÇÃO DE CONFLITOS	163
Grupo de trabalho elabora programa de aplicação da Justiça Restaurativa no Pará	

Parte IV

Infraestrutura

FROTA	168
Distribuição de veículos garante prioridade ao 1º grau e ao interior	
OBRAS	176
Investimentos melhoram a estrutura de atendimento ao público	

Parte V

Tecnologia

FIBRA ÓPTICA	188
Interligação acelera transmissão de dados na capital e no interior	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	199
Guias <i>online</i> facilitam acesso e incrementam arrecadação.....	
PROTOCOLO	200
Inovações aceleram a expedição de documentos	
SHAREPOINT	202
Software melhora a eficiência do acesso a documentos do TJPA	

Parte VI

Institucional

INTERAÇÃO	206
Audioguia incorpora tecnologia às visitas monitoradas	
POLÍTICA NACIONAL	210
Judiciário terá Comarca Modelo e programa de segurança em 2018	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	215
Cursos qualificam para a adoção e ao apadrinhamento de crianças	
DESCARTE CONSCIENTE	220
Escolas garantem a coleta de materiais de difícil reciclagem	
TRANSPARÊNCIA	224
Ouvidoria é o elo entre Judiciário e sociedade	
NOVAS BASES	226
Convênio que garante trabalho a detentas no TJPA é renovado	
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	232
Inovações melhoram controle de processos submetidos à sistemática dos recursos repetitivos	
FORMAÇÃO	236
ESM capacitou mais de 2,4 mil alunos em 2017	
AGENDA	244
Viagens do Presidente deram prioridade ao interior do Estado	
MÍDIAS	248
Crescimento de seguidores do TJPA nas redes sociais foi de 21 % no período de um ano	
CERIMONIAL	252
Concurso literário e visitas guiadas foram algumas novidades do exercício	

FINANÇAS	
Redução de gastos e incremento de receitas mantém equilíbrio das contas	14
TRIBUTO	
Custas pela internet reduzem tempo e aceleram tramitação	20
NÚMEROS	
Selo Ouro premia esforço do TJPA para dar transparência a seus atos	23
RESULTADOS	
Judiciário cumpriu mais de 60% das metas do planejamento estratégico	24
PRIORIDADES	
Treze ações do Plano de Gestão já foram concluídas no exercício	28
METAS NACIONAIS	
TJPA cumpre mais de 90% da meta de produtividade	36
ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS	
Justiça em Números confirma boa performance do Judiciário no Pará	44
INTEGRAÇÃO	
Convênios, acordos e contratos firmam parcerias para a promoção social	52
CONVOCAÇÕES	
Judiciário efetivou 188 novos servidores e seis magistrados	56
ATENÇÃO INTEGRAL	
Estratégia de saúde se fundamenta na prevenção	60
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
GT estrutura programa de entrega voluntária de crianças para adoção	66
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	
Núcleos especializados melhoram a gestão dos precedentes judiciais	70
SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Mais de 8 mil processos de presos provisórios foram apreciados em 2017	72
MANUALIZE LEGAL	
Manuais de procedimentos fortalecem o controle interno e reduzem os riscos no TJPA	78
PLANO	
Visitas técnicas integram e fortalecem Judiciário	84

Parte I

Planejamento & Gestão

FINANÇAS

Redução de gastos e incremento de receitas mantêm equilíbrio das contas

A perda de mais de R\$ 34 milhões em relação a 2016 se deu pela redução de repasses de outras fontes



Poder Judiciário do Pará registrou perda de R\$ 34.047.153,31 (trinta e quatro milhões, quarenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e um centavos) relacionada a receitas recebidas e arrecadadas, no exercício de 2017, em relação ao anterior. O total arrecadado no exercício foi de R\$ 1.045.981.260,71 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta reais e setenta e um centavos), englobando todas as fontes de recursos. Em 2016, a arrecadação foi de R\$ 1.080.028.414,02 (um bilhão, oitenta milhões, vinte e oito mil, quatrocentos e catorze reais e dois centavos) a preços de 2017. A queda de arrecadação equivale a 3,15% em relação ao exercício anterior.

São quatro as principais fontes de receitas do Poder Judiciário: Recursos Ordinários – Repasse da Quota Estadual, Receita Patrimonial – Outros Poderes, Recursos Provenientes de Transferências – Convênios e Recursos Próprios do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado. No quadro ao lado, as receitas orçamentárias do exercício de 2017 podem ser cotejadas com as arrecadadas em 2016.



CONTENÇÃO DE DESPESAS E FISCALIZAÇÃO PERMITIRAM QUE O JUDICIÁRIO ENFRENTASSE A QUEDA DE RECURSOS E MANTIVESSE O EQUILÍBRIO.

Em reais (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Fonte	2016	2017	Acresc % Anual 17/16
Recursos Ordinários - Repasse Quota Estadual	0101	909.595.371,60	881.872.509,71	- 3,05
Receita Patrimonial - Outros Poderes	0112	26.792.394,86	18.021.556,04	- 32,74
Recursos Provenientes de Transferências - Convênios	0106	168.441,21	-	- 100,00
Recursos Próprios do FRJ	0118, '0101	143.472.206,34	146.087.194,96	1,82
RECEITA TOTAL - TODAS AS FONTES DE RECURSOS		1.080.028.414,02	1.045.981.260,71	- 3,15

FONTE: SIAFEM / TJPA

Nota: 2017 – receita realizada - dados provisórios (posição em 09.01.2018)

2016 – receita realizada atualizada – valores corrigidos a preços de 2017 pelo IPCA

Judiciário tem duas unidades gestoras de receita

Para uma análise mais acurada, considerando-se que a execução orçamentária do Poder Judiciário tem duas unidades gestoras, detalhamos o ingresso dessas receitas por unidade e a preços de 2017

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 destinou ao Poder Judiciário do Estado 9,76% da Receita Líquida Resultante de Impostos (receita bruta menos transferências aos municípios e gastos obrigatórios com educação e saúde) - (RRI), como Repasse do Tesouro Estadual. Esses recursos são destinados tanto ao financiamento do TJPA - 9,69% como da Justiça Militar do

Estado no percentual de 0,07%.

As principais fontes de recursos da Unidade Gestora (UG) 04101 são os recursos ordinários repassados pelo Tesouro Estadual e a receita patrimonial apurada sobre esses recursos. Abaixo temos um comparativo das receitas da citada Unidade Gestora durante os exercícios de 2016 e 2017.

Unidade Gestora 04101/TJPA - Em reais (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Fonte	2016	2017	Acresc % Anual 17/16
RECURSOS ORDINÁRIOS		909.595.371,60	881.872.509,71	- 3,05
Repasse da Quota Estadual + Imposto Renda Retido Fonte	0101	909.595.371,60	881.872.509,71	- 3,05
RECEITA PATRIMONIAL		11.842.909,65	6.566.763,38	- 44,55
Remuneração de Depósitos Bancários	0112	11.842.909,65	6.566.763,38	- 44,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		168.441,21	-	- 100,00
Transferências de Convênios	0106	168.441,21	-	- 100,00
TOTAL GERAL DA UG 040101 - TJE		921.606.722,46	888.439.273,09	- 3,60

FONTE: SIAFEM / TJPA

Nota: 2017 – receita realizada - dados provisórios (posição em 09.01.2018)
2016 – receita realizada atualizada – valores corrigidos a preços de 2017 pelo IPCA

No exercício de 2016, os valores repassados e arrecadados na UG 04101, incluindo todas as fontes de recursos, totalizaram R\$ 921.606.722,46 (novecentos e vinte e um milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos).

Em 2017 foram repassados e arrecadados R\$ 888.439.273,09 (oitocentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e três reais e nove centavos)

Isso significa uma variação negativa de 3,60% em relação ao mesmo período de 2016.

No que tange aos recursos ordinários, ou seja, exclusivamente o Repasse do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Pará, que corresponde a 9,69% da RRI, excluindo-se o percentual da Justiça Militar do Estado, verifica-se queda de 3,05%, durante o exercício de 2017, quando comparado com o mesmo período de 2016. Em valores, a perda é de R\$ 27.722.861,89 (vinte e sete milhões, setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos).

A queda do Fundo de Participação dos Estados foi fator determinante para a redução desse repasse ao TJPA.

A queda mais acentuada foi a da Receita Patrimo-

nia, de 44,55%, em consequência da redução da Taxa Selic, determinada pelo Banco Central do Brasil, que veio caindo progressivamente em 2017 e encerrou o ano em 7%, além do decréscimo do montante aplicado decorrente da redução dos repasses do Tesouro Estadual, o que representou uma perda em valores de R\$ 5.276.146,27 (cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos) nesta Unidade Gestora.

Com relação às receitas transferidas mediante convênio, cabe registrar que, no exercício de 2016, o TJPA manteve o convênio de nº 006/2010, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, recebendo recursos que eram repassados aos apenados do regime semiaberto e aberto. O convênio não foi renovado em 2017 por falta de interesse da conveniada.

Para o exercício de 2017 houve, também, previsão do ingresso de R\$ 22.413.570,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e treze mil e quinhentos e setenta reais), referentes a convênio para a construção do novo Fórum de Altamira e do Fórum da Comarca de Vitória do Xingu, firmados com a Norte Energia S/A. Os recursos não ingressaram, pois a execução só ocorrerá no exercício de 2018, pela própria conveniada.

Fundo de Reaparelhamento teve aumento de receita

O Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário foi criado pela Lei Complementar nº 21, de 21 de fevereiro de 1994, tendo como principais objetivos a promoção e fortalecimento do Poder Judiciário, através da permanente adequação e manutenção de sua estrutura organizacional e funcional, expansão e melhoria dos serviços judiciários no Estado, com prioridade para o programa de instalação e manutenção de Comarcas do Interior e Juizados Especiais, a reestrutura e modernização dos processos funcionais e dos recursos tecnológicos, qualificação do seu quadro funcional, construção, ampliação, reforma e conservação de prédios próprios do Poder Judiciário e de imóveis objeto de comodato, bem como de outras despesas correntes e de capital.

RECEITA TRIBUTÁRIA

As principais fontes de receita do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário são a Taxa Judiciária, as Custas e as Despesas Processuais previstas da Lei de Custas, a Taxa de Fiscalização incidente sobre a receita dos cartórios extrajudiciais, os valores auferidos pela Alienação dos Selos de Segurança e o produto resultante pela alienação de bens móveis, imóveis e inservíveis, dentre outros.

O recolhimento da Taxa Judiciária, das custas e despesas processuais, no exercício de 2017, arrecadou o montante de R\$ 67.040.360,27 (sessenta e sete milhões, quarenta mil, trezentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), o que representa um aumento de 9,93% quando comparados aos R\$ 60.983.582,56

(sessenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) arrecadados e atualizados no ano de 2016.

Analisando o comportamento desta receita tributária, constatou-se que o incremento em sua arrecadação ocorreu, principalmente, pela atualização monetária de 7,39% na tabela de custas judiciais, em decorrência de normativo legal, da implantação do parcelamento das custas judiciais e a disponibilização na internet de emissão dos boletos para pagamento das custas intermediárias.

Este mesmo comportamento também foi observado quanto à arrecadação da Taxa de Fiscalização devida pelos cartórios extrajudiciais que, em 2016, arrecadou R\$ 36.104.615,16 (trinta e seis milhões, cento e quatro mil, seiscentos e quinze reais e dezesseis centavos), e, em 2017, R\$ 40.632.047,65 (quarenta milhões, seiscentos e trinta e dois reais, quarenta e sete reais e oitenta e sessenta e cinco centavos). O aumento foi de 12,54%. Alavancaram essa arrecadação a atualização monetária de 7,39% na tabela de emolumentos, a implantação de novos instrumentos de fiscalização, a contenção da inflação e o início da recuperação da economia.

Em 2017, a arrecadação de todas as receitas tributárias alcançou o volume de R\$ 107.672.407,92 (cento e sete milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos), contra R\$ 97.088.197,71 (noventa e sete milhões, oitenta e oito mil, cento e noventa e sete reais e setenta e um centavos) de 2016, alcançando assim um incremento de 10,90%.

Em reais (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Fonte	2016	2017	Acresc % Anual 17/16
RECEITA TRIBUTÁRIA		97.088.197,71	107.672.407,92	10,90
Taxas		97.088.197,71	107.672.407,92	10,90
Taxas pela Prestação de Serviços		97.088.197,71	107.672.407,92	10,90
Emolumentos e Custas Judiciais	0118	60.983.582,56	67.040.360,27	9,93
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0118	36.104.615,16	40.632.047,65	12,54

Nota: 2017 – receita realizada - dados provisórios (posição em 09.01.2018)
2016 – receita realizada atualizada – valores corrigidos a preços de 2017 pelo IPCA

FONTES: SIAFEM / TJPA

Receitas com aluguéis crescem 22,30%

A receita patrimonial do FRJ conta com duas principais fontes de arrecadação: os aluguéis das cessões de espaços físicos do TJPA, explorados para fins comerciais, e os rendimentos de aplicação sobre os valores dos depósitos judiciais e demais receitas do FRJ.

As receitas com aluguel aumentaram em 22,30%, no exercício de 2017, em consequência do processo licitatório para concessão administrativa onerosa de uso de espaço físico destinado exclusivamente à instalação de Postos de Atendimento Bancário nos seguintes prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Edifício Sede; Fórum Cível da Capital; Fórum Criminal da Capital; Prédio do Fórum da Comarca de Ananindeua; Prédio do Fórum da Comarca de Santarém; Prédio do Fórum da Comarca de Marabá e Prédio do Fórum da Comarca de Redenção, que passou a gerar uma receita de 40 mil reais ao mês a partir de agosto de 2016.

Houve, também, novo processo licitatório para concessão do espaço destinado ao funcionamento do restaurante no Prédio Sede do Tribunal, repercutindo os efeitos financeiros a partir de outubro de 2016.

Além disso, contribui para o aumento dessa receita o reajuste anual previsto nos citados contratos, que tem como fator de atualização o IGP-M.

APLICAÇÕES

Houve queda nas receitas provenientes de aplicações financeiras depois que o Banco Central do Brasil S/A adotou, a partir de outubro do ano passado, a política de redução da Taxa Selic, após um longo período em que os juros ficaram estabilizados em 14% ao ano. Ao fim do exercício de 2017, a Selic fechou em 7%, gerando em consequência queda na arrecadação desta receita.

O Tribunal de Justiça auferir a remuneração sobre os depósitos judiciais proveniente de previsão legislativa na Lei Estadual nº 6.750/2005, na Lei Estadual nº 8.312/2015 e no Decreto Municipal nº 86.791/2016. Referida receita sofre influência direta do montante de depósitos judiciais que o TJPA mantém sob guarda e da Taxa Selic, bem como o rendimento referente à aplicação sobre todos os recursos do FRJ (fonte 112).

No exercício de 2017 houve a convergência de dois fatores de forma negativa: a redução do montante de recursos aplicados – montante de depósitos e demais receitas do FRJ - e a redução da Taxa Selic, o que gerou uma queda de 23,06% nos rendimentos de todos os depósitos bancários, se considerarmos o mesmo período no exercício de 2016, o que acarretou uma perda de receita no montante de R\$ 12.577.932,14 (doze milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e trinta e dois reais e quatorze centavos).

Em reais (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Fonte	2016	2017	Acresc % Anual 17/16
RECEITA PATRIMONIAL		54.998.275,51	42.522.423,13	- 22,68
Receitas Imobiliárias		457.697,45	559.777,21	22,30
Aluguéis	0118	457.697,45	559.777,21	22,30
Remuneração de Depósitos Bancários		54.540.578,06	41.962.645,92	- 23,06
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0118	20.829.233,49	16.598.774,36	- 20,31
Repasse Rendimento Deposito Judiciário	0101	18.761.859,36	13.909.078,90	- 25,87
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0112	14.949.485,21	11.454.792,66	- 23,38

Nota: 2017 – receita realizada - dados provisórios (posição em 09.01.2018)

2016 – receita realizada atualizada – valores corrigidos a preços de 2017 pelo IPCA

FONTE: SIAFEM/ TJPA

Retomada da atividade econômica incrementou os selos de segurança

As receitas de serviços têm como principal fonte de recursos a venda de Selos de Segurança utilizados na certificação dos documentos expedidos pelos cartórios extrajudiciais, o que representou um incremento de 30,19% no ano, em comparação ao mesmo período de 2016, tendo como principal fator o início da reto-

mada da atividade econômica. Em 2016 foi arrecadado o valor de R\$ 4.859.052,11 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cinquenta e dois reais e onze centavos) e em 2017 R\$ 6.371.159,53 (seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos).

Em reais (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	Fonte	2016	2017	Acresc % Anual 17/16
RECEITA DE SERVIÇOS		5.091.693,52	6.371.159,53	25,13
Serviços de Metrologia e Certificação		4.859.052,11	6.371.159,53	31,12
Certificação de Produtos e Serviços	0118	4.859.052,11	6.371.159,53	31,12

Nota: 2017 – receita realizada - dados provisórios (posição em 09.01.2018)

2016 – receita realizada atualizada – valores corrigidos a preços de 2017 pelo IPCA

FONTE: SIAFEM/ TJPA

Fiscalização e contenção de despesas garantem equilíbrio

A contenção das despesas, aliada aos instrumentos de fiscalização, permitiram que, ao final do ano de 2017, o Poder Judiciário mantivesse o equilíbrio orçamentário e financeiro, registrando aumento real nas receitas tributárias e de serviços próprios, que

são as principais receitas do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, e queda nas receitas transferidas e patrimonial, que estão fora da governabilidade do Judiciário, dependentes da política econômica sob a governança da União Federal.

TRIBUTO

Custas pela internet reduzem tempo e aceleram tramitação

*Operadores de direito podem emitir guias
de pagamento no Portal do TJPA*



emissão de custas intermediárias pela internet simplifica o pagamento desses tributos ao possibilitar que operadores de Direito emitam as guias no Portal Externo do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Isso evita que eles sejam obri-

gados a ir às unidades de arrecadação, reduz o tempo dos atos processuais e garante celeridade à tramitação. Liberadas do atendimento presencial, as unidades de arrecadação podem se concentrar nos cálculos complexos e de custas finais.

Parcelamento e redução percentual são regulamentados

O Tribunal de Justiça do Pará regulamentou a concessão de redução percentual e o parcelamento de custas processuais, estabelecendo parâmetros quanto ao número máximo de parcelas, em sintonia com o esforço coletivo empreendido por todos os brasileiros, no momento em que o País enfrenta a atual crise econômica e a possibilidade de parcelamento das custas certamente será de grande auxílio aos jurisdicionados. A redução percentual e o parcelamento de custas judiciais já são previstos, respectivamente, nos parágrafos 5º e 6º, do artigo 98 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. No âmbito do Poder Judiciário paraense, foram regulamentados por meio da Portaria Conjunta nº 03/2017.

Fiscalizações virtuais ampliam controle da arrecadação

As fiscalizações feitas pelos agentes de arrecadação em meio virtual são mais uma inovação que o avanço da tecnologia da informação possibilita. Autorizadas pelo Provimento Conjunto 18/2017, as fiscalizações virtuais aperfeiçoam e modernizam o controle das custas processuais, feito a partir de análises nos sistemas de controle processual - Libra, PJE e PROJUDI. Também otimizam procedimentos e ampliam o número de unidades judiciárias sob controle do agente de arrecadação.



TJPA PERMITE A REDUÇÃO PERCENTUAL E O PARCELAMENTO DE CUSTAS, CUJAS GUIAS DE PAGAMENTO PODEM SER EMITIDAS NO PORTAL.



RICARDO LIMA

Os Desembargadores Ricardo Ferreira Nunes e Leonardo Tavares, respectivamente Presidente e Vice do TJPA, e os corregedores da Região Metropolitana de Belém e do Interior, respectivamente, o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e a Desembargadora Vania Fortes Bitar, com o Selo Ouro do Justiça em Números concedido ao TJPA, em Brasília

Equipes das secretarias de Planejamento, Coordenação e Finanças, de Gestão de Pessoas e Informática, do Núcleo Socioambiental do TJPA e da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais celebram a conquista do Selo Ouro do Justiça em Números, pela quarta vez consecutiva

DIVULGAÇÃO



O SELO OURO É O RECONHECIMENTO AOS TRIBUNAIS QUE INVESTEM NA EXCELÊNCIA DA PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE SEUS DADOS.

NÚMEROS

Selo Ouro premia esforço do TJPA para dar transparência a seus atos

Uso de dados estatísticos no planejamento é um dos critérios usados pelo CNJ



criação do Núcleo Socioambiental e a implementação do Plano de Logística Sustentável, o nível de informatização, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico, a gestão participativa e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação foram critérios decisivos para que o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) conquistasse, pela quarta vez consecutiva, o Selo Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Categoria Ouro.

A premiação foi concedida durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, em 20 de novembro de 2017.

Nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, o Selo Justiça em Números é concedido aos tribunais pelo CNJ para incentivar o aprimoramento do sistema de estatísticas e da produção de dados do Poder Judiciário. É o reconhecimento aos tribunais que investem na excelência da produção e disseminação de seus dados, promovendo a transparência pública e a

melhoria da gestão judiciária.

A Categoria Ouro no Selo Justiça em Números representa o esforço e empenho de todos os que fazem o Tribunal de Justiça do Pará cumprir o que recomenda o CNJ e ir além: realizar uma prestação jurisdicional de excelência, cada vez mais voltada aos interesses dos cidadãos.

Como novidade, este ano, o fornecimento de informações passou a ser obrigatório conforme o previsto na Portaria CNJ nº 46/2017.

Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), também são avaliados, para a concessão do selo, outros itens, entre os quais a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ nº 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

RESULTADOS

Judiciário cumpriu mais de 60% das metas do planejamento estratégico

Aumenta o número de beneficiados por ações de cidadania e diminui o congestionamento processual



mais de 60% das metas previstas no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado para o período de seis anos, entre 2015-2020, já foram cumpridas, coroando os esforços da administração, magistrados e servidores no alcance dos resultados. A aferição dos 21 indicadores demonstra o alcance de 62% das metas propostas no ano base de 2016.

O Planejamento Estratégico do TJPA 2015-2020 está alinhado às orientações do Conselho Nacional de Justiça e foi aprovado, por meio da Resolução nº 28/2014-GP, com base na metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*, que permite acompanhamento de resultados por meio do monitoramento de indicadores e metas de desempenho em todos os níveis.

A 1ª Revisão de Meio Termo ocorreu no final de 2016 e foi consolidada por meio da Resolução nº 35/2016. São 11 macrodesafios que apontam caminhos institucionais para que o Judiciário do Pará alcance seus objetivos e ações estratégicas, divididas por perspectivas de resultado para a sociedade, processos internos e recursos.

Cabe destacar que no ano de 2016, segundo ano do Plano, dos 11 macrodesafios somente 1 não tinha

metas, qual seja: Impulso às execuções fiscais e cíveis.

Algumas das metas alcançadas:

> **Pessoas beneficiadas com ações de cidadania:** a meta era aumentar em 2% o número de pessoas beneficiadas. Houve um incremento de 147% no número de atendimentos, em relação ao ano anterior. Em 2016 foram atendidas 30.559 pessoas.

> **Taxa de Congestionamento processual do Poder Judiciário:** a meta era reduzir em 2 pontos percentuais (pp) a taxa de congestionamento. A taxa de congestionamento média Nacional da Justiça Estadual em 2014 foi de 74,2% e a taxa do TJPA em 2016 foi de 69,5%. A meta proposta foi alcançada com a redução de -4,7 pp na referida taxa

> **Índice de atendimento à demanda:** a meta era aumentar em 5 pp a taxa de atendimento à demanda. A média nacional da justiça estadual em 2014 foi de 99% e no TJPA em 2016, tal índice ficou em 141%, uma redução no congestionamento de 42 pp



ÉRIKA NUNES

O atendimento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) cresceu 996%, para uma meta estabelecida em 4%

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

NA DIREÇÃO DO APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA NO PARÁ
GESTÃO 2017-2019

Primeira revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020, aprovada pela Resolução nº 18/17/JPA, de 14 dezembro de 2016

1.1 Garantia dos direitos da cidadania

- Fortalecimento de ações de justiça itinerante.
- Aperfeiçoamento da gestão de ações coletivas.
- Priorização do atendimento ao idoso em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e mineiros.

Missão

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

2.1. Celeridade e produtividade na prestação judicial

- Implementação da gestão do processo judicial eletrônico.
- Fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição.
- Aperfeiçoamento da estrutura judiciária.
- Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciais.

2.2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa

- Gestão de unidades judiciais e de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.

2.3. Adoção de soluções alternativas de conflitos

- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos.

2.4. Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

- Fortalecimento de mecanismos para efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.

2.5. Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas

- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal.
- Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis.

2.6. Aprimoramento da gestão da justiça criminal

- Fortalecimento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis.
- Fortalecimento da justiça restaurativa.
- Promoção de ações de ressocialização dos apenados.
- Aprimoramento da aplicação dos institutos penais.

Visão de futuro

Ser reconhecida pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social.

3.1. Melhorar a gestão de pessoas

- Implementação da gestão por competências.
- Padronização de lotação de pessoal.
- Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores.
- Implantação da Escola Judiciária.
- Implementação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida.

3.2. Aperfeiçoamento da gestão de custos

- Implantação de sistemática de gestão de custos.
- Gestão compartilhada da aquisição de bens e serviços.

3.3. Instituição da governança judiciária

- Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros.
- Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário.
- Gestão do planejamento estratégico.
- Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA.
- Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais.
- Otimização da gestão da informação.
- Aprimoramento da comunicação interna e externa.
- Fortalecimento das relações interinstitucionais.
- Fortalecimento de práticas sustentáveis.

3.4. Melhorar a infraestrutura e governança de TIC

- Modernização da infraestrutura de TIC.
- Gestão do sistema de informação.
- Aprimoramento da segurança da informação.
- Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação.

Valores

- Acessibilidade
- Credibilidade
- Proximidade
- Transparência
- Responsabilidade socioambiental
- Humanização no atendimento
- Eficiência
- Ética
- Participação

DIRETRIZ PRINCIPAL: PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

1 MACRODESAFIO PERANTE A SOCIEDADE

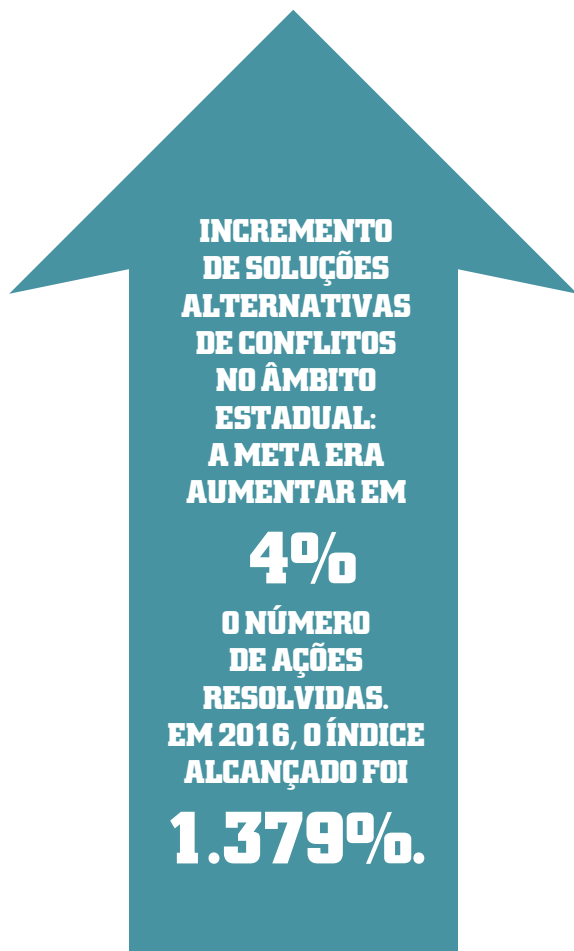
2 MACRODESAFIOS EM PROCESSOS INTERNOS

3 MACRODESAFIOS EM RECURSOS

Síntese dos macrodesafios e iniciativas que norteiam o Planejamento Estratégico do Judiciário

“ SÃO 11 MACRODESAFIOS QUE APONTAM CAMINHOS INSTITUCIONAIS PARA QUE O JUDICIÁRIO DO PARÁ ALCANCE SEUS OBJETIVOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS. ”

> **Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública:** a meta era aumentar em 10 p.p o número de sentenças de ações de improbidade administrativa e contra a administração pública, cuja distribuição se deu até 5 anos do período de referência. Em 2014 foram julgados 37% das ações e em 2016, 59%, o que resultou em um aumento de 22 p.p nos julgamentos deste tipo de ação.



> **Incremento do número de soluções alternativas de conflitos no âmbito estadual:** a meta era aumentar em 4% o número de ações resolvidas. Em 2016, 4.969 ações foram resolvidas. O índice alcançado foi de 1.379% em relação ao ano de 2014, quando foram solucionadas 336 ações

> **Crescimento dos atendimentos no Cejusc:** a meta era aumentar em 4% o número de atendimentos, que cresceu 996%, por causa dos mutirões no 1º e

2º semestres de 2016, em Parauapebas, nas Varas de Família, Casa de Justiça e Cidadania e Faculdade Metropolitana da Amazônia (Famaz). Também foi instalado em Ananindeua o 7º Cejusc, no prédio da Escola Superior Madre Celeste (Esmac), resultando no crescimento de 26% no número de acordos pré-processuais homologados, que passou de 2.602, em 2014, para 3.272, em 2016.

> **Taxa de Congestionamento das Ações de Execução de Penas Privativas de Liberdade:** a meta era reduzir em 2 p.p a taxa, que ficou em -15 p.p. Destaca-se que o percentual em 2015 era de 94% e em 2016 é de 79%.

> **Índice de Eficiência Operacional:** a meta era reduzir em 1% as despesas com os processos baixados. A meta foi alcançada com a redução de -40%, visto que a despesa por processo baixado em 2015 foi de R\$ 4.037,28 e em 2016 de R\$ 2.434,44.

> **Índice de execução do orçamento estratégico:** a meta era executar em pelo menos 80% do valor destinado às iniciativas estratégicas, por ano. O TJPA destinou R\$ 108.383.841 (cento e oito milhões trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais) para a execução de ações estratégicas nos seguintes programas: Atuação Jurisdicional, Governança Institucional, Infraestrutura e Gestão de TIC. Houve execução de R\$ 89.906.523 (oitenta e nove milhões novecentos e seis mil e quinhentos e vinte e três reais) o que representa uma execução de 83%, ou seja, 3% acima da meta estabelecida

> **Índice de execução do Plano Estratégico:** a meta era implementar pelo menos 80%, anualmente, das ações programadas no Plano Estratégico. No exercício 2016 houve a conclusão de 54 ações das 63 previstas no Plano 2015-2017, o que demonstra uma execução de 86% do Plano.

> **Índice da disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação:** a meta era atingir a disponibilidade de 95% e o percentual alcançado foi de 99%. Os sistemas ficaram disponíveis por 520.701 minutos e a indisponibilidade foi de apenas 5.259 minutos.

O balanço dos indicadores

INDICADORES	META %	RESULTADO %
Pessoas beneficiadas com ações de cidadania	aumentar em 2% o número de pessoas beneficiadas	incremento de 147% no número de atendimentos
Taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário	reduzir em 2 pontos percentuais (p.p)	redução de 4,7 p.p na referida taxa
Índice de atendimento à demanda	aumentar em 5 p.p	aumento de 42 p.p
Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública	aumentar em 10 p.p o número de sentenças	aumento de 22 p.p
Incremento do número de soluções alternativas de conflitos no âmbito estadual	aumentar em 4% o número de ações resolvidas	Incremento de 1.379%
Crescimento dos atendimentos nos Cejuscs	aumentar em 4% o número de atendimento	crescimento em 996%
Taxa de congestionamento das ações de execução de penas privativas de liberdade	reduzir em 2 p.p	reduziu 15 p.p
Índice de eficiência operacional	reduzir em 1% as despesas com os processos baixados	redução de 40%
Índice de execução do Orçamento Estratégico	executar em pelo menos 80% do valor destinado às iniciativas estratégicas	execução de 83%
Índice de execução do Plano Estratégico	executar pelo menos 80% anualmente das ações programadas no Plano Estratégico	execução de 86% do Plano
Índice da disponibilidade dos sistemas de Tecnologia da Informação	atingir a disponibilidade de 95%	foi de 99%

FONTE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS / DPGE / TJPA

PRIORIDADES

Treze ações do Plano de Gestão já foram concluídas no exercício

Melhorias no sistema de depósitos judiciais e capacitação às Varas Agrárias são duas delas



Plano de Gestão detalha o planejamento estratégico a cada período de dois anos, estipulando procedimentos, produtos, etapas, prazos e responsáveis a partir das prioridades definidas a cada gestão e transformadas em ações a serem executadas durante o biênio. O Planejamento Estratégico do Judiciário abrange um período de seis anos e norteia as ações de três gestões do Tribunal de Justiça.

Para o biênio 2017-2019 foram pactuadas 90 ações e 563 etapas, distribuídas por 161 responsáveis, entre magistrados e servidores, o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2015-2020 e com as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

O acompanhamento é feito pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan), ferramenta que usa a informação como instrumento de gestão e opera para atender ao monitoramento e à avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.

Para avaliar a execução do Plano de Gestão são promovidas trimestralmente Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). No exercício de 2017 houve duas reuniões, em junho e em outubro.



Em 2017 foram concluídas 13 ações, conforme segue:

- > **Promover adaptação e melhorias nos sistemas de depósitos judiciais:** foram implantadas no Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais a Guia Fiança Online e o Recolhimento de Depósitos de Precatórios Online.
- > **Implantar programa de desenvolvimento em técnicas de gerenciamento e liderança de magistrados e diretores de secretaria:** foram ministrados 5 módulos, 2 em Belém com 104 concluintes, 2 em Castanhal com 87 concluintes e 1 em Altamira com 56 concluintes.
- > **Promover a capacitação de magistrados e servidores das Varas Agrárias:** o curso foi ministrado de forma semipresencial, com 84 concluintes.
- > **Rediscutir a competência das Varas Agrárias:** foram enviadas, para apreciação da referida matéria, sugestões de magistrados titulares à Comissão de Organização Judiciária.

RICARDO LIMA



O SISTEMA DE GESTÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS JÁ DISPÕE DA GUIA FIANÇA ONLINE E DO RECOLHIMENTO DE DEPÓSITOS DE PRECATÓRIOS ONLINE.

Magistrados, secretários e diretores do TJPA durante Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)



- > **Executar projeto de Itinerância do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc):** foi estabelecida parceria entre a Coordenadoria dos Juizados Especiais e o Nupemec para implementação e execução do “Cejusc Itinerante”, realizado em 2017 nas Comarcas de Marituba, Benevides e Castanhal.
- > **Executar Plano de “Esforços Concentrados” para o julgamento de processos de presos provisórios:** houve duas fases; na 1ª fase ocorreu a análise dos processos e a realização de audiências. Já na 2ª fase, o GMF/TJPA examinou os dados enviados pelas Varas Criminais, com base na fase de audiência de instrução e julgamento dos processos.
- > **Instituir Rede de Governança na área de contratação de bens e serviços:** foi celebrado acordo de Cooperação Técnica (nº 033/2017) entre o Tribunal de Justiça do Pará, o Tribunal Regional Eleitoral, o

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região

- > **Capacitar força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas:** foi promovido ciclo de palestras com o tema “O Novo CPC em debate” em nove polos, com visitas técnicas e reuniões para fomentar o cadastramento correto dos processos, além de rodadas de conversas sobre as teses dos recursos repetitivos, começando pelas Comarcas do interior e depois pelos Juizados Especiais e no desembargo.

- > **Institucionalizar o projeto “Reciclar Direito”:** Autorizado pela Portaria nº 5326/2017-GP, o projeto objetiva promover mudanças na cultura do Tribunal,

O ministro do STJ, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, palestra na Escola Superior da Magistratura sobre metodologia de gestão de precedentes e recursos repetitivos

RICARDO LIMA





Parceria entre a Coordenadoria de Juizados Especiais e o Nupemec levou o Cejusc Itinerante a Benevides, Marituba e Castanhal

ÉRIKA NUNES

com a adoção de atitudes que estimulem a alteração dos padrões de compra e consumo e conduzam ao uso otimizado dos recursos naturais.

> **Especializar Vara em Saúde:** uma das Varas da Fazenda Pública da Capital foi especializada em matéria de saúde pública, para demandas de caráter individual, sem descuidar outras competências já estabelecidas e respeitada a competência da Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública. Foi publicada no DJE de 11.09.2017, a Resolução 14/2017, dispondo sobre a competência das 3ª e 4ª Varas da Fazenda da Capital, acerca das ações individuais de saúde.

> **Ampliar plataformas de comunicação externa:** foram implementados novos mecanismos de comunicação externa, sobretudo os que aliam recursos audiovisuais às mídias sociais, para apoiar os canais de comunicação convencionais já utilizados, com a produção e publicação de vídeos institucionais de interesse do cidadão.

> **Estruturar sistema de comunicação interna:** foi criado um Plano Modelo de Comunicação Interna para definir, juntamente com a Coordenadoria de Imprensa, ações e produtos de comunicação adequados à divulgação dos produtos e serviços da Secretaria de Gestão de Pessoas em relação ao seu público interno e à valorização dos servidores.

> **Implantação do Audioguia com QR-Code** para visitantes do prédio histórico do TJPA.

MACRODESAFIOS

Entre as ações do Plano de Gestão, por macrodesafio, destacam-se as seguintes:

GARANTIA DOS DIRETOS DE CIDADANIA

Ações de itinerância, projetos voltados à infância e à juventude, aprimoramento no julgamento dos processos de ações coletivas, relativos à Meta 6 do CNJ, e estudos para priorizar o idoso em situação

de vulnerabilidade são algumas das ações em andamento para o cumprimento desse macrodesafio, composto por 10 ações, 40 etapas e com 43% das ações já executadas.

Projeto Ressignificando Vidas, na Comarca de Mocajuba, capacita a rede de proteção à infância e à juventude em Justiça Restaurativa

DIVULGAÇÃO DIVULGAÇÃO



Desa. Luzia Nadja, juntamente com o juiz Geraldo Leite, coordenador do macrodesafio Celeridade, o juiz auxiliar da Corregedoria do Interior Leonardo Duarte e servidores, em reunião do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE DA PRESTAÇÃO JUDICIAL

Oito ações e 38 etapas compõem este macrodesafio, cujo objetivo é garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados. Estão sendo trabalhadas a implementação do Processo Judicial Ele-

trônico (PJe) nas Varas Cíveis, a estruturação de Varas Cíveis e Criminais de 2ª entrância com lotação paradigmática, a padronização das secretarias judiciais nas Comarcas da região metropolitana, o fortalecimento do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números, dentre outros. O percentual de execução do macrodesafio está em 50%.

COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O aprimoramento do trabalho dos Grupos Regionais para atuação no julgamento de processos da Meta 4 do CNJ e a digitalização desses processos são as duas iniciativas em andamento para dar prioridade

à tramitação de ações que tratam do desvio de recursos públicos e de improbidade e crimes contra a administração pública. Em novembro de 2017, esse macrodesafio atingiu 58% de execução.

ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Estão em andamento duas ações para instalação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e fortalecimento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de

Conflitos (Nupemec). O objetivo é fomentar a resolução negociada de conflitos e estimular a comunidade a solucionar suas contendas sem recorrer ao processo judicial. O percentual de execução é de 44%.

ÉRIKA NUNES



Ao centro, a Des. Dahil Paraense, coordenadora do Nupemec, e a juíza Ana Patrícia Nunes Alves, em cerimônia de certificação de 54 conciliadores e mediadores, no Fórum Cível da Capital

GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

Com 66% de execução, as ações buscam reverter a cultura da excessiva judicialização. Destacam-se a capacitação da força de trabalho para o tratamento das demandas repetitivas, a padronização

dos procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais e a integração dos sistemas do TJPA ao Webservice do CNJ.

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Com percentual de execução em 51 %, esse macrodesafio prevê 8 iniciativas estratégicas:

- > **Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros:** sete ações para incrementar o crescimento da receita própria do Judiciário.
- > **Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário:** três ações para melhorar, expandir, reformar, aparelhar e cuidar da manutenção no âmbito do Poder Judiciário.
- > **Gestão do Planejamento Estratégico:** duas ações referentes ao projeto de Gestão Participativa e de elaboração de um Plano de Comunicação da Estratégia.
- > **Fortalecimento do Sistema de Controles Internos do TJPA:** a capacitação de servidores em Gestão de Riscos e a elaboração de política sobre o tema, além do projeto Manualize Legal, são as duas ações em andamento para fortalecer o Controle Interno.
- > **Otimização da Gestão da Informação:** cinco ações em andamento relacionadas à gestão documental, que assegura acesso célere às informações e preserva a memória institucional.
- > **Aprimoramento da Comunicação Interna e Externa:** duas ações envolvem a disseminação da comunicação interna e externa, por meio da divulgação de vídeos institucionais.
- > **Fortalecimento das relações institucionais:** duas ações em andamento de parcerias interinstitucionais para viabilizar a implantação do Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-JUS).
- > **Fortalecimento de práticas sustentáveis:** duas ações fundamentadas no Plano de Logística Sustentável (PLS) para sensibilizar magistrados, servidores e colaboradores quanto às questões socioambientais.

MELHORIA DE GOVERNANÇA DE TIC

São 11 ações em 135 etapas para garantir confiabilidade, disponibilidade das informações e dos serviços e sistemas essenciais da justiça, entre as quais se destacam a implantação do Novo Data Center, aperfeiçoamento do circuito de comunicação de dados, implantação do plenário virtual e fortalecimento da segurança da informação.

IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A integração dos sistemas das Varas de Execução Fiscal e das Procuradorias Estadual e Municipal, promoção de ações voltadas à solução consensual de demandas por meio da mediação e conciliação e estímulo ao protesto de títulos para recuperação de créditos públicos, são algumas das ações em andamento para a recuperação de bens e valores aos cofres públicos e a solução definitiva de litígios.

GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

O Plano de Gestão 2017-2019 prevê nove ações para reduzir o número de processos e as taxas de encarceramento e criar uma cultura que vincule justiça criminal e justiça social, nas seguintes temáticas: violência doméstica e familiar contra as mulheres, gestão de medidas protetivas, Justiça Restaurativa, expansão da aplicação de penas e medidas alternativas, prevenção à violência contra crianças e adolescentes, prioridade ao atendimento do idoso nas Varas Criminais e julgamento de processos de presos provisórios.

MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

Estão em execução 10 ações para potencializar o capital humano no TJPA, o desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos magistrados e servidores, bem como a adequada distribuição da força de

trabalho, com destaque para o Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida de magistrados e servidores, cuja ênfase é a promoção e proteção à saúde e a prevenção de doenças.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

Para estabelecer uma cultura de redução dos desperdícios de recursos públicos e melhor direcionamento dos gastos foi instituída uma Rede de

Governança na área de contratação de bens e serviços e está em andamento a implementação do sistema integrado de custos.

ÉRIKA NUNES



AÇÃO DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA - SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO

Composta por duas ações, que são elaborar Programa Integrado de Segurança do Poder Judiciário e implantar projeto piloto de segurança, cuja Comarca escolhida foi a de Tomé-Açu.

O objetivo do Calendário Unificado de Eventos é otimizar os trabalhos e alcançar uma prestação jurisdicional efetiva

AÇÃO DE APOIO

A publicação do Calendário Unificado de Eventos, em 16/08/2017, nos portais interno e externo do TJPA, permitiu o acesso aos servidores e ao público externo, de forma antecipada e sistemática, aos eventos do Poder Judiciário. O calendário reúne todas as ações do Tribunal no decorrer do ano, levando em

consideração a necessidade de racionalizar os esforços e dar publicidade aos eventos do Judiciário. O Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística organizou o Calendário Unificado de Eventos e a Secretaria de Informática desenvolveu a plataforma para a publicação nas redes.

METAS NACIONAIS

TJPA cumpre mais de 90% da meta de produtividade

O 2º grau obteve o melhor resultado, seguido pelos Juizados Especiais e 1º grau



AS METAS NACIONAIS PARA 2017 FORAM APROVADAS NO 10º ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO EM BRASÍLIA/DF, NOS DIAS 5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2016.



Tribunal de Justiça do Pará alcançou, até novembro de 2017, mais de 90% da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça que se refere à produtividade e manda julgar mais processos que os distribuídos, com o 2º grau tendo obtido o melhor resultado – 113,58% -, seguido pelos Juizados e o 1º grau.

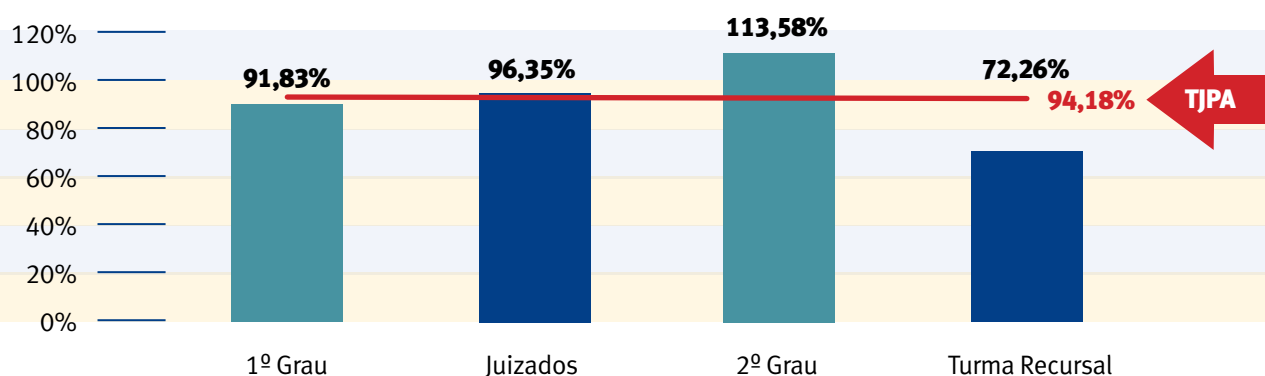
As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

As Metas Nacionais para 2017 foram aprovadas durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, com a presença dos presidentes e representantes dos tribunais do País, reunidos em Brasília/DF, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, a partir do resultado de trabalhos colaborativos coletados em todas as Cortes sobre o assunto.

Meta 1 – Produtividade

Até o mês de novembro TJPA alcançou 94,18% da Meta 1 de 2017. O 2º grau foi o segmento com melhor resultado: 113,58%, seguido dos Juizados e 1º grau.

O balanço dos indicadores



FONTES: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

No segmento 1º grau, as unidades da Região Metropolitana obtiveram os melhores resultados, enquanto que as unidades do Interior receberam quantidade maior de processos.

Região	Ações distribuídas	Ações sentenciadas	Grau de cumprimento
Unidades do Interior	91.890	78.450	85,37%
Unidades da Região Metropolitana	43.786	46.143	105,38%

FONTES: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

As Regiões Judiciárias de Santarém, Belém e Soure foram as que alcançaram a Meta 1 até o mês de novembro.

Resultado do 1º grau por Região Judiciária

Região Judiciária	Distribuições	Sentenças	Resultado	
			Grau de Cumprimento	Situação
15º Região Judiciária - Santarém	13.384	15.949	119,16%	Meta Cumprida
Região Central - Belém	29.374	32.963	112,21%	Meta Cumprida
7º Região Judiciária - Soure	2.077	2.198	105,77%	Meta Cumprida
6º Região Judiciária - Paragominas	4.894	4.610	94,18%	Meta Não Cumprida
1º Região Judiciária - Ananindeua	11.294	10.609	93,93%	Meta Não Cumprida
3º Região Judiciária - Abaetetuba	6.020	5.607	93,12%	Meta Não Cumprida
16º Região Judiciária - Itaituba	3.653	3.298	90,26%	Meta Não Cumprida
11º Região Judiciária - Marabá	15.708	14.050	89,44%	Meta Não Cumprida
8º Região Judiciária - Breves	4.127	3.563	86,31%	Meta Não Cumprida
2º Região Judiciária - Tomé Açu	2.931	2.405	82,03%	Meta Não Cumprida
13º Região Judiciária - Redenção	3.384	2.722	80,41%	Meta Não Cumprida
5º Região Judiciária - Capanema	9.064	7.123	78,31%	Meta Não Cumprida
4º Região Judiciária - Castanhal	6.623	5.055	76,31%	Meta Não Cumprida
12º Região Judiciária - Xinguara	4.239	2.947	69,50%	Meta Não Cumprida
14º Região Judiciária - Altamira	5.588	3.436	61,48%	Meta Não Cumprida
10º Região Judiciária - Tucuruí	7.083	4.355	61,48%	Meta Não Cumprida
9º Região Judiciária - Cametá	6.233	3.703	59,40%	Meta Não Cumprida
TJPA - 1º grau	135.676	124.593	91,83%	Meta Não Cumprida

FORNTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

O primeiro grau recebeu 68% dos processos novos na Justiça Paraense e, por consequência, julga a maior parte das ações.

Segmento da Justiça	Ações distribuídas	Ações sentenciadas	Grau de cumprimento
1º Grau	135.676	124.593	91,83%
Juizados	40.144	38.678	96,83%
2º Grau	18.654	21.189	113,58%
Turma Recursal	5.980	4.322	72,26%

Fonte: Secretaria de Informática/Business Intelligence
Tabulação: Coordenadoria de Controle de Planejamento

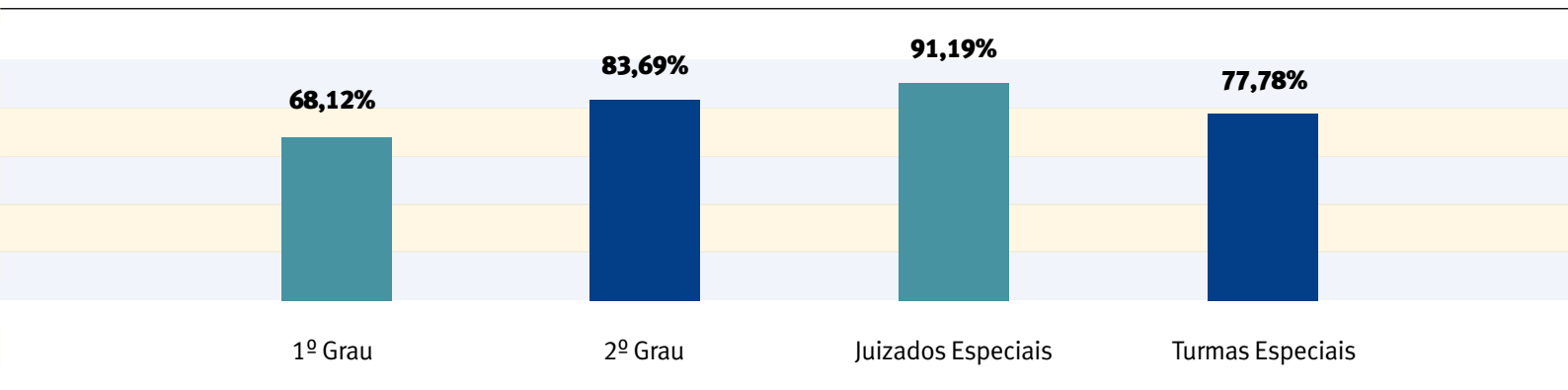
Meta 2 – Celeridade

Até novembro, o TJPA julgou 68,12% da Meta 2 de 2017 no 1º grau, segmento que concentra 85% do acervo processual mais antigo. O 2º grau conseguiu cumprir o objetivo estabelecido pelo CNJ, julgando 83,69% do total de processos distribuídos até 2014.

Os Juizados Especiais julgaram quase 91,19% das 39.080 ações distribuídas e pendentes de julgamento em 31/12/2014. A Turma Recursal sentenciou 77,78% no mesmo período. Esses dois segmentos devem julgar 100% dos processos mais antigos.

Meta 2 de 2017

Grau de julgamento por segmento

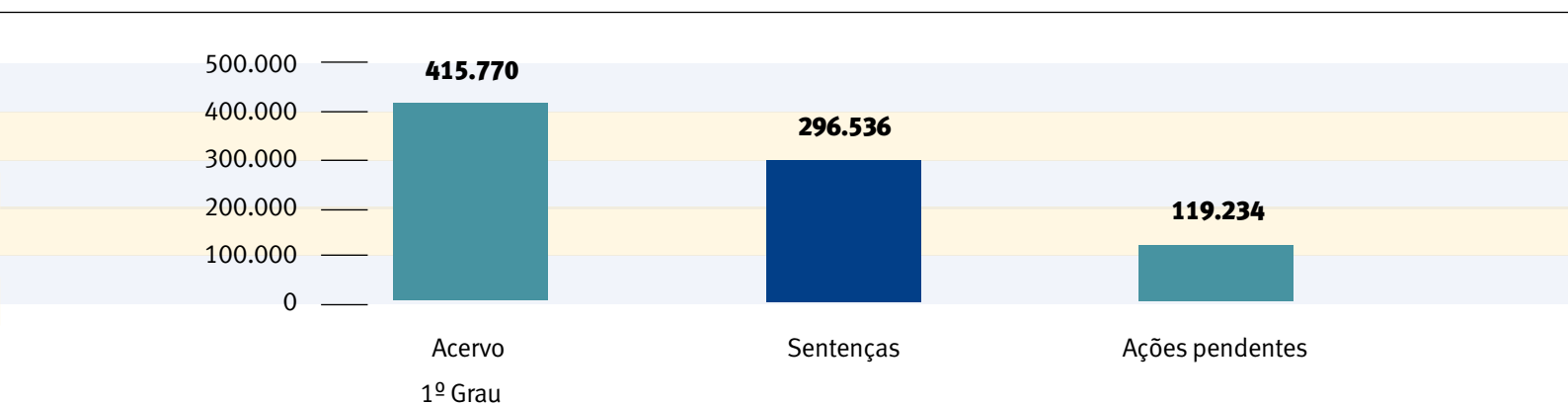


FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Em termos gerais, o TJPA julgou 296.536 ações (71%) do total de processos distribuídos até 2013 no 1º grau e 2014 no 2º grau, Juizados e Turma Recursal.

Meta 2 de 2017

Acervo x sentenças



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Meta 4 – Improbidade e crimes contra a administração pública

Essa meta determina que os tribunais priorizem o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

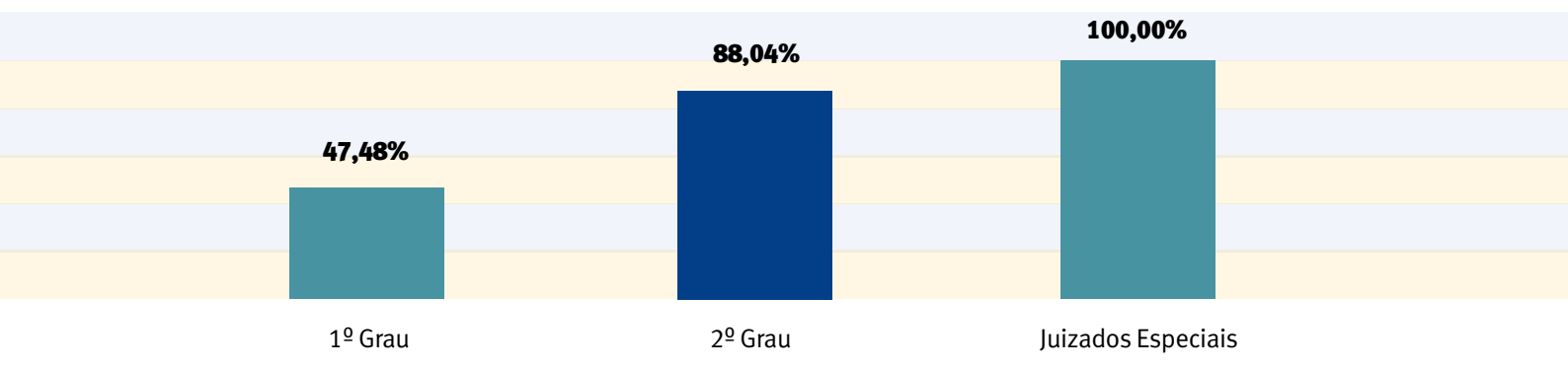
Até o mês de novembro, o TJPA julgou 47,48% da Meta 4 de 2017 no 1º grau, segmento que concentra

93% do acervo dessa Meta. O 2º grau conseguiu cumprir o objetivo estabelecido pelo CNJ, julgando 88,04% do total de processos distribuídos até 2014.

Os Juizados Especiais julgaram todas as cinco ações distribuídas e pendentes de julgamento em 31/12/2014.

Meta 4 de 2017

Grau de julgamento por segmento

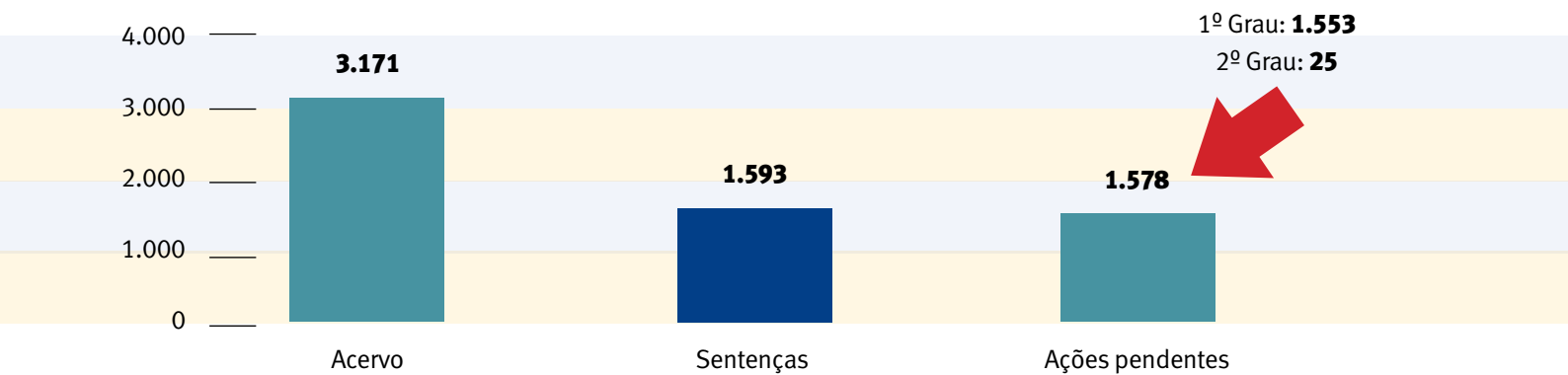


FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Em termos gerais, o TJPA julgou 1.593 ações (50%) do total de processos distribuídos até 2014 no 1º grau, 2º grau e Juizados Especiais.

Meta 4 de 2017

Acervo x sentenças



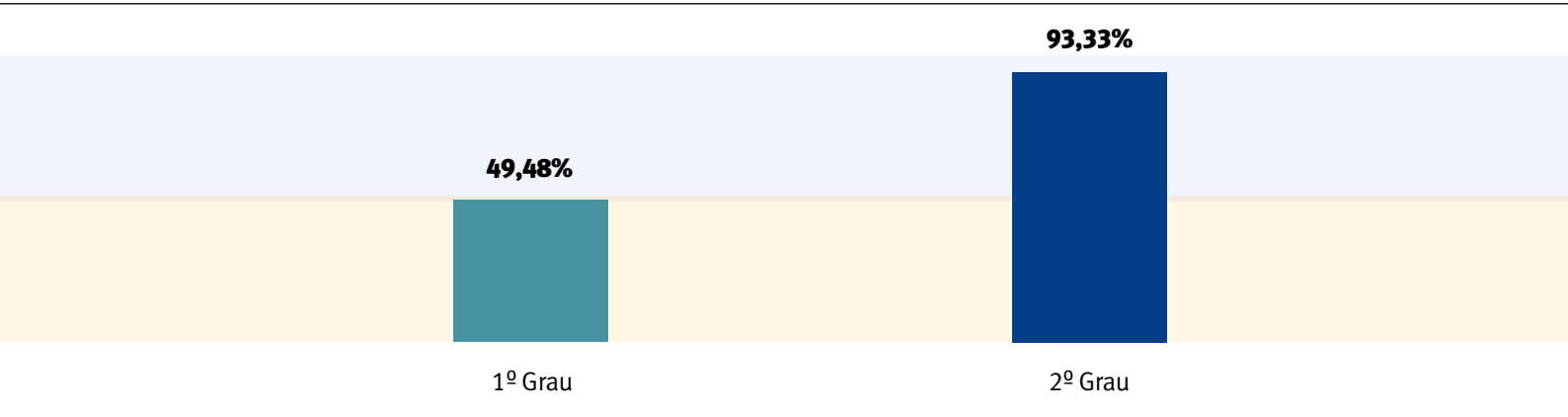
FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Meta 6 – Ações coletivas

Essa meta determina que os tribunais dêem prioridade ao julgamento das ações coletivas. Até o mês de novembro, o TJPA julgou 49,48% da Meta 6 de 2017 no 1º grau, segmento que concentra 97% do acervo dessa Meta. O 2º grau cumpriu o objetivo estabelecido pelo CNJ, julgando 93,33% do total de processos distribuídos até 2014.

Meta 6 de 2017

Grau de julgamento por segmento

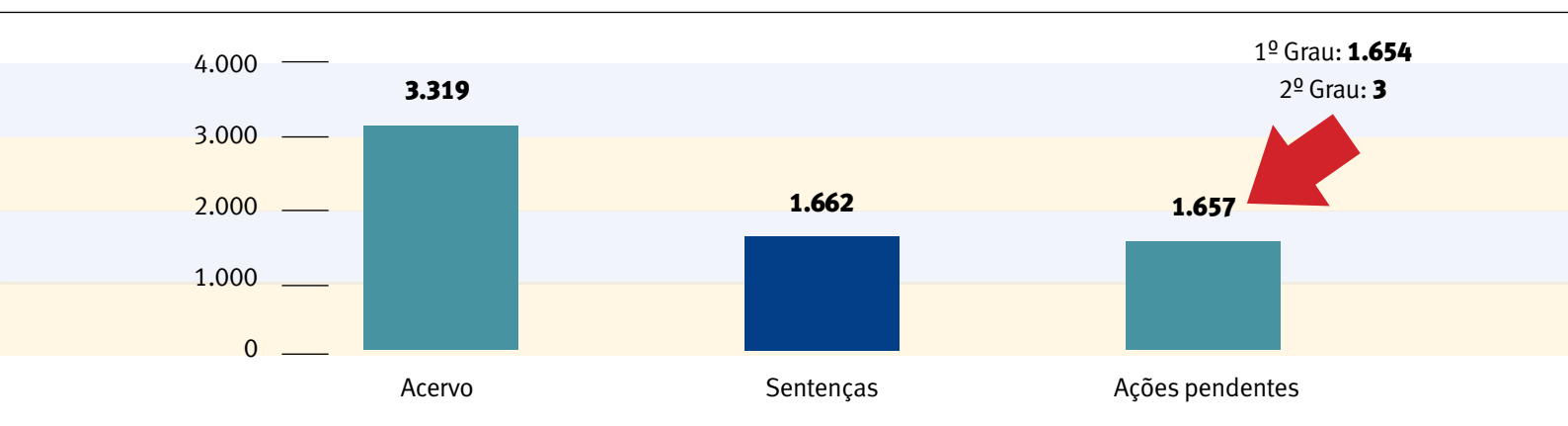


FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Em termos gerais, o TJPA julgou 1.662 ações (50%) civis públicas, ações civis coletivas, ações populares, dissídios coletivos, mandados de segurança coletivos, entre outras classes processuais consideradas, distribuídas até 2014 no 1º e 2º graus.

Meta 6 de 2017

Acervo x sentenças



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA
TABULAÇÃO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO



A pedagoga Riane Freitas conversa sobre violência contra a mulher e Lei Maria da Penha com operários de empreiteira que constrói residencial em Outeiro: reforço ao combate à violência de gênero

OUTRAS METAS

Meta 5 – Impulsionar processos à execução

Até o mês de setembro, o TJPA cumpriu 41,67% da Meta 5 de 2017, que trata do estabelecimento de política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal

Esse resultado foi atingido a partir da promoção de mutirões de conciliação de execuções fiscais e extrajudiciais, estímulo de protesto de título nas execuções

fiscais ajuizadas e redução do ajuizamento de ações para cobrança de débitos de pequeno valor pelos estados e municípios, utilizando-se de formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial.

Outras iniciativas estão sendo implementadas com vistas ao cumprimento integral da Meta até dezembro

Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Até o mês de setembro, o TJPA cumpriu 84,35% da Meta 8 de 2017, que trata do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Esse resultado foi atingido a partir das respostas positivas aos requisitos, como a promoção de programas de prevenção e combate à violência contra a mulher, esforço concentrado de julgamento de processos no escopo do programa “Justiça pela Paz em Casa”, instituição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, promoção

de capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados a questões de gênero e de raça ou etnia, por meio das escolas de magistratura e judiciais, ou em parceria com outros órgãos governamentais e entidades não governamentais, divulgação no portal de informações e serviços oferecidos relacionados à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher e estímulo à adoção de processos restaurativos, com o intuito de promover a responsabilização dos ofensores, proteção às vítimas, restauração e estabilização das relações familiares.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

Justiça em Números confirma boa performance do Judiciário no Pará

Indicadores de produtividade do TJPA melhoraram progressivamente, segundo o documento



**QUANTO MAIOR
O VALOR DO IPC-
JUS, MELHOR O
DESEMPENHO DO
TRIBUNAL, POIS
SIGNIFICA QUE
ELE PRODUZIU
MAIS, COM MENOS
RECURSOS
DISPONÍVEIS.**



o contexto dos Tribunais de Justiça Estaduais, os resultados do TJPA no ano de 2017, destacam o bom desempenho do Poder Judiciário Estadual, conforme demonstrado pelos indicadores de produtividade do Relatório Justiça em Números, que melhoram consideravelmente os resultados do ano anterior.

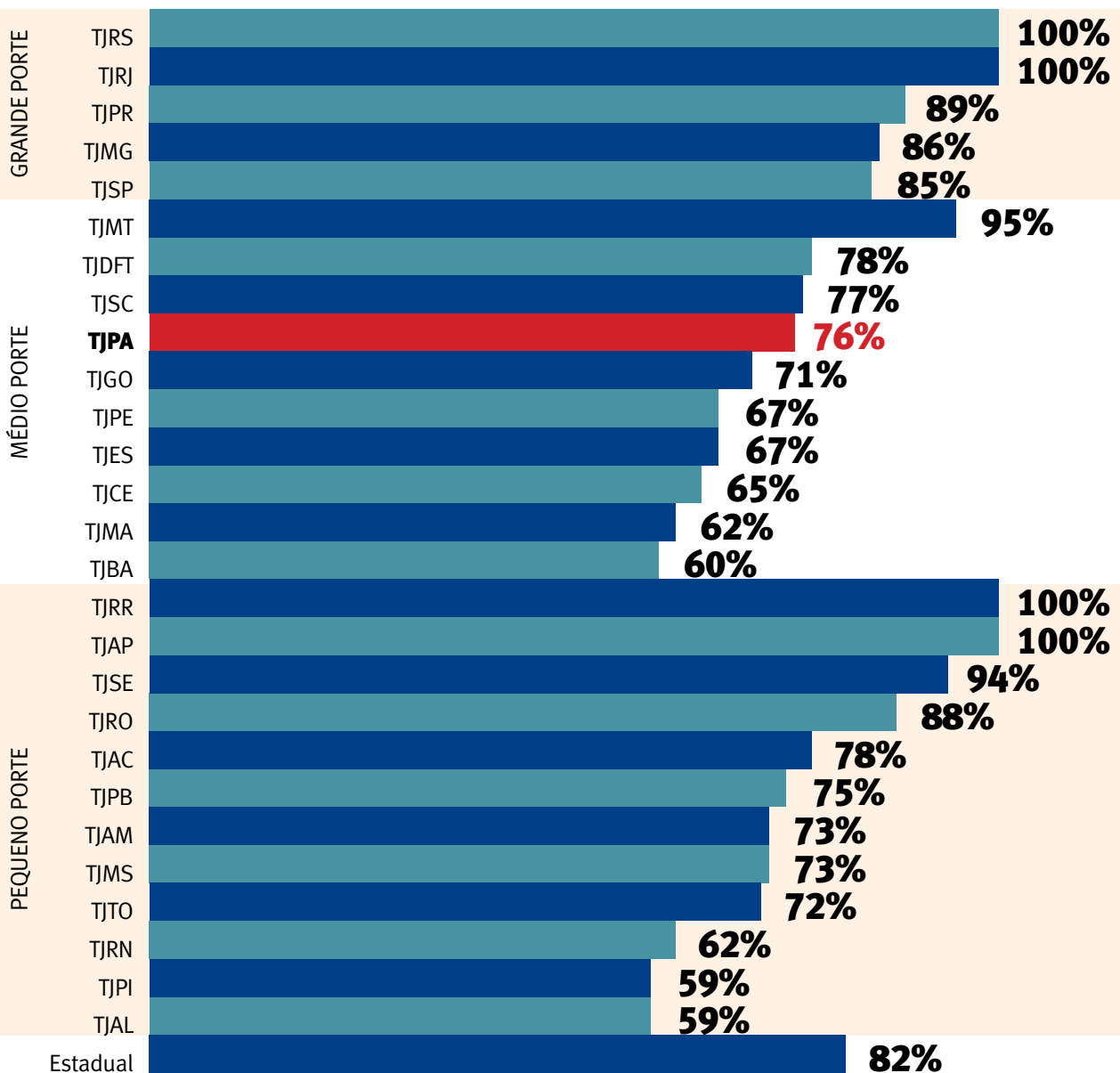
O Relatório é uma importante fonte de dados da estrutura, litigiosidade e indicadores, que traduzem a realidade dos tribunais brasileiros e são essenciais para subsidiar a gestão judiciária nacional.

IPC-Jus – Índice de Produtividade Comparado da Justiça

O TJPA ficou com o 4º melhor índice de produtividade dentre os TJs de médio porte. No ano anterior, o TJPA ocupou a última colocação neste grupo. O IPC-Jus mede a eficiência comparada dos Tribunais. Quanto maior o valor do IPC-Jus, melhor

o desempenho do Tribunal, um indicativo de que ele foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis. Os tribunais com melhor resultado, considerados eficientes, se tornam referência no ramo de justiça

Resultado do IPC-Jus Por tribunal

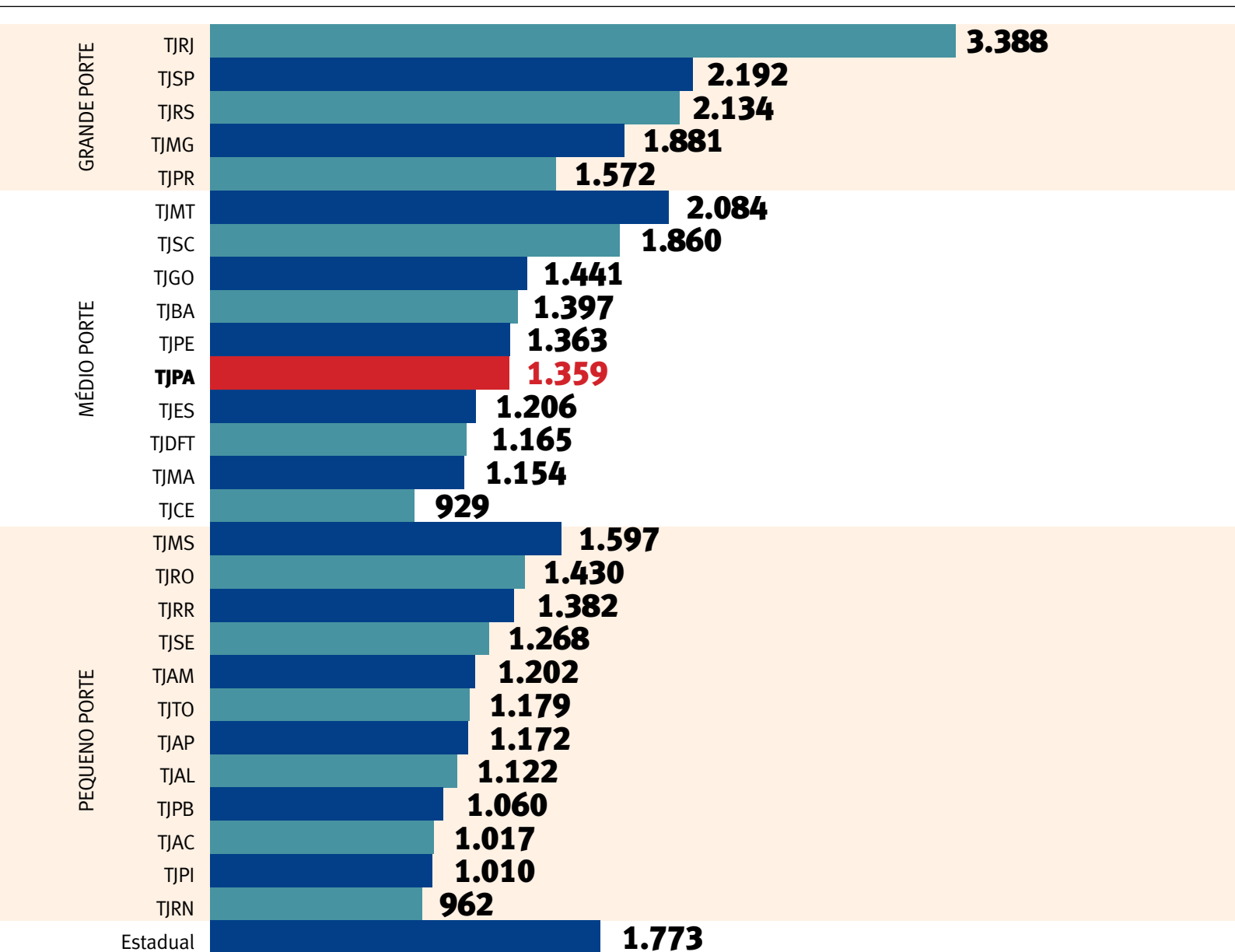


Índice de Produtividade dos Magistrados, por tribunal

O TJPA alcançou o IPM de 1.359 processos baixados por magistrado, superando em cerca de 70% o IPM do ano anterior, mas ainda abaixo da média nacional de 1.773 processos baixados por magistrado.

Índice de produtividade dos magistrados, por tribunal

Estadual

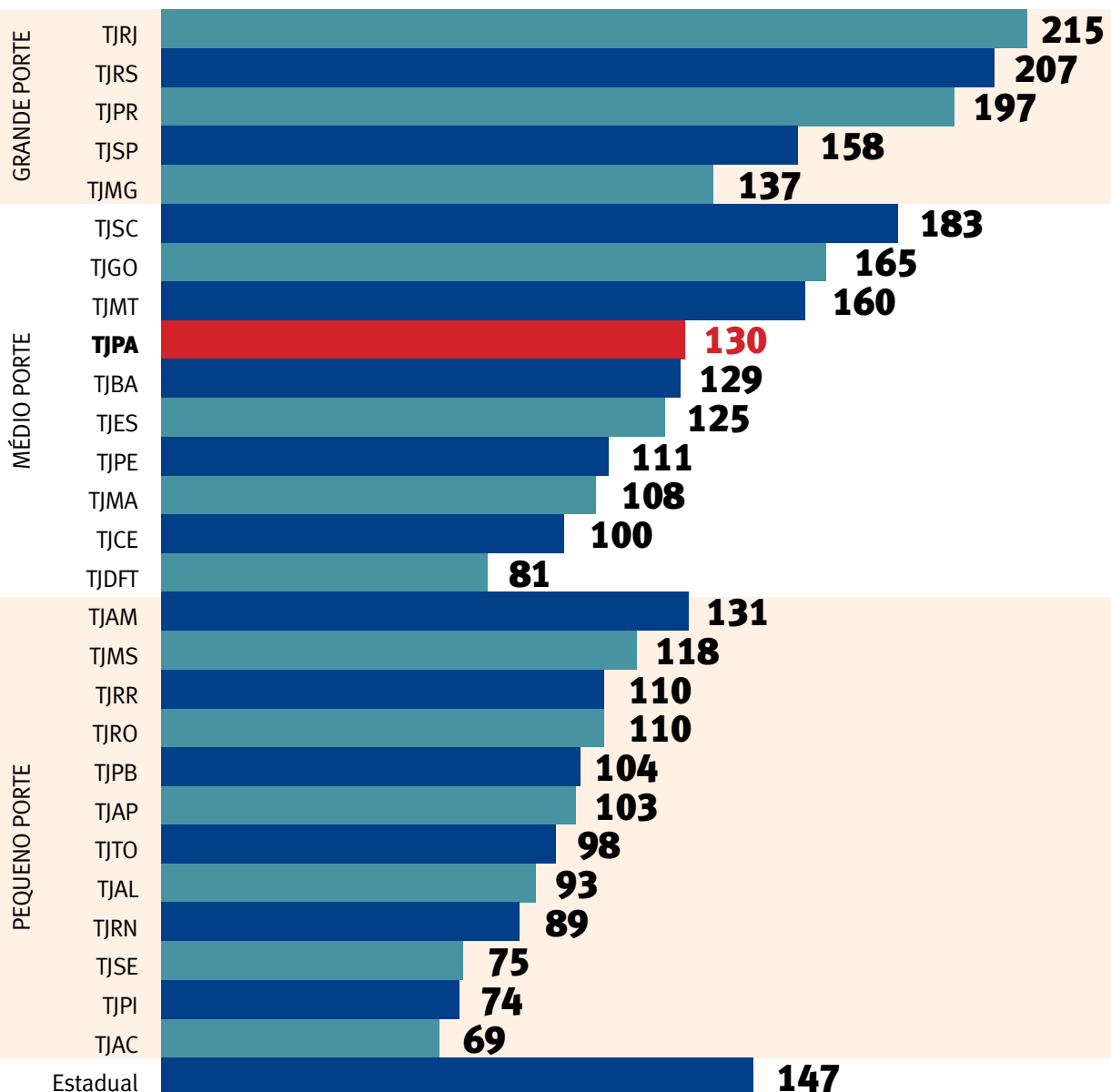


Índice de Produtividade dos Servidores da área judiciária, por tribunal

O TJPA apresentou o 4º maior IPS dos tribunais de médio porte, com 130 processos baixados por servidor da área judiciária. No ano anterior, esse índice não passou de 53 processos baixados por servidor.

Índice de produtividade dos servidores da área judiciária, por tribunal

Estadual

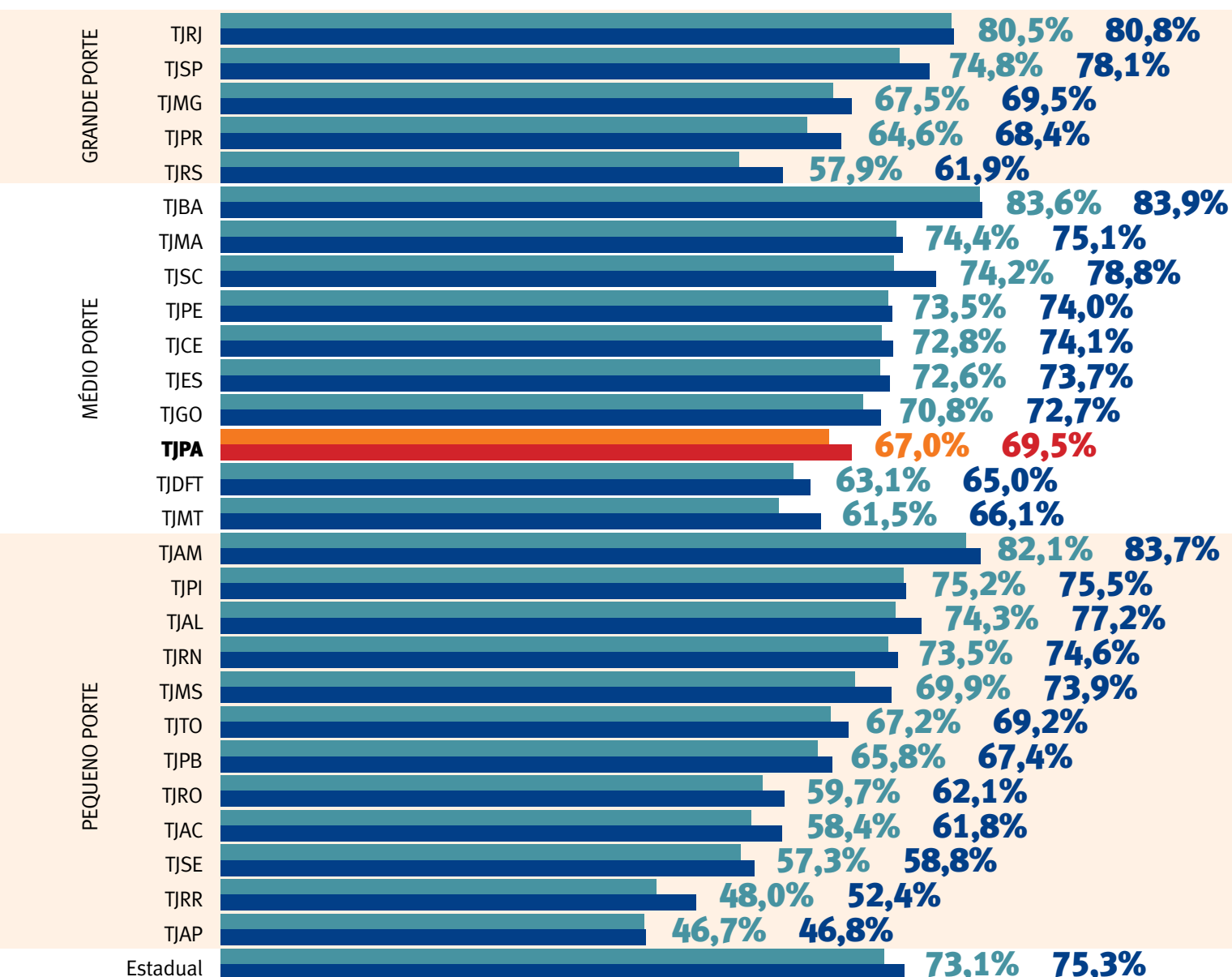


TC - Taxa de Congestionamento

A Taxa de Congestionamento do TJPA foi a 3ª menor entre os tribunais de médio porte, alcançando 69,5% na taxa bruta e 67,0% na líquida (que desconta

os processos suspensos), voltando a ficar abaixo da média nacional. No ano anterior, o TJPA apresentou a pior taxa dos últimos anos, quando atingiu 80,3%.

Taxa de Congestionamento líquida e total, por tribunal



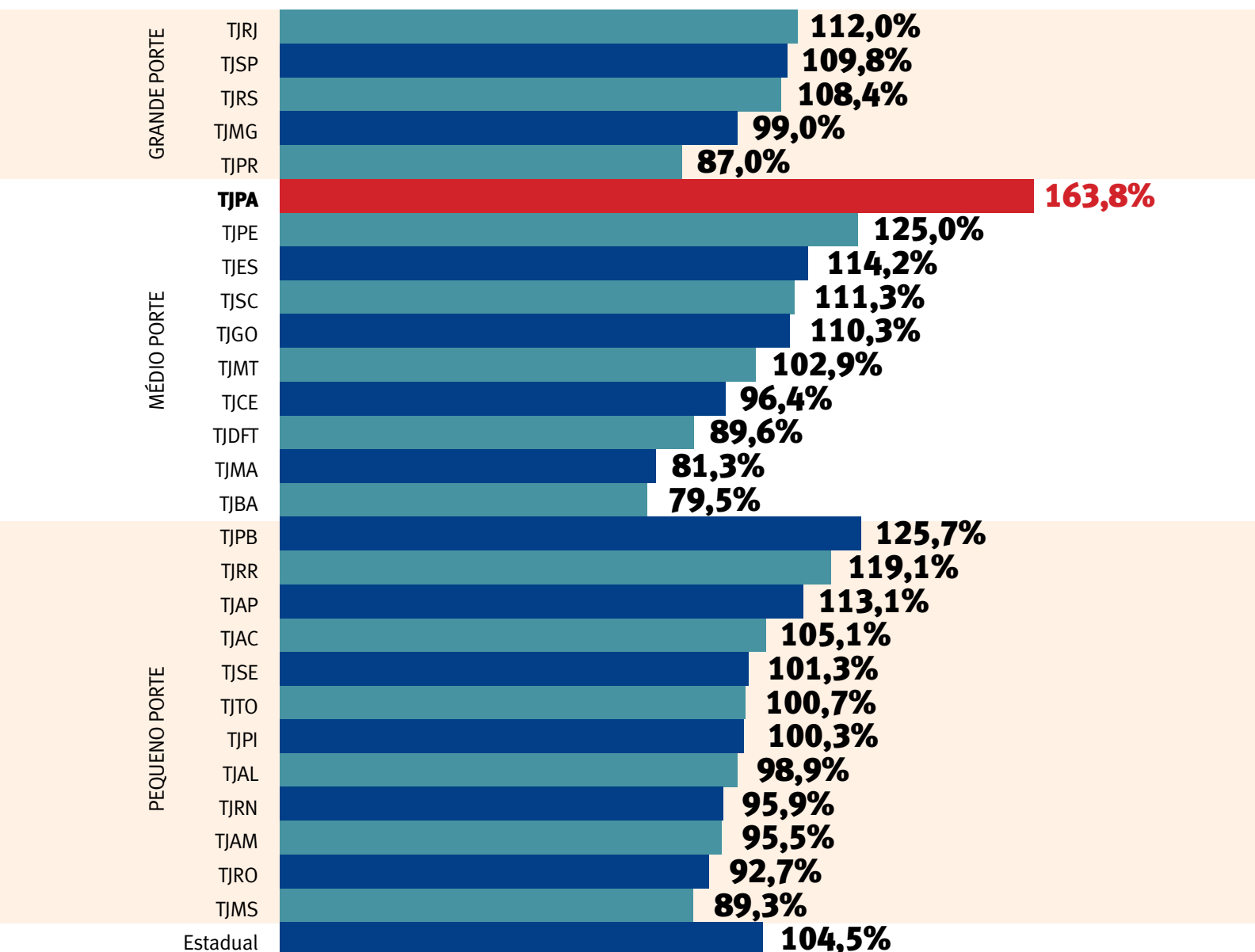
FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2017 (ANO-BASE 2016).

IAD – Índice de Atendimento à Demanda

O TJPA apresentou o maior Índice de Atendimento à Demanda entre todos os tribunais de justiça estadual do País, inclusive os de grande porte. Saiu do patamar de 93,4% alcançado no ano anterior (abaixo da média nacional), para os atuais 163,8%, quase 60 pontos percentuais acima da média nacional.

Índice de Atendimento à Demanda, por tribunal

Estadual



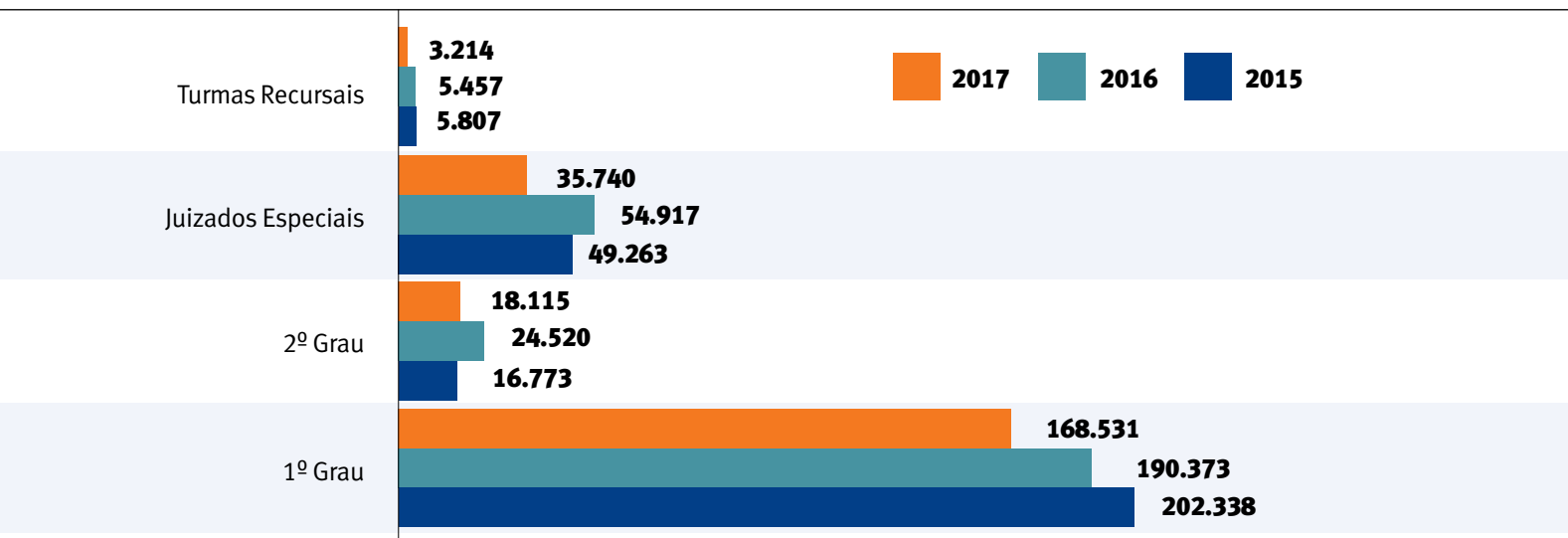
A melhora nos resultados deveu-se, essencialmente, às ações de planejamento desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo dos anos pelo Tribunal de Justiça do Pará

Como parte dessas ações, em 2017 foi disponibilizado no Portal Interno do TJPA o relatório “Gestão Judiciária”, criado e gerenciado pela equipe de TI da Secretaria de Informática e pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, concretizando o projeto

idealizado pelo Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números (Portarias 1772 e 1773/2017-GP).

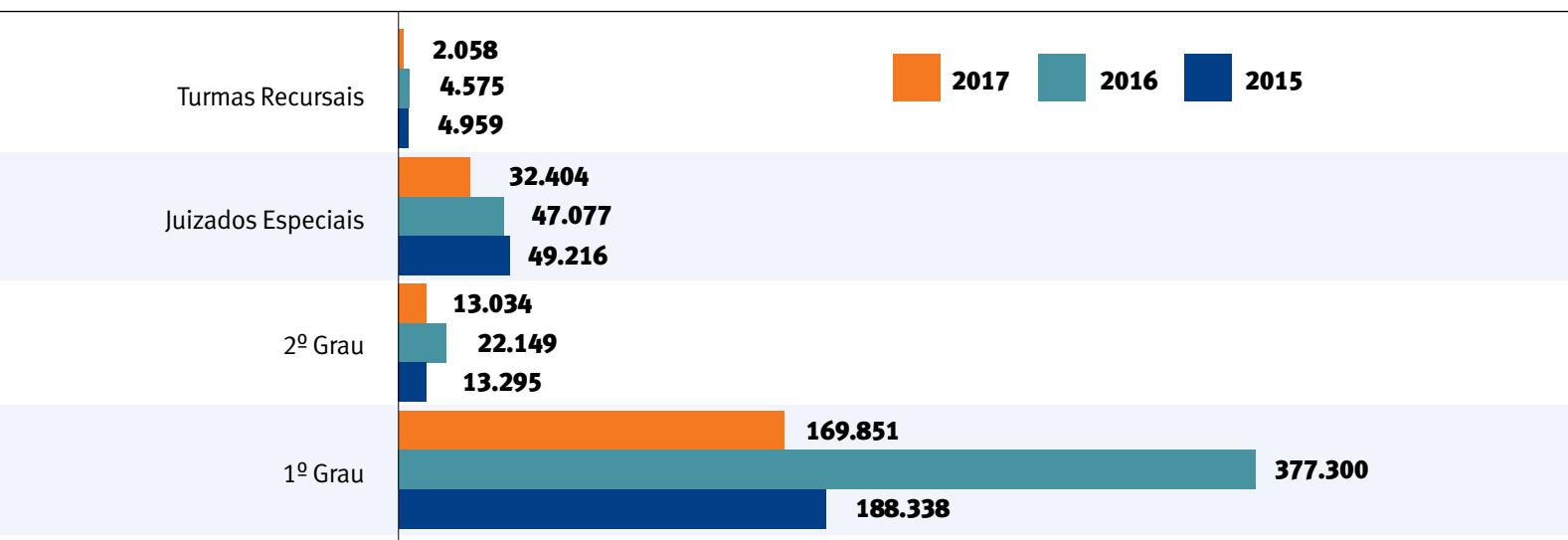
Por intermédio desse relatório, as unidades judiciárias do Pará podem melhor gerir suas tramitações processuais e acompanhar seus desempenhos nos principais indicadores de produtividade do Justiça em Números (Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda), e das Metas Nacionais 1 e 2; além

Casos Novos no TJPA



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

Casos Baixados no TJPA



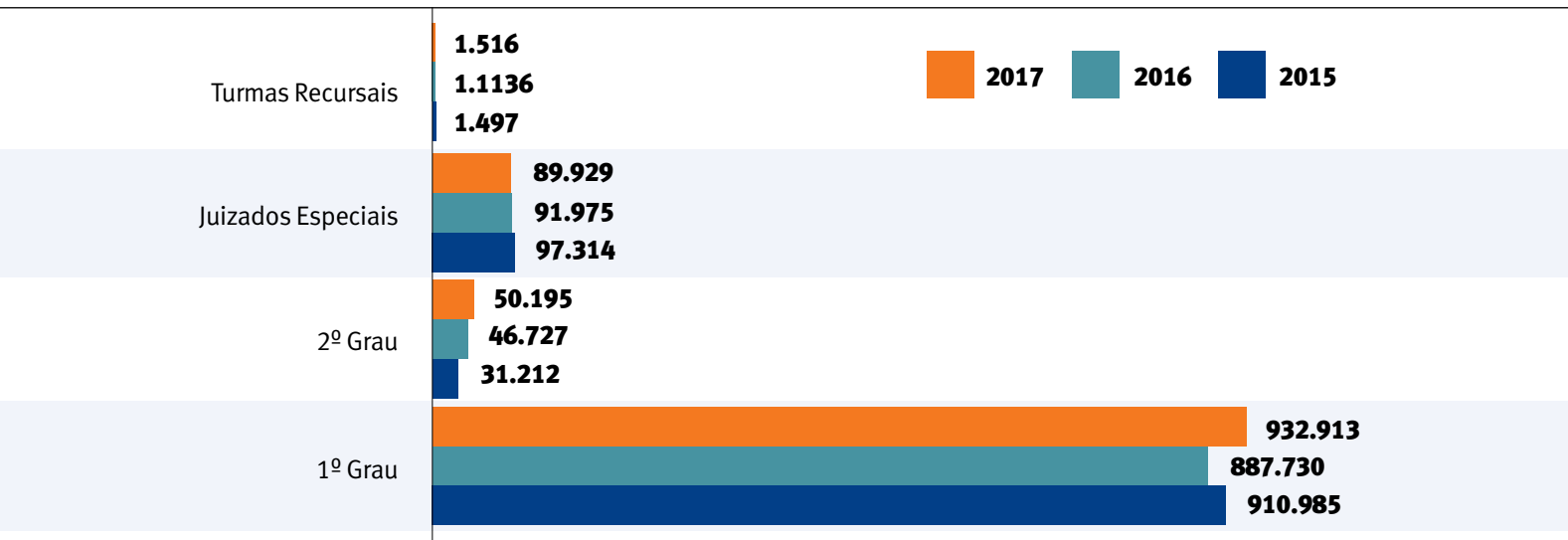
FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

de servir como ferramenta de auxílio na tomada de decisão pela alta administração do Poder Judiciário Estadual.

Algumas ações de esforço concentrado também foram desencadeadas pelo Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números, para melhorar a produtividade do TJPA. Em julho de 2017 foi realizada a Semana da Baixa Processual que resultou no arquivamento de mais de 34 mil feitos judiciais. Em outubro, foi realizada

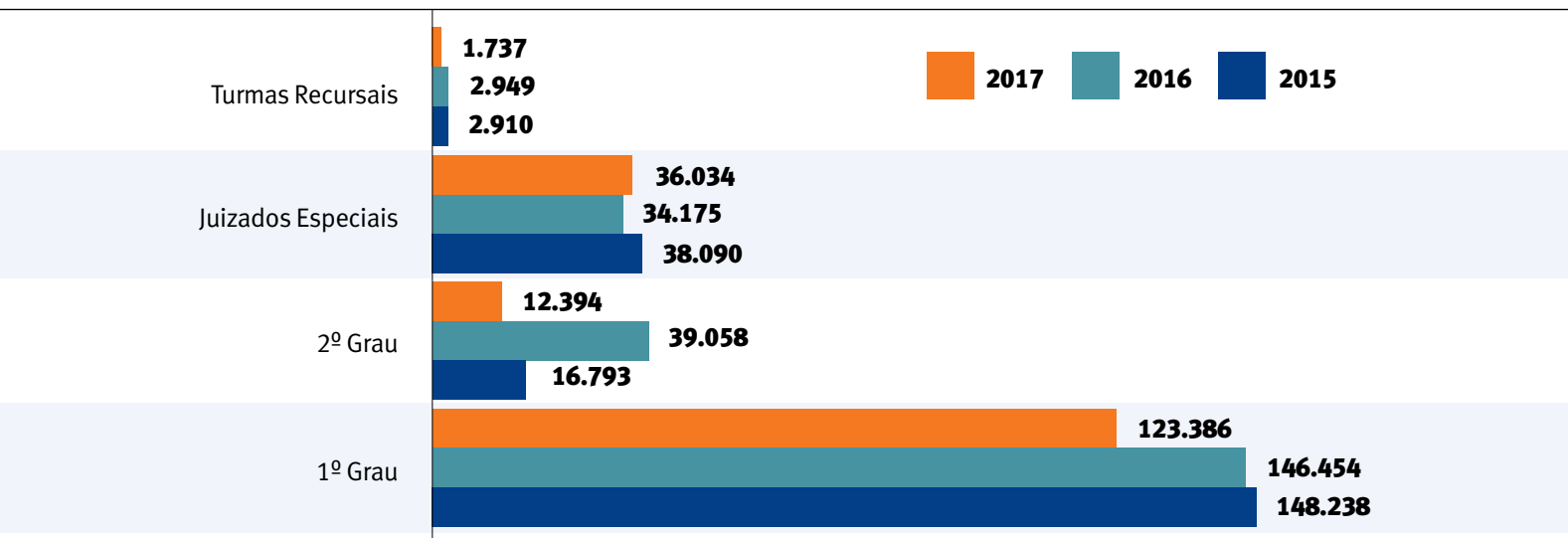
ação inédita no TJPA, em que as unidades judiciárias concentraram esforços na reclassificação processual, ajustando o cadastro de classes e assuntos de acordo com a Tabela Processual Unificada (TPU) do CNJ, com a expectativa de ter mais de 100 mil processos adequadamente cadastrados nos sistemas de gerenciamento processual, contribuindo decisivamente para a melhor apuração das estatísticas judiciais.

Casos Pendentes no TJPA



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

Decisões e Sentenças no TJPA



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

INTEGRAÇÃO

Convênios, acordos e contratos firmam parcerias para a promoção social

Violência contra a mulher, expansão de Fórum, promoção social de detentos são alguns dos temas de interesse mútuo com outras instituições



Convênios, acordos de cooperação técnica, contratos e atas de registro de preços são os instrumentos jurídicos que viabilizam parcerias essenciais para que o Poder Judiciário cumpra a sua missão no Estado. Em 2017, foram celebrados 60 contratos, 33 convênios, 8 convênios externos e 32 Atas de Registro de Preços.

Dentre as parcerias, destaca-se a firmada com a Fundação ProPaz, a Associação Paraense de Supermercados (Aspas) e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), que envolve esforços para ampliar o alcance de público às palestras sobre o tema “violência doméstica e familiar contra a mulher”, direcionadas aos trabalhadores de supermercados e aos alunos da rede pública estadual.

Com a Empresa Vale S/A, viabilizou-se o início das obras de um anexo ao Fórum da Comarca de Parauapebas, para até quatro Varas Cíveis.

Acordo de Cooperação Técnica com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) readequou o projeto “Começar de Novo”, voltado à promoção social de egressos do sistema carcerário.

Ainda com o governo do Estado, por meio das secretarias de Saúde (Sespa), de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster) e Susipe; com o Ministério Público e com a Defensoria, o TJPA, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará, firmou convênio de cooperação mútua para implantar o Programa de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Estado no Pará (PRAÇAI), visando à desinternação e reintegração à família dos que estão custodiados em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, em conformidade com as diretrizes da Lei Antimanicomial.

RICARDO LIMA



Aditivo à cooperação técnica com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) vai levar a Patrulha Maria da Penha ao interior



TJPA LEVARÁ AO INTERIOR O PROJETO “PATRULHA MARIA DA PENHA”, CUJO OBJETIVO É CUMPRIR MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS EM LEI E DETERMINADAS PELOS JUÍZES COMPETENTES.

ARQUIVO

Convênio de cooperação com a Universidade Federal do Pará (UFPA) possibilitou que a Comarca de Bragança disponibilizasse a documentação de seu acervo histórico de documentos judiciais, para tratamento, catalogação, controle e preservação.

A Escola Superior da Magistratura firmou parceria com a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, para relações recíprocas no âmbito acadêmico, científico e cultural, visando à qualidade do processo docente educativo e qualificação do trabalho técnico-científico.

Termo aditivo à cooperação técnica permite que a Coordenadoria de Violência Doméstica Contra a Mulher do TJPA amplie para o interior do Estado o alcance do projeto “Patrulha Maria da Penha”, cujo objetivo é assegurar o cumprimento das Medidas Protetivas previstas em Lei e estabelecidas pelos juízes das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Os pressupostos da governança colaborativa, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fundamentam o acordo de cooperação técnica entre o TJPA, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para promover o intercâmbio de informações, fomentar a redução de custos e melhorar a eficiência do Judiciário.

Foram formalizados mais 18 convênios com municípios do Estado para a cessão de servidores e assistentes sociais por parte das Prefeituras, totalizando 114 instrumentos vigentes.

Foram autorizadas 10 contratações por meio de adesão às Atas de Registro de Preços (ARPs) de outros órgãos e 26 processos de caronas às ARPs formalizadas pelo TJPA.

O TJPA promoveu um total de 79 licitações, nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite, pregão e leilão, a grande maioria delas pelo sistema de pregão eletrônico, principalmente para a formalização de Registro de Preços, que pressupõe maior planejamento das compras. Dos 68 pregões realizados em 2017, 46 foram para formalização de Registro de Preços. O quadro abaixo sintetiza essas operações.



Licitações

TIPOS	Iniciadas em 2016 e finalizadas em 2017	Iniciadas e finalizadas em 2017	Iniciadas em 2017 e ainda não finalizadas Até 20/10/2017	Total de licitações
Concorrência		2	1	
Tomada de Preços	1	2	1	
Convite		2		
Pregão	6	55	7	
Leilão		2		
Total				79



ÉRIKA NUNES

O TJPA renova o convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) para o projeto “Começar de Novo”, cujo objetivo é reinserir os egressos na vida da comunidade e no mercado de trabalho

CARTILHA

Está em fase de finalização uma cartilha de procedimentos para instruir os processos licitatórios e de cadastro no Sistema Comprasnet. Ainda em 2017, o TJPA manifestou interesse em participar de processo

licitatório compartilhado com o Tribunal Regional Federal da 1ª Regional, para obter preços mais competitivos e maior economia de escala, dentro dos pressupostos da Governança Colaborativa.

CONVOCAÇÕES

Judiciário efetivou 188 novos servidores e seis magistrados

Houve 71 cursos presenciais e a distância, envolvendo 2,7 mil servidores na capital e no interior



**FORAM
CONVOCADOS
NOVE
CANDIDATOS
PARA O
CARGO DE JUIZ
SUBSTITUTO,
MAS AO FINAL
DO PROCESSO
SÓ SEIS
PUDEAM SER
EFETIVADOS.**



Poder Judiciário está em 112 dos 144 municípios do Pará, com 356 magistrados e 4.351 servidores, na capital e no interior. São 2.352 servidores na capital e 1.999 no interior.

Em 2017 houve cinco convocações de candidatos do Concurso 002/2014, entre 7 de abril e 24 de outubro, num total de 265 servidores, 100 dos quais ao cargo de Auxiliar Judiciário, 66 para Oficial de Justiça Avaliador e 99 para Analista Judiciário. Foram efetivados 188 servidores, conforme a tabela seguinte:

Servidores convocados e efetivados

CARGO	CONVOCADOS	EFETIVADOS
Analista Judiciário	99	71
Oficial de Justiça Avaliador	66	43
Auxiliar Judiciário	100	74
Total	265	188

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS / TJPA



Os seis novos juízes substitutos que foram efetivados pelo TJPA em 2017

RICARDO LIMA

MAGISTRADOS

Foram convocados também 9 candidatos para o cargo de Juiz Substituto, dos quais sete foram efetivados.

Dois candidatos solicitaram final de lista e um pediu exoneração, restando 6 efetivados.

Estágio

Em 2017 foram contratados 561 estagiários.

Veja como foi a participação nos Processos Seletivos de 2017, bem como a contratação.

ANO	INSCRITOS	APROVADOS	CONTRATADOS *	VAGAS ABERTAS EM PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (11/2017)
2017	11.680	6.227	561	38

FONTE: CIEE / SGP

LOCALIZAÇÃO	PERCENTUAL	LOCALIZAÇÃO	PERCENTUAL
CAPITAL	46,11%	INTERIOR	53,89%
Apoio Direto – 1º Grau	37,76%	Apoio Direto – 1º Grau	52,56%
Apoio Direto – 2º Grau	3,04%	Apoio Indireto - Administrativo	1,33%
Apoio Indireto - Administrativo	5,31%	Total Geral	100%

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS / TJPA

ÉRIKA NUNES



Novos funcionários tomam posse e se somaram a outros servidores nomeados na gestão do biênio 2017/2019



ATENÇÃO INTEGRAL

Estratégia de saúde se fundamenta na prevenção

Programa na WebRádio Jus já tratou de 18 temas relacionados à rotina de servidores e magistrados



As ações em andamento constituem o eixo do Plano de Comunicação da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do TJPA, baseadas em estratégias de marketing voltadas para magistrados, servidores e terceirizados, com enfoque preventivo e uso de canais institucionais de comunicação. Uma das ações de comunicação executadas é o Programa Temas de Saúde, lançado em fevereiro de 2017 e veiculado três vezes por semana na WebRádio Jus, por meio de entrevistas com profissionais da Coordenadoria de Saúde. Já foram abordados 18 temas, entre os quais saúde mental, câncer, vírus da gripe, ginástica laboral, curativos, aposentadoria, saúde bucal da mãe e do bebê, relações familiares, suicídio, prevenção ao câncer de mama, qualidade de vida e longevidade, dentre outros. Trata-se de um recurso de educação para promover a saúde que extrapola os limites do Judiciário.

CARTILHAS

No portal interno do TJ há artigos e cartilhas sobre saúde, a exemplo da publicação em setembro com o tema de prevenção ao suicídio, que pode ser visualizada no link <http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=583055>.



**GINÁSTICA
LABORAL JÁ
ENVOLEU
115 SETORES
E 1.096
PESSOAS,
ENTRE
MAGISTRADOS E
SERVIDORES.**

ATIVIDADES FÍSICAS

Ginástica laboral, educação postural e aulas de treinamento funcional são as três atividades disponibilizadas a magistrados e servidores para combater o sedentarismo e o estresse e prevenir uma série de doenças que podem ser evitadas por atividades físicas regulares.

A ginástica laboral já envolveu 1.096 pessoas, entre magistrados e servidores, e 115 setores, por meio de 480 visitas, além da Saúde Itinerante, que foi à Comarca de Santa Izabel e ao Fórum de Mosqueiro.

Em 2017 foram atendidos pela atividade de educação postural 323 magistrados e servidores em 33 setores e 148 visitas. Na Comarca de Santa Izabel e no Fórum de Mosqueiro foram alcançados 154 servidores e magistrados.

As aulas de treinamento funcional alcançaram 13 servidores.

DIVULGAÇÃO

PESQUISA

Pesquisa com 1.419 magistrados e servidores identificou que 98,4% relataram melhoria no desempenho profissional; 95,8% mencionaram relaxamento e 89,6% prevenção; 99,2% avaliaram que os projetos trouxeram benefícios; 100% dos participantes disseram que recomendariam os serviços a outros setores do TJPA.

Visitas técnicas aos setores avaliam postos de trabalho, descrevem as atividades, identificam riscos ambientais, orientam sobre postura, ambiente e uso adequado de ferramentas e do mobiliário, bem como sobre a relação de trabalho, conforto e bem-estar do servidor. Em 2017 houve visitas a 16 setores, envolvendo 61 servidores em Belém e Ananindeua.

Exercícios de alongamento combatem o sedentarismo nos locais de trabalho



CAMPANHAS

Foram promovidas sete campanhas de educação em saúde e de prevenção a doenças, com destaque para o alerta a exageros no carnaval, de estímulo ao uso de preservativos para prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e incentivo à sobriedade ao dirigir veículos, para evitar acidentes no trânsito. Ação realizada no Edifício Sede, Fóruns Cível e Criminal e na Secretaria de Gestão de Pessoas; prevenção à Violência contra a mulher (em Belém, Santarém, Bragança e Parauapebas); Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão; Dia das Mães; família e uso de novas tecnologias; prevenção à violência contra a mulher; Abril Verde; Palestra e oficina sobre Alimentação Saudável no verão, com a participação de nutricionistas convidadas; e Outubro Rosa, contra o câncer de mama.

RODAS DE CONVERSA

Houve sete rodas de conversa, envolvendo 97 pessoas, sobre empoderamento feminino; constelação familiar; educação versus tecnologia, os desafios da família no século XXI; suicídio; saúde e espiritualidade; Síndrome de Burnout, dentre outros.

ABRIL VERDE

7 de abril
Dia Mundial da Saúde

28 de abril
Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho

Previna-se dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais.

www.tjpa.jus.br

Campanhas de saúde buscam o engajamento de servidores e magistrados

OFICINA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO VERÃO

Orientações de como preparar
SUCO DO VERÃO BRONZEADOR e ÁGUA SABORIZADA

Venha cuidar de você!

AMANHÃ 9H NO FÓRUM CÍVEL (AUDITÓRIO AGNANO)
SEXTA-FEIRA

COORDENADORIA DE SAÚDE TJPA

VACINAÇÃO

As campanhas de vacinação resultaram na aplicação de 1.764 doses em 2017, em parceria institucional com as secretarias municipal (de Belém) e estadual de Saúde, contra o vírus Influenza, tétano, 1ª e 2ª doses de hepatite B, febre amarela, tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola).

TESTES RÁPIDOS

Também foram feitos testes rápidos para atestar HIV, Sífilis e Hepatite na capital, em Santa Izabel e Mosqueiro.

SAÚDE ITINERANTE

O projeto Saúde Itinerante garante ações de promoção da saúde, qualidade de vida e prevenção de doenças às Comarcas do Interior, de acordo com

ÉRIKA NUNES

a Política estabelecida pelo Programa de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJPA. Em cada edição são disponibilizadas em torno de 13 atividades preventivas.

CINE TJ

O Cine TJ combina a exibição de filmes e debates para estimular a perspectiva crítica sobre temas contemporâneos, a exemplo da exibição do filme “As Sufragistas”, que discute o início do movimento feminista e seus métodos incomuns de luta.

SARAU DE TALENTOS

O Sarau de Talentos é promovido em parceria com o Departamento de Documentação e Informação (DDI) do TJPA e ocorreu em junho, quando os artistas do Judiciário apresentaram trabalhos manuais, desenhos e números musicais.



Interação e socialização entre servidores e magistrados no local de trabalho são o foco de iniciativas que promovem talentos e melhoram a qualidade de vida

HORTA

A oficina de cultivo de horta orgânica orienta magistrados e servidores a cultivarem hortas em suas próprias residências. Elas se articulam com as oficinas de alimentação saudável, com nutricionistas, eixo de atenção à saúde de extrema relevância na vida de magistrados e servidores. A atividade é feita em parceria com faculdades.

EXAMES

Exames periódicos por demanda livre, de forma contínua, e por mutirões tais como na SGP, no Fórum Criminal e Cível, Edifício Sede, na Comarca de Santa Izabel e no Fórum de Mosqueiro garantem as verificações básicas de saúde para monitoramento e medidas preventivas.

AÇÕES EDUCATIVAS

Foram realizadas 7 atividades educativas em Belém e Santarém, que incluem desde a Semana de Ambientação de novos servidores até visitas técnicas da Presidência nos Fóruns, envolvendo cerca de 400 magistrados e servidores.

ORGÂNICOS

Em parceria com o Núcleo Socioambiental, as feiras de produtos orgânicos estimulam o consumo consciente e saudável e a aquisição de produtos com desconto de 30% em relação ao mercado e tem ampla aceitação de magistrados e servidores. Nas feiras também ocorre orientação nutricional, pesagem corporal e medição de circunferência abdominal.

Feira de orgânicos melhora a qualidade de vida e incentiva a agricultura familiar

ÉRIKA NUNES





ANDREA CORDEIRO



Primeiras colocadas entre as mulheres na Corrida do TJPA e as medalhas confeccionadas com cartões reciclados

ARTESANATO

As exposições de produtos artesanais de servidores e seus familiares valorizam o talento de magistrados, servidores e familiares e asseguram a integração no ambiente de trabalho.

ODONTOLÓGICO

O ciclo de educação e prevenção em odontologia promoveu a educação e a conscientização sobre a manutenção da saúde oral e da prevenção de doenças com manifestações bucais, para estimular atividades e atitudes de prevenção. O fluxo dos atendimentos odontológicos foi reorientado para prevenção, educação e tratamento. Aos usuários que buscam atendimento pela primeira vez no Serviço Odontológico ou estão retornando após dois anos de afastamento foram promovidas 30 palestras educativas, 72 escovações supervisionadas, revelação de placa bacteriana e plano terapêutico para 82 pessoas atendidas. Os dados não incluem usuários atendidos diariamente no serviço odontológico, onde o Espaço Educativo Dentinho de Leite, para o público infantil, proporciona relaxamento à criança, desviando sua atenção do momento da consulta odontológica.

CORRIDA

A II Corrida do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) reuniu cerca de 300 pessoas, entre magistrados, servidores, terceirizados e estagiários. O evento ocorreu no dia 8 de dezembro e foi alusivo ao dia da Justiça, celebrado na mesma data. Todas as medalhas entregues aos participantes foram confeccionadas a partir de material reciclado, com 4.308 cartões de crédito e crachás que iriam para o lixo.

TROCAS SOLIDÁRIAS

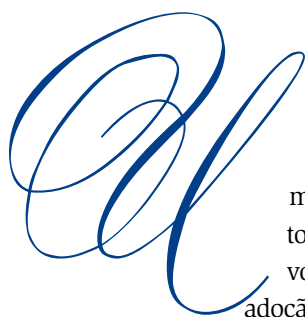
A 3ª edição da Feira de Trocas Solidárias, promovida em 17 de novembro, envolveu magistrados e servidores na troca de objetos usados em bom estado, como livros, CDs, roupas, discos de vinil, artesanatos, calçados e brinquedos. Os objetos são avaliados e seus valores revertidos na moeda ecológica chamada ECOS.

É uma iniciativa em parceria com o Núcleo Socioambiental e a Diretoria de Documentação e Informação do TJPA, para integrar servidores e desenvolver a Economia Solidária, a sustentabilidade e a cultura.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

GT estrutura programa de entrega voluntária de crianças para adoção

Objetivo é institucionalizar um protocolo de atendimento válido para todo o Estado



Um programa de atendimento às demandas de entrega voluntária de crianças para adoção está sendo estruturado por um Grupo de Trabalho (GT) criado ao final do Seminário “A entrega voluntária de crianças para adoção e o trabalho em rede”, em 24 de março de 2017. Entre 6 de abril e 28 de setembro, houve nove reuniões do GT, nas quais foram apresentados os atendimentos feitos em cada uma das instituições participantes; foi construída a matriz de trabalho com ações, atividades, prazos e responsáveis; foi exposta a rotina do atendimento pré-natal no Pará e elaboradas as propostas de fluxos de atendimento às mulheres e às famílias que manifestarem o desejo de entregar seus filhos a adoção. Encontra-se em fase de elaboração e pactuação o fluxo processual/judicial e a

indicação de classe e assuntos a serem utilizados, de acordo com as tabelas processuais unificadas do CNJ.

As reuniões do Grupo de Trabalho tiveram 80 participações, com média de 9 pessoas por reunião, representando os órgãos que compõem o GT (CEIJ; 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital; Ministério Público do Pará; Defensoria Pública; Secretaria de Estado de Saúde Pública; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda e Fundação Santa Casa de Misericórdia). Outras instituições convidadas a integrar o GT e que também estiveram presentes às reuniões foram a Comarca de São Domingos do Capim, Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci e Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), representada pelo Centro de Reeducação Feminino (CRF), Unidade Materno Infantil e Fundação Papa João XXIII.



*Juíza Danielle Buhrnheim,
Des. José Maria Teixeira
do Rosário e juiz João
Augusto Oliveira, no
seminário sobre entrega de
crianças para adoção*

DIVULGAÇÃO

*Roda de diálogo no
Hospital Abelardo
Santos sobre
entrega de crianças
para adoção*

DIVULGAÇÃO



**PROTOCOLO
PARA ENTREGA
VOLUNTÁRIA
DE CRIANÇAS
A ADOÇÃO
ESTÁ SENDO
ESTRUTURADO
POR UM GT.**



DIÁLOGO

A construção de fluxos entre hospitais e Judiciário foi feita por meio de rodas de diálogos, duas das quais envolveram a equipe psicossocial da Fundação Santa Casa, com 25 profissionais, entre assistentes sociais e psicólogas da maternidade, dos setores neonatal e da pediatria. Também houve três rodas de diálogo com o Hospital Regional Abelardo Santos, em Icoaraci, a última das quais com a participação das equipes da Vara da Infância e Juventude e da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude daquele distrito, totalizando 30 participantes. O objetivo foi elaborar e aprovar o fluxo de encaminhamentos do hospital à Vara Distrital de Infância e Juventude, considerando as três situações mais comuns na rotina hospitalar, incluindo a entrega voluntária de criança para adoção.

Para apresentar o Programa de Entrega Voluntária a Adoção, houve reunião com quadros das coordenadorias de proteção básica de saúde, de saúde da mulher e de saúde da criança e do adolescente da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), com o objetivo de sensibilizar os profissionais que atuam na área da saúde para aderir a ele.

Foi elaborado também um cronograma de ações de sensibilização e de formação das equipes que atuam nesses setores e a escolha de unidades de saúde para implantação piloto do Programa, considerando suas capacidades de atendimento desde o pré-natal até o puerpério. Essa reunião teve a participação de 14 pessoas.

Um cronograma de sensibilização e formação das equipes médicas e de enfermagem da maternidade do hospital Santa Casa será apresentado pela CEIJ à presidente da Fundação, para os devidos encaminhamentos.



DIVULGAÇÃO

GT avalia informações de famílias interessadas em entregar crianças a adoção



RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Núcleos especializados melhoram a gestão dos precedentes judiciais

Mudança deu celeridade ao exame dos recursos e mais qualidade às decisões da Presidência



A criação de núcleos especializados é a metodologia usada pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para padronizar os procedimentos do juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais, ação do Macrodesafio gestão de demandas repetitivas e grandes litigantes do Plano de Gestão 2017-2019.

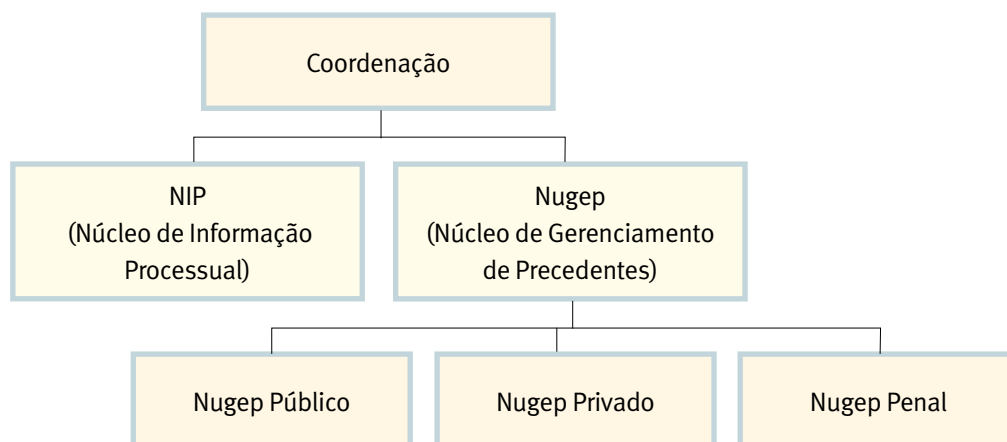
Essa configuração aprimorou a metodologia de trabalho, a partir da divisão das atividades em núcleos especializados por matéria. Mantendo a organização do setor em núcleos, a mudança aperfeiçoou o desenvolvimento dos trabalhos, anteriormente divididos por tipo de tarefa, como a triagem preliminar de pressupostos processuais e pesquisas, que compunham a estrutura anterior do setor.

O setor foi reorganizado em 2017, de acordo com o que determina o Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 235/2016: Núcleo da Coordenação, Núcleo de Informação Processual (NIP) e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes Judiciais (Nugep), este último nas especialidades do direito público, do direito penal e do direito privado.



**NÚCLEOS
ESPECIALIZADOS
MELHORARAM
A EFICIÊNCIA E A
PRODUTIVIDADE
DA COORDENADORIA
DE RECURSOS
EXTRAORDINÁRIOS
E ESPECIAIS DO TJPA.**

A mudança acelerou o exame dos recursos e deu mais qualidade às decisões da Presidência. A seguir o novo organograma, a partir da reorganização:



A metodologia de trabalho aprimorada culminou, também, no melhor controle dos números e produtividade de cada núcleo, conforme tabela abaixo:

Produtividade

(Período: 1/2 a 24/10/2017)

NUGEP	RE	RESP	ARESP	ARE	E.D	OUTROS	TOTAL DE RECURSOS	RECURSOS DESPACHADOS	PRODUTIVIDADE (%)
Nugep Público	220	441	218	102	10	106	1.097	859	78,3%
Nugep Privado	29	266	137	16	8	42	498	424	85,14%
Nugep Penal	37	526	130	12	4	32	741	639	89,37%
Coordenação	0	0	0	0	0	50	50	41	82%
Nip	2	19	0	0	0	5	26	23	88,46%
Total Da Coordenadoria							2.412	1.963	81,38%
Nugep Gestão	Sobrestados pela Presidência								357
	Sobrestado pelos Relatores								94
	Total de processos gerenciados na sistemática dos repetitivos								451

FONTE: PLANILHA DE CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO NIP – NÚCLEO DE INFORMAÇÃO PROCESSUAL.

PERÍODO: DE 01/02 A 24/10/2017

RE – Recurso Extraordinário

RESP – Recurso Especial

ARESP – Agravo no Recurso Especial.

ARE – Agravo no Recurso Extraordinário

ED – Embargos de Declaração

OUTROS – Agravo Interno, pedido de reconsideração, suspensão de segurança, exceção de suspeição

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Mais de 8 mil processos de presos provisórios foram apreciados em 2017

TJPA cumpriu as determinações do CNJ no âmbito do projeto "Choque de Justiça"



avaliação de mais de 8,2 mil processos de presos provisórios, homens e mulheres, no interior e na capital, inclusive de recursos pendentes no âmbito do 2º grau de jurisdição, foi o resultado do trabalho do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Pará (GMF/TJPA). Foram dois esforços concentrados, um no primeiro semestre e outro no segundo semestre. As iniciativas integram as ações do projeto “Choque de Justiça”, criado pela ministra Cármen Lúcia, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de regularizar a situação de presos perante a lei e evitar o agravamento do quadro de superlotação dos presídios.

O 1º esforço concentrado, entre 20 de fevereiro e 17 de março, selecionou um total de 4.010 de processos pendentes de análises, de réus presos provisórios há mais de 180 dias, reavaliou 3.101, designou 1.479 audiências, manteve 3.402 prisões e revogou 912. Na segunda fase, entre 20 de março e 28 de abril, houve a instrução e julgamento dos processos, com 337 audiências e 390 processos sentenciados. Do total de 724 processos reavaliados, não pôde haver julgamentos em 18,05% do total de 4.010 processos pendentes apresentados pelas Varas. Em 80,95% dos casos em que não houve julgamento, isso se deu por situações alheias ao Poder do Judiciário, entre as quais greve branca, a não apresentação de presos pela Susipe, falta de promotor e defensor público, entre outros. Em 19,05% dos casos, a responsabilidade foi do Poder Judiciário.



ÉRIKA NUNES

O desembargador Presidente, Ricardo Ferreira Nunes, acompanhado dos juízes auxiliares da Presidência, recebe o desembargador Ronaldo Valle, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), juntamente com os juízes da Vara de Execuções Penais e servidores do grupo.

MULHERES

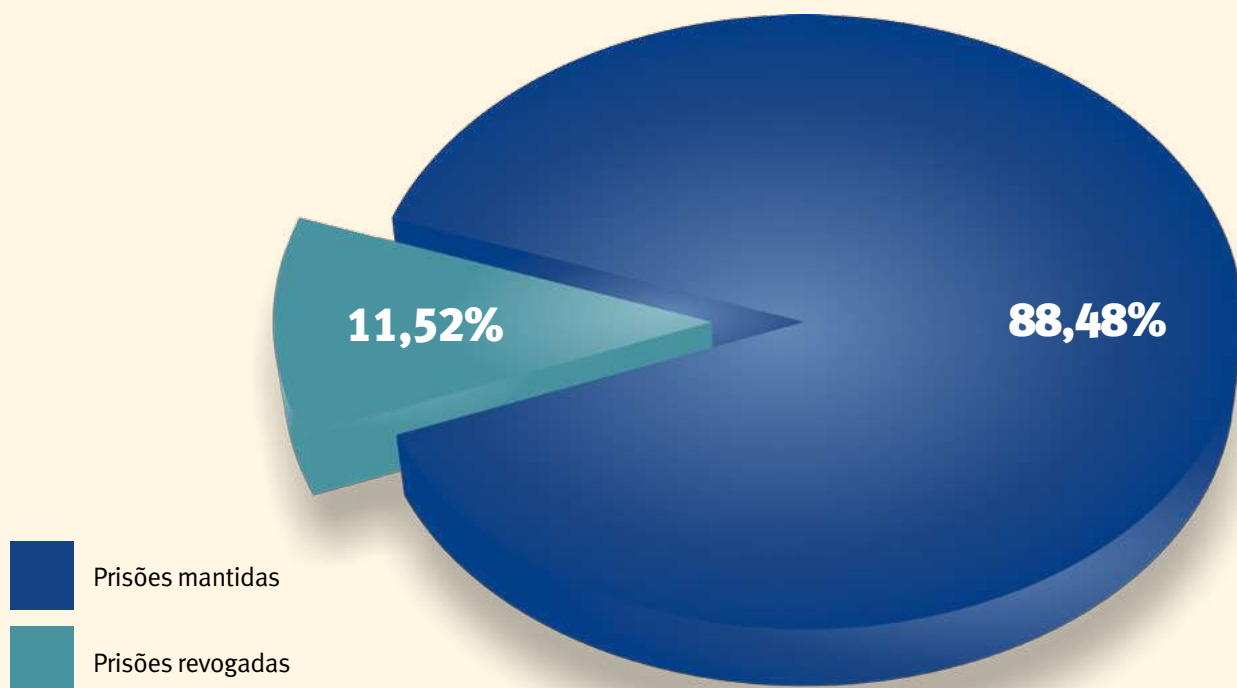
Uma inovação do GMF/TJPA foi o 1º Esforço Concentrado exclusivo a processos de mulheres presas provisórias com a data de prisão igual ou superior a 180 dias, entre 19 e 23 de junho, quando foi feita a revisão de todos os processos, com designação de audiências e expedição dos atos de comunicação. Foram selecionados 257 processos de mulheres presas provisórias pendentes de análises e estabelecido prazo, até 30 de agosto, para o julgamento de todos eles. Foram reavaliados 225 processos, designadas 94 audiências, com 192 prisões mantidas, 25 prisões revogadas e 28 sentenças (2 absolutórias e 26 condenatórias).

Na fase de instrução e julgamento, houve a impossibilidade de julgamento de 63 processos, o equivalente a 28% do total de processos pendentes revisados. O percentual de responsabilidade do Poder Judiciário foi de 38,09% e o de situações alheias ao Poder Judiciário foi de 61,91%.



**UMA INOVAÇÃO
FOI O ESFORÇO
CONCENTRADO
PARA REAVALIAR
A SITUAÇÃO
DE 225 PRESAS
PROVISÓRIAS POR
MAIS DE 180 DIAS,
RESULTANDO
EM 192 PRISÕES
MANTIDAS, 25
REVOGADAS E 28
SENTENCIADAS,
DUAS DAS QUAIS
ABSOLUTÓRIAS.**

Prisões mantidas e revogadas



FONTE: GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO (GMF) / TJPA

RECURSOS

O esforço concentrado sobre processos de réus presos com recursos pendentes também foi feito em duas fases, entre 1º de julho e 30 de agosto. Na primeira fase foi analisado o quantitativo de recursos pendentes de julgamento no Tribunal e na segunda fase foram levantados dados relativos aos julgamentos desses recursos, como as datas e registro sobre os novos recursos recebidos no período.

O 2º esforço concentrado determinou que todas as Varas e Comarcas com competência em matéria criminal promovessem, entre 16 e 30 de outubro, a revi-

são de todos os processos com réus presos provisórios, designando audiências e expedindo atos de comunicação. Para a instrução e julgamento dos processos ficou estabelecido o período entre 20 de novembro e 5 de dezembro.

O GMF executou, também, as seguintes atividades:

- > Acompanhou o cumprimento das recomendações, resoluções e compromissos assumidos nos seminários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao Sistema Carcerário.

> Analisou dados enviados por juízes e servidores de Varas e Comarcas com feitos criminais, nos relatórios de apreciação e julgamento dos processos de presos provisórios, para a simplificação do modelo de relatório.

> Recebeu denúncias e acompanhou processos envolvendo maus tratos e tortura de custodiados.

> Atualizou junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) os dados do sistema prisional, a partir das informações das Varas Criminais.

> Requisitou à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) dados atualizados de adolescentes das unidades do sistema socioeducativo.

> Elaborou gráficos com base nos dados diários da Fasepa, para permitir a análise da política estadual de atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei.

> Requisitou e analisou dados atualizados sobre presos provisórios do Pará, fornecidos pela Susipe.

> Fez a análise comparativa dos dados fornecidos pela Susipe e pelo sistema Libra sobre presos provisórios e o número de processos com presos provisórios.

> Acompanhou e catalogou os relatórios das inspeções carcerárias nas unidades prisionais da Região Metropolitana e do Interior.

> Atendeu às Varas e Comarcas criminais do Estado e orientou-as.

> Solicitou providências à normalização de rotinas processuais, em razão de eventuais irregularidades.

> Oficiou à Susipe, à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e ao Juiz Corregedor dos presídios da Região Metropolitana de Belém (RMB) para pedir providências contra denúncias de irregularidades.

GMF coordena ações voltadas ao sistema carcerário

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará (GMF) foi instituído pelo TJPA em 2016 e começou a funcionar em 7 de fevereiro de 2017, no Anexo II do Fórum Criminal de Belém.

O GMF é formado por um desembargador-superior, um juiz-coordenador, um secretário, um auxiliar de secretaria e um estagiário. Sua missão é

planejar e coordenar as ações e programas do Judiciário para o sistema carcerário e em relação às medidas socioeducativas. Suas competências e atividades são definidas na Lei nº. 12.106/2009, na Resolução nº 214/2015 do CNJ e na Portaria nº 513, de 14/04/2009 do CNJ, bem como nas diretrizes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

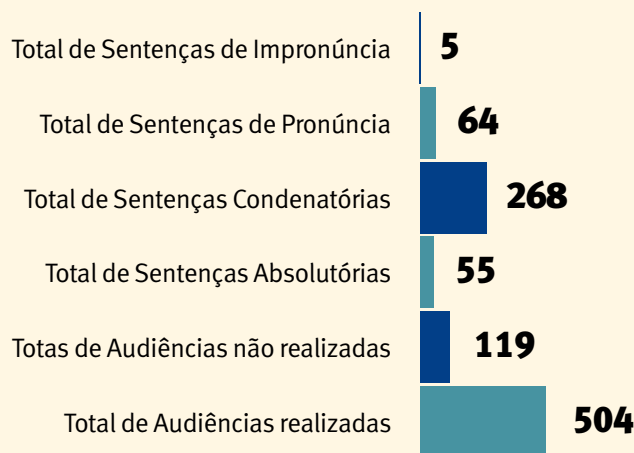
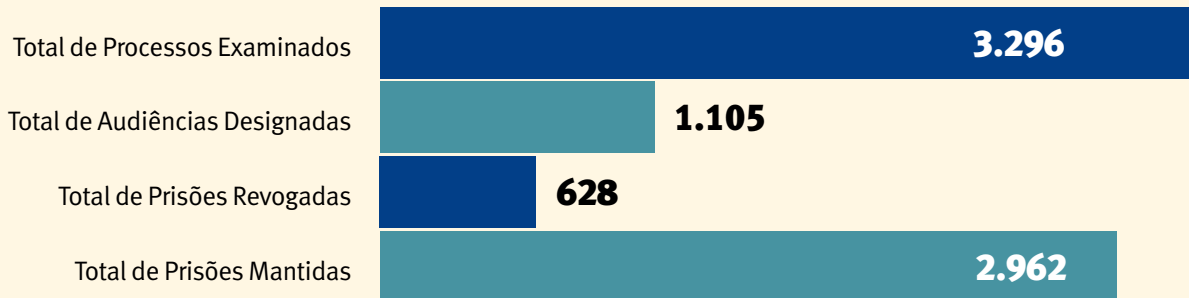
SEGUNDO ESFORÇO

O 2º Esforço Concentrado realizou-se entre 16 e 30 de outubro e analisou 4.272 processos pendentes, dos quais 3.296 foram reavaliados. Foram designadas 1.105 audiências, mantidas 2.962 prisões e 628 foram revogadas.

Entre 20 de novembro e 5 de dezembro houve a 2ª fase, de instrução e julgamento dos processos, com 504 audiências e 392 processos sentenciados. Do total

de 819 processos reavaliados, não houve julgamento de 19,19% dos 4.272 processos pendentes apresentados pelas Varas. Em 81,82% desses casos, a impossibilidade se deu pela não apresentação de presos pela Susipe, ausência de promotor ou defensor público, entre outros. Em 18,20% dos casos, a responsabilidade foi do Poder Judiciário, a maior parte delas refere à pauta sobrecarregada

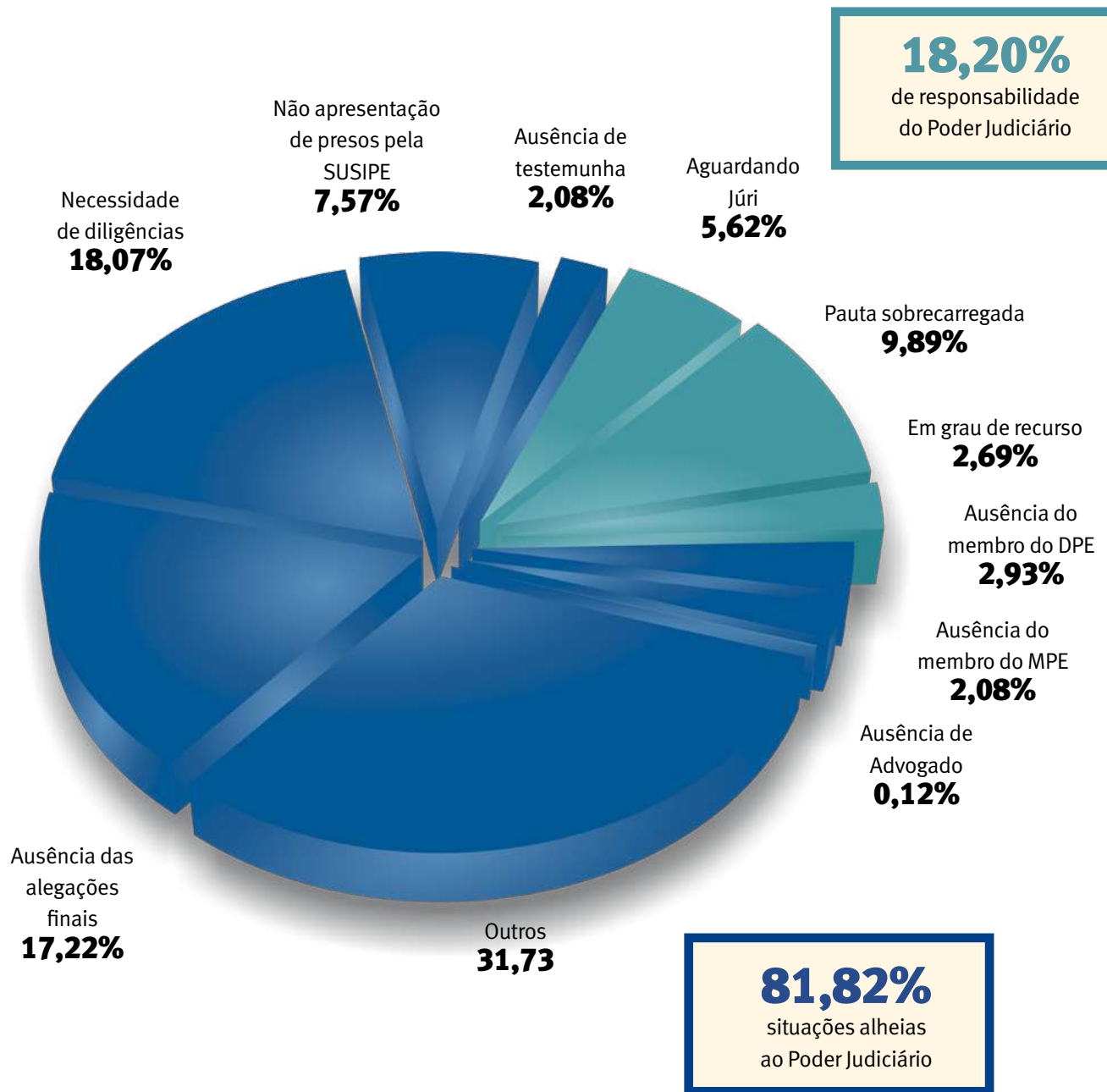
Números



FONTE: GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO (GMF) / TJPA

2º Fase Esforço Concentrado - Justificativas

(Instrução e Julgamento dos Processos com Réus Presos Provisórios)



*Outros representa as seguintes justificativas: aguardando laudo pericial, aditamento da denúncia pelo MP para a inclusão de corréu, alegações finais, inquérito policial, defesa prévia, entre outras.

Justificativa baseada em 819 processos.

MANUALIZE LEGAL

Manuais de procedimentos fortalecem o controle interno e reduzem os riscos no TJPA

Projeto do TJPA foi apresentado a representantes de todo o Judiciário nacional em congresso de inovação tecnológica



isematizar as rotinas administrativas em manuais de procedimentos, para fortalecer o sistema de controles internos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), foi uma das principais atividades da Secretaria de Controle Interno (SCI) em 2017.

A segregação das atividades de Controle Interno e Auditoria Interna, conforme as novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), permitiu um novo formato de avaliação da governança, do gerenciamento de riscos e da capacitação, mitigando os riscos por meio de planos de ação para cumprir as metas da gestão

O projeto “Manualize Legal” padroniza procedimentos internos e rotinas de trabalho e a SCI opera como tutora das unidades interessadas em utilizar

a ferramenta informatizada para elaborar os manuais das suas próprias rotinas.

Um workshop para os servidores da Escola Superior da Magistratura (ESM) trabalhou a importância dos manuais de procedimentos administrativos.

Servidores das secretarias de Controle Interno e de Informática, que compõem e equipe do Projeto Manualize Legal, apresentaram a ferramenta no 12º Congresso de Inovação do Poder Judiciário (Conip 2017), evento que debate limites e possibilidades das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para inovar e modernizar o Judiciário. Os servidores do TJPA demonstraram a metodologia e divulgaram o projeto Manualize Legal a representantes de todo o Judiciário nacional.

DIVULGAÇÃO



A secretária de Controle Interno do TJPA, Débora Moraes Gomes, atua como facilitadora em curso sobre a nova contabilidade pública para o controle interno, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado

Parcerias reforçam o TJPA como referência em gestão de riscos



**PROJETO
MANUALIZE
LEGAL, QUE
PADRONIZA
ROTINAS
NO TJPA, FOI
APRESENTADO
AO JUDICIÁRIO
DE TODO O
PAÍS NO 12º
CONGRESSO
DE INOVAÇÃO DO
JUDICIÁRIO.**

A Secretária de Controle Interno do TJPA atuou como facilitadora no curso “A Nova Contabilidade Pública para o Controle Interno”, nos municípios de Salinópolis, Santarém e Marabá, no âmbito do “Projeto Capacitação”, da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas dos Municípios.

A SCI promoveu também o “Workshop de Práticas em Gestão de Riscos”, ministrado por servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sobre avaliação, análise e tratamento de riscos, além de casos práticos de gerenciamento de riscos adotados naquele Tribunal. A atividade foi organizada com base no Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), para promover o intercâmbio de informações, fomentar o desenvolvimento de ações e minimizar os custos com futuras contratações, aquisições e serviços no Judiciário.

ÉRIKA NUNES

Planos de ação reforçam o controle da gestão

A SCI promoveu também atividades pedagógicas para reforçar os mecanismos de controle de gestão operacional e a avaliação dos ambientes de controle da instituição. A Secretaria de Gestão de Pessoas operacionalizou, por exemplo, a capacitação de gestores e servidores de unidades administrativas em Governança Pública e Gestão de Riscos, a partir de agosto, quando foram promovidos seis workshops para treiná-los em conceitos de governança corporativa aplicáveis a órgãos públicos, controle interno, auditoria interna e gestão de riscos. O resultado foi a elaboração da Política de Gestão de Riscos do TJPA, cujo objetivo é melhorar as decisões da alta gestão, a médio e longo prazos, e viabilizar o acesso a dados que minimizem os obstáculos às ações estratégicas da instituição.

PATRIMÔNIO

Junto com a Comissão Permanente de Patrimônio, a SCI promoveu um plano de ação para fortalecer os controles e a adequação das demonstrações contábeis dos bens patrimoniais do TJPA às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.10), para avaliar e mensurar ativo e passivo e elaborar a Política de Avaliação Patrimonial do Judiciário paraense.



Ações pedagógicas e treinamentos ajudaram os servidores e gestores do Judiciário a compreender conceitos de governança pública e gestão de riscos



PROCESSOS DE TRABALHO

A Divisão de Auditoria inovou ao instituir um método de Monitoramento de Processo de Trabalho, utili-

zando como projeto-piloto o monitoramento da Frota de Veículos do TJPA, junto com a Divisão de Transporte.

MANIFESTAÇÃO DE CONFORMIDADE

Abaixo, gráfico demonstrativo das atividades de análise de conformidade de processos, uma das atribuições da SCI:

Auditorias e Monitoramentos

Foram feitos 17 monitoramentos entre auditorias e inspeções, conforme segue:

TÍTULO	Q.REC.	Q.R.OK	IAC
002/2012 - Auditoria Simultânea Contratos de TI	17	17	100%
003/2013 - Auditoria Operacional do Setor de Patrimônio	10	6	73%
004/2013 - Auditoria Operacional de Gestão de Pessoas	10	9	95%
005/2013 - Auditoria de Resultado de Obras	15	13	96%
006/2013 - Auditoria Operacional Retenção Previdenciária e Trabalhista	9	8	94%
008/2013 - Auditoria Operacional de Contratos	16	14	97%
009/2013 - Auditoria Operacional de Convênios	11	8	88%
010/2013 - Auditoria Operacional de Processos Licitatórios	13	11	89%
011/2013 - Auditoria Operacional de Transportes	17	9	70%
012/2013 – Auditoria Operacional do Almoarifado	14	3	71%
013/2013 – Auditoria Especial da Coordenadoria Militar	6	2	48%
005/2014 – Auditoria Operacional em Processos de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade	22	0	0%
002/2015 – Auditoria Operacional de Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação	11	0	49%
003/2014 - Consumo de Combustíveis	4	4	100%
001/2015 - Justiça Militar	3	0	40%
003/2015 - Serviço de Telecomunicação Móvel	8	0	0%
001/2016 - Serviço De Telecomunicação Fixa	9	0	0%
	195	104	65%

FONTE: SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO / TJPA

As auditorias resultaram em recomendações aos setores, a maioria delas acatadas e implementadas para melhorar os controles internos dos processos de

trabalho da instituição, como demonstra a medição do Índice de Alcance da Conformidade (IAC), observado no gráfico abaixo:

Classificação das Auditorias

Quanto ao Empenho das Unidades na Busca da Conformidade:

CLASSIFICAÇÃO	Q.AUDI.	%
Excelente (80%<IAC<=100%)	8	47%
Bom (60%<IAC<=80%)	3	18%
Regular (40%<IAC<=60%)	2	12%
Insuficiente (0%<=IAC<=40%)	4	24%

FONTE: SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO / TJPA

Mais da metade das unidades, 65%, tiveram comportamento entre “Excelente” e “Bom” quanto ao empenho em resolver os problemas detectados pela auditoria para melhorar os processos de trabalho e agregar valor à instituição.

AUDI

O Sistema AUDI, de auditoria, foi desenvolvido em 2013 por servidores das secretarias de Controle In-

terno e Informática, para auxiliar as auditorias internas com relatórios padronizados.

A SCI divulgou o Sistema AUDI a prefeituras no evento Capacitação, do TCM-PA, em Salinópolis, Santarém e Marabá, e treinou auditores do Tribunal de Contas do Estado do Pará na metodologia de auditorias com o Sistema AUDI.

O Tribunal de Justiça do Acre solicitou que o TJPA enviasse servidor com expertise na utilização do sistema AUDI para treinar auditores no método de elaboração de auditorias aplicado pelo TJPA, mais uma evidência dos bons resultados do sistema.

PLANO

Visitas técnicas integram e fortalecem Judiciário

Encontros ocorreram em Belém e Paragominas



Presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, junto com sua equipe técnica, realizou, em 2017, Visitas Técnicas Institucionais à Comarca de Belém (nos Fóruns Cível e Criminal) e à Região Judiciária de Paragominas, para discussão do Plano de Gestão 2017-2019. Participaram dos eventos 288 pessoas, sendo 108 magistrados e 180 servidores.

Além de discutir estratégias, com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional, os encontros permitem à gestão tomar conhecimento da realidade de trabalho nas unidades judiciárias envolvidas, com o compartilhamento de informações e experiências.

As Visitas Técnicas Institucionais ocorreram nos dias 24 e 25 de agosto, no Fórum Cível, e nos dias 31 de

agosto e 1º de setembro, no Fórum Criminal, reunindo os juízes da 3ª entrância. Em Belém, foram debatidos temas como a celeridade e produtividade da prestação jurisdicional, aperfeiçoamento das ações coletivas e gestão de sistemas de informática, violência contra a criança e o adolescente, a realização de esforços concentrados para o julgamento de presos provisórios e aperfeiçoamento da segurança institucional. Todos esses temas foram conduzidos, em oficinas, por juízes moderadores. Já a visita a Paragominas foi realizada nos dias 23 e 24 de novembro, no Fórum do Município. Como incremento à reunião, além dos temas Adoção de Soluções Alternativas de Conflito, Modernização da Infraestrutura e o Idoso em Condições de Vulnerabilidade, foi realizada oficina sobre as tabelas processuais



Presidente Ricardo Nunes conversa com magistrados em Paragominas, durante encontro que durou dois dias



O ENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO REUNIU MAGISTRADOS E DIRETORES DA SECRETARIA DE UNIDADES JUDICIÁRIAS EM TORNO DE INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIARÃO A EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO.

unificadas para servidores. Participaram magistrados e servidores das Comarcas de Augusto Correa, Aurora do Pará, Bragança, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna, Mãe do Rio, Primavera, Ulianópolis, Viseu e Paragominas.

O envolvimento participativo de magistrados e diretores de secretaria de unidades judiciárias serviu para a coleta de informações, que subsidiarão a execução do Plano de Gestão. Os dados também serão utilizados para a revisão do Planejamento Estratégico de 2015-2020, conforme a Resolução nº 35/2016, em consonância com a Resolução nº 221/2016 do Conselho Nacional de Justiça que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário.

Durante o ano de 2018, as Visitas Técnicas Institucionais estão agendadas para as unidades judiciárias das regiões de Castanhal, Marabá e Santarém.

RICARDO LIMA



No Fórum Cível, Presidente e magistrados trocam informações sobre o Plano de Gestão com magistrados e diretores de secretaria

RICARDO LIMA



*No Fórum Criminal,
encontro com Presidente
discutiu temas relevantes
para o Judiciário do
Estado do Pará*

PROTEÇÃO	90
Combate à violência contra as mulheres ganha as ruas	
CONSCIENTIZAÇÃO	99
Corações e mentes pela dignidade das mulheres	
ITINERÂNCIA	
Judiciário fez 2,5 mil atendimentos em nove municípios do Marajó	100
CONFLITOS	111
Cejuscs fizeram 27 mutirões e fecharam 6,7 mil acordos	
PACIFICAÇÃO	
Casa de Justiça e Cidadania fez mais de dois mil atendimentos	114
CONCILIAÇÕES	
Semana Nacional registrou 3,6 mil acordos e R\$ 10 milhões negociados	116
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Projeto amplia rede de proteção a crianças e adolescentes em Belém	124
DÍVIDA PÚBLICA	127
Conciliações pagam mais de 12,4 milhões de precatórios	
SUPORTE	
Magistrados contam com central de apoio e comunicação interna	129
INTERESSE COLETIVO	
Debates sobre direitos humanos reuniram mais de 3 mil pessoas	130
PRIORIDADE	
Selos vão identificar processos de atentados a direitos humanos	134
APOIO	
Vice-Presidência cuida da dinâmica processual no âmbito do 2º grau	136
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	
Projetos e resoluções legitimaram ajustes ao novo CPC e à expansão	140
1º GRAU	
Comitê Único cuidou de lotação paradigma e orçamento público	142
TERRA	
Função social norteia ações da Ouvidoria Agrária do TJPA	144

Parte II

Service Jurisdictional



ÉRIKA NUNES

PROTEÇÃO

Combate à violência contra as mulheres ganha as ruas

Judiciário acelera a tramitação de processos e investe na conscientização



combate à violência contra a mulher é prioridade do Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para o biênio 2017-2019. Várias ações têm sido feitas para acelerar a tramitação de processos e garantir medidas de proteção previstas em lei. Parcerias também são firmadas com instituições da sociedade civil, entre as quais sindicatos, escolas públicas e Polícia Militar, para esclarecer o alcance da Lei Maria da Penha e contribuir para prevenir e erradicar a violência doméstica contra as mulheres no País.

Coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid), a Desembargadora Diracy Nunes Alves coordenou a 7ª e 8ª etapas da campanha “A Justiça pela Paz em Casa”, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que intensificou o combate à violência contra a mulher a partir de 2015.

Nos períodos de 6 a 10 de março e de 21 a 25 de agosto, a Cevid promoveu ações com a rede de proteção à

mulher no Estado (ProPaz Mulher, polícias Civil e Militar, Defensoria Pública e Ministério Público), visitou abrigos para vítimas de violência doméstica e familiar na capital e no interior, capacitou policiais militares, proferiu palestras para alunos do ensino médio, sobre igualdade de gênero como meio eficaz para erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, e participou do projeto Sala de Espera, da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa), distribuindo folhetos sobre violência de gênero. Organizou também a ação de cidadania que encerrou a 7ª etapa da campanha, na Praça dos Estivadores, parceria com governo do Pará, que emitiu documentos e garantiu imunização e exames. Em clima de festa, o encerramento também teve apresentação de grupos folclóricos, divulgação de trabalhos artesanais das detentas do Centro de Recuperação Feminino e orientação quanto à violência de gênero, com folhetos, além da divulgação dos locais de atendimento às vítimas.



Policiais militares recebem capacitação para atuar em casos que envolvam violência doméstica e familiar contra as mulheres

Resultados da 7ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Audiências preliminares	241
Audiências de instrução	197
Audiências de custódia	08
Despachos proferidos	1.289
Medidas protetivas	1.432
Sessão do Júri	01
Decisões	839
Arquivamentos	731
Sentenças de conhecimento com mérito em violência doméstica contra mulher	345
Sentenças de conhecimento sem mérito em violência doméstica contra mulher	546
Processos movimentados na semana	9.920



PARCERIAS COM SINDICATOS, ESCOLAS E POLÍCIA MILITAR ESCLARECEM O ALCANCE DA LEI MARIA DA PENHA E CONTRIBUEM PARA PREVENIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

FONTE: COORDENADARIA ESTADUAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR - CEVID / TJPA



Resultados da 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Audiências preliminares	160	Número de magistrados	60
Audiências de instrução	462	Número de servidores	125
Despachos	2.670	Número de processos movimentados	7.748
Medidas protetivas	328	Sentenças de conhecimento com mérito em Violência doméstica contra mulher	950
Sessões do Júri	2		



A Secretária de Educação, Ana Cláudia Hage, assina a cooperação técnica com o TJPA, na presença do Desembargador Presidente, Ricardo Ferreira Nunes; da Coordenadora da Cevid, Desa. Diracy Nunes Alves; da Juíza-auxiliar da Cevid, Reijjane Oliveira, e da Secretária-adjunta de Administração do TJPA, Maria de Lourdes Carneiro Lobato

ESCOLAS

Em 21 de agosto, na abertura da 8ª etapa da campanha “A Justiça pela Paz em Casa”, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, entre o TJPA e a Secretaria de Estado de Educação, para viabilizar o projeto “Judiciário na Escola: unindo esforços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”, que consiste em palestras e atividades voltadas ao tema em escolas públicas estaduais dos bairros da Sacramento, Pedreira, Guamá, Cremação, Terra Firme e Jurunas, selecionadas com base na incidência de casos de violência registrados e nos projetos desenvolvidos em cada unidade. As escolas escolhidas para dar início ao projeto foram a Professora Graziela Moura Ribeiro e Santa Luzia, na Sacramento; Justo Chermont e Salesiano do Trabalho, na Pedreira; Santos Dumont e Antônio Paes da Silva, no Guamá; Ruth Rosita de Nazaré Gonzalez e Amilcar Tupiassu, na Terra Firme; e Prof. Camilo Salgado e Placídia Cardoso, no Jurunas.

Também foi feita a requalificação dos policiais militares da Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (Ciepas), a partir de técnicas dos círculos de paz, para estimular a reflexão sobre a contribuição do policial militar na prevenção e erradicação da violência contra a mulher.

Como prévia da 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa Nossa Justa Causa, a Cevid participou, em 19 de agosto, da ação promovida pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado (Sinduscon), em comemoração ao Dia Nacional da Construção Social, dia dedicado à prestação de serviços e lazer aos operários e seus familiares, que alcançou o número recorde de mais de 17 mil atendimentos, segundo informações do Sinduscon.

ÉRIKA NUNES

Sentenças de conhecimento sem mérito em violência doméstica contra mulher

634

Sentenças de conhecimento criminais com mérito em Femicídio

1

Conscientização e julgamentos envolvem capital e interior

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPA (Cevid/TJPA) participou da programação do projeto Cejusc Itinerante, da Coordenadoria dos Juízados Especiais, no dia 6 de maio, em Benevides, Região Metropolitana de Belém. Durante o evento, a Cevid/TJPA veiculou vídeos explicativos sobre os tipos e o ciclo da violência contra a mulher. O trabalho de conscientização se estendeu ao dia 7, durante partida entre Remo e Paysandu, com atividade socioeducativa de combate à violência contra a mulher no estádio olímpico Edgar Proença, o “Mangueirão”.

Em homenagem ao dia das mães, a Cooperativa Social de Trabalho e Arte Feminina Empreendedora, formada por detentas dos regimes fechado e semiaberto do Centro de Reeducação Feminino (CRF), expôs seus trabalhos à venda, no hall das Corregedorias do prédio-sede do TJPA, na avenida Almirante Barroso. A cooperativa foi formada há quatro anos e reúne 28 internas do CRF, que produzem bonecas de pano e peças variadas em crochê e tricô.

SANTARÉM

Em Santarém, na Vara de Violência Doméstica da Comarca, a Desembargadora Diracy Nunes Alves se reuniu com representantes de várias instituições da rede de apoio às vítimas de violência doméstica e familiar, entre as quais Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Fundação ProPaz, Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará, Polícia Militar, secretarias municipais de Educação, Saúde, além de membros da Vara de Violência Doméstica do Município. Ela discutiu com eles formas de atuação no enfrentamento da vio-



ÉRIKA NUNES

lência doméstica e familiar contra a mulher, alinhando as ações e expondo os projetos em andamento

Houve visitas ao Centro de Referência e Atendimento Especializado e Assistência Social Maria do Pará, ao Propaz Mulher e também palestra da Desembargadora Diracy Alves aos alunos de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).



Cooperativa formada por 28 internas do Centro de Recuperação Feminino (CRF) expuseram sua produção de peças de crochê e tricô durante homenagem às mães, no TJPA

MARABÁ

Trinta sentenças prolatadas e impulso à tramitação de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher foram o resultado do esforço concentrado que envolveu a 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá, com competência para processar e julgar crimes do Tribunal de Júri. A unidade foi selecionada a partir de correição ordinária da Corregedoria do Interior, no período de 15 a 19 de maio e 2017.

Sudeste do Pará se mobiliza contra violência de gênero

Durante o mês de outubro, a Desembargadora Diracy Nunes Alves visitou a região sudeste do Estado e conversou com lideranças políticas e da sociedade civil sobre as estratégias do Judiciário para prevenir, combater e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No dia 24, a Desembargadora se reuniu com a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Marabá e apresentou o projeto Judiciário na Escola, além da minuta do convênio entregue ao Secretário Municipal de Educação, Luciano Lopes Dias.

No dia 25, a equipe da Cevid capacitou 27 policiais militares e 11 guardas municipais que atendem diretamente as vítimas de violência doméstica. O treinamento ocorreu no Fórum da Comarca de Marabá, de 9 ao meio-dia.

No dia 25, a Desembargadora Diracy se reuniu com os prefeitos de Redenção, Cumaru do Norte e Pau D'Arco, com o comandante da Polícia Militar, superintendente da Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, representante da OAB local e delegado de Polícia de Cumaru e Pau D'Arco, para articular a rede de apoio às vítimas de violência doméstica.

A pedagoga Aline Farias, da Cevid, durante capacitação sobre Lei Maria da Penha e medidas protetivas, no Fórum de Marabá

Juiz da 3ª Vara Criminal, Alexandre Arakaki, durante capacitação para agentes de segurança pública em Marabá



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO



A Des. Diracy Nunes Alves fala a vereadores e a representantes da sociedade civil, na Câmara de Redenção, sobre as iniciativas e projetos do TJPA para o combate à violência contra a mulher

DIVULGAÇÃO

No dia 26, a equipe da Coordenadoria de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar deu capacitação à rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, com técnicas do círculo de construção de paz. A atividade teve como público:

- > Grupamento de Bombeiros
- > Representante da secretaria de saúde dos municípios de Redenção, Cumarú e Pau D'arco
- > Representante da secretaria de Educação dos municípios de Redenção, Cumarú e Pau D'arco
- > Batalhão da Polícia Militar
- > Coordenação de Atenção Básica
- > Agente Comunitário de Saúde
- > Polícia Civil – DEAM

- > CRAS/ CREAS
- > Representante da Secretaria de Assistência Social dos municípios de Redenção, Cumarú e Pau D'arco
- > Colaboradores dos 06 hospitais da cidade de Redenção

FORMAÇÃO

No dia 27, a Cevid e o Juiz da Vara Criminal de Redenção, Haroldo Fonseca, deram palestra para representantes da sociedade civil e alunos universitários, sobre a Lei Maria da Penha e o combate à violência doméstica contra a mulher. A atividade foi no Plenário da Câmara de Redenção, com a participação de mais de 200 pessoas



ÉRIKA NUNES

Estudantes da Escola Placídia Cardoso, no Jurunas, aprendem a identificar os tipos de violência contra as mulheres

A Des. Diracy Nunes Alves conversa com estudantes do Paes de Carvalho sobre a Lei Maria da Penha, durante visita dos jovens às Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, no Fórum Criminal

ÉRIKA NUNES



SETE EM CADA DEZ MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA NO BRASIL SÃO VÍTIMAS DE UM HOMEM DE SUAS RELAÇÕES AFETIVAS E FAMILIARES.

CONSCIENTIZAÇÃO

Corações e mentes pela dignidade das mulheres

Estudantes aprendem a resistir à violência de gênero contra as mulheres e às relações abusivas



Alunos das escolas Santa Luzia, Professora Graziela Moura, Augusto Olímpio, Paes de Carvalho e Plácida Cardoso foram os primeiros a participar do projeto “Judiciário na Escola: Unindo Esforços no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, produto de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Pará, por meio da Cevid, e Secretaria de Estado de Educação. O objetivo é orientar a comunidade escolar sobre a violência de gênero, a Lei Maria da Penha e as relações abusivas, por meio de palestras nas séries finais do Ensino Fundamental (4º e 5º; 8º e 9º anos), do Ensino Médio e das turmas da Educação de Jovens e Adultos do turno da noite, além de promover visitas às Varas de Violência Doméstica e Familiar, no Fórum Criminal.

As palestras são feitas por pedagogas ligadas à Cevid e à equipe multidisciplinar da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Elas explicam aos jovens sobre a necessidade de uma lei que proteja a mulher da violência doméstica no País, onde

sete em cada dez mulheres que sofrem violência são vítimas de homens de suas relações afetivas.

A Cevid também mantém em andamento o projeto “Mãos à Obra”, em parceria com o ProPaz e o Sinduscon, nos canteiros de obra da Região Metropolitana de Belém, com o objetivo de informar os operários da construção civil sobre as formas e os ciclos de violência doméstica, estimulando a cultura de paz e o respeito à mulher.

Quase 2 mil operários já participaram das palestras.

No primeiro trimestre deste ano, a Cevid também firmou acordo de cooperação técnica com a Associação Paraense dos Supermercados (Aspas) e iniciou o ciclo de palestras de conscientização aos trabalhadores do comércio sobre a matéria

No dia 19.06.2017, no plenário do edifício sede do TJPA, a Cevid se reuniu com representantes da Polícia Militar para tratar sobre o material didático disponibilizado no site da PM do Pará para ser utilizado no ciclo de palestras nas 12 regiões da instituição no Pará: Santarém, Marabá, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Capanema, Paragominas, Altamira, Abaetetuba, Itaituba, Soure e Breves.

ITINERÂNCIA

Judiciário fez 2,5 mil atendimentos em nove municípios do Marajó

Parcerias com a Caixa e com a Justiça Federal levam serviços judiciários às populações ribeirinhas de áreas remotas no arquipélago

DIVULGAÇÃO



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) realizou 2,5 mil serviços em nove municípios da região do Marajó, entre os meses de março a agosto deste ano. A média é de 500 serviços a cada mês. Os projetos de itinerância, mantidos em parceria com a Caixa Econômica Federal e com a Justiça Federal, garantem o direito aos serviços jurisdicionais às populações que vivem em

municípios cujo acesso só é possível por via fluvial. No navio agência da Caixa e em uma embarcação da Marinha do Brasil, equipes formadas por juízes e servidores do TJPA garantiram solução ou deram andamento a demandas das populações dos municípios de Portel, Melgaço, Bagre, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Soure, Breves e Afuá, conforme a tabela abaixo:

Parcerias da Justiça Itinerante com a Caixa e a Justiça Federal

ANO	MÊS	PERÍODO	Comarca	PROCESSOS
2017	Março Navio da Caixa	6 a 15	Portel Bagre Melgaço	Sentenças: 50 Decisões interlocutórias: 22 Despachos: 147 Total: 219



No navio da Caixa, TJPA garante atendimento itinerante às populações ribeirinhas do arquipélago do Marajó



ITINERÂNCIA NO MARAJÓ ATENDEU ÀS POPULAÇÕES DE PORTEL, MELGAÇO, BAGRE, CURRALINHO, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, MUANÁ, SOURE, BREVES E AFUÁ.

ANO	MÊS	PERÍODO	Comarca	PROCESSOS
2017	Abril Navio da Caixa	19 a 28	Curralinho São Sebastião da Boa Vista Muaná	Sentenças: 90 Decisões interlocutórias: 42 Despachos: 200 Total: 332
	Maió/Junho Navio da Marinha	22/5 a 3/6	Soure Muaná Curralinho Breves Portel Afuá	Sentenças: 633 Decisões interlocutórias: 5 Despachos: 456 Total: 1.094
	Junho Navio da CEF	19 a 29/6	Portel Melgaço Bagre Curralinho	Sentenças: 59 Decisões interlocutórias: 68 Despachos: 298 Audiências: 8 Atendimentos: 13 Total: 446
	Agosto Navio da CEF	8 a 18/8	Curralinho São Sebastião da Boa Vista Muaná	Sentenças: 73 Decisões interlocutórias: 55 Despachos: 288 Total: 416





Equipe de itinerância dos Juizados Especiais atua em parceria com a Marinha e a Justiça Federal em municípios do Marajó

Ajuda remota alivia pressão sobre Juizados

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO



Durante a ação, em parceria com a Justiça Federal, no Marajó, foram proferidas decisões judiciais pela equipe dos Juizados Especiais Itinerantes

Mais de três mil atos de secretarias nas Varas de Juizados Especiais de Breves, no Marajó, e de Marabá, no sudeste do Pará, e 2,3 mil sentenças expedidas em Belém, Castanhal, Icoaraci, Ananindeua e Abaetetuba, Breves e Paragominas. Esse foi o resultado de dois projetos da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA que garantem auxílio remoto a juízes e unidades judiciais sobrecarregadas, para acelerar a tramitação dos processos, superar a escassez de recursos e o elevado volume de ações judiciais. Os projetos Secretaria Virtual e Gabinete Virtual auxiliam, respectivamente, as secretarias e os magistrados das Varas de Juizados Especiais, no primeiro caso assegurando um Grupo de Trabalho empenhado no cumprimento dos chamados atos de secretaria, entre os quais juntar petições, certidões, avisos de recebimento (AR) e intimação das partes. No segundo caso, o trabalho consiste na elaboração de sentenças e despachos para auxiliar as Varas de Juizados Especiais. O auxílio se dá por meio remoto, uma vez que a grande maioria dos feitos no âmbito dos Juizados Especiais é eletrônico. Nas tabelas abaixo, o demonstrativo das ações neste exercício:

Equipe dos Juizados Especiais garante atendimento ao público durante as férias, em Salinas



MÁRIO GUIMARÃES

Judiciário garante paz no futebol e nas praias

A presença do Poder Judiciário garante a pacificação social em grandes eventos esportivos, na capital, e nos principais balneários do Estado durante as férias escolares, por meio dos projetos Esporte com Justiça e Verão com Justiça e Cidadania. Este ano, o projeto Esporte com Justiça acompanhou partidas de futebol no Estádio Olímpico do Pará, o Mangueirão, durante os quais o Juizado Especial do Torcedor, com a presença de magistrado e integrantes da Defensoria Pública e do Ministério Público, realizaram 10 procedimentos. A presença do Poder Judiciário no local

dos jogos, aliada à atuação dos agentes de segurança pública, inibe as infrações penais e garante lazer saudável aos aficionados por futebol. Em 2017, o projeto esteve presente em 35 jogos.

O projeto Verão com Justiça e Cidadania expandiu seu eixo de atuação para Bragança, além de Outeiro, Mosqueiro e Salinas, e promoveu 173 audiências nos dois municípios e nos dois distritos de Belém. A ação inclui também mutirões de cidadania para expedição de documentos, que totalizou 319 atendimentos.

O objetivo do projeto Verão com Justiça é garantir a pacificação social e inibir infrações penais de menor potencial ofensivo que possam atrapalhar a tranquilidade das famílias que buscam lazer e entretenimento, em julho, nas praias de Salinópolis, Mosqueiro, Bragança e Outeiro. Nas tabelas ao lado, um resumo dos atendimentos dos dois projetos:





O trabalho dos Juizados Especiais é conduzido pela Des. Maria de Nazaré Gouveia, à direita, e pela juíza Antonieta Milleo

Projeto Verão com Justiça e Cidadania

LOCALIDADE	PERÍODO	JURÍDICOS	CIDADANIA
OUTEIRO	1 e 2/7	AUDIÊNCIAS: 31	Emissão de carteira de identidade e certidão de nascimento. 319
MOSQUEIRO	8 e 9/7	AUDIÊNCIAS: 21 ORIENTAÇÃO JURÍDICA: 11	
BRAGANÇA	15 e 16/7	AUDIÊNCIAS: 20	
SALINOPÓLIS	22, 23, 29 e 30/7	AUDIÊNCIAS: 101 ORIENTAÇÃO JURÍDICA: 6	

FONTE: COORDENADORIA DOS Juizados ESPECIAIS / TJPA

Juizado especial itinerante fez atendimentos em Ajuruteua, Bragança, durante o projeto Verão com Justiça

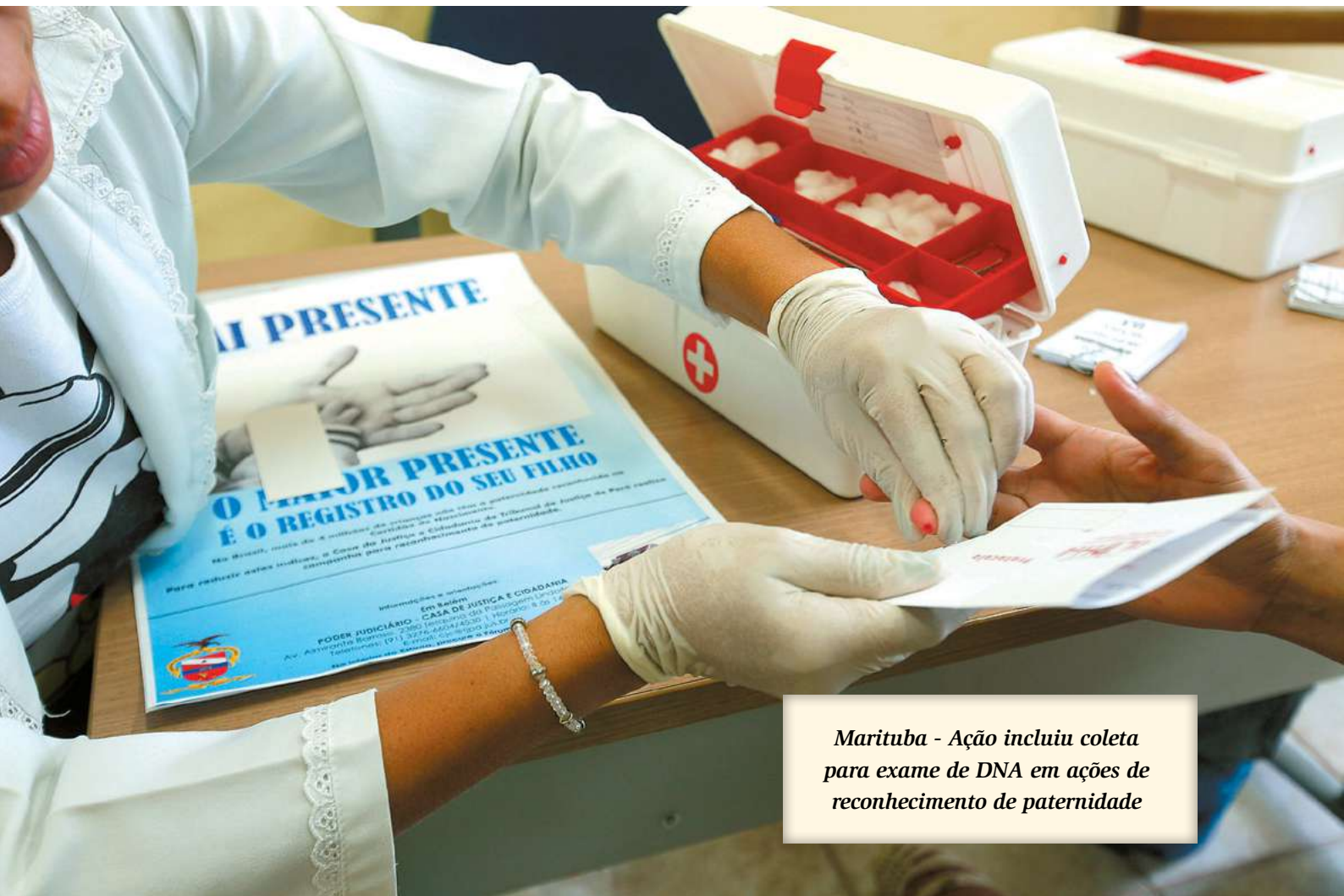


MÁRIO AZEVEDO

Equipe da Coordenadoria dos Juizados Especiais e do Sistema de Justiça durante o projeto em Salinas



MÁRIO AZEVEDO



Marituba - Ação incluiu coleta para exame de DNA em ações de reconhecimento de paternidade

WILL MONTENEGRO

RICARDO LIMA



Juizado Especial comemora o Dia do Idoso com café da manhã na acolhida ao campus da UFPA, no Guamá

Jornadas e mutirões reduzem prazos e garantem conciliação

A Coordenadoria de Juizados Especiais também organizou jornadas e mutirões para reduzir prazos de audiências, executar atos de secretaria e garantir oportunidades de conciliação no interior e na capital, entre os quais se destacam a parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), em torno do projeto Cejusc Itinerante, em Marituba, Castanhal e Benevides; cinco jornadas de conciliação, instrução e julgamento entre abril e setembro; e mutirão de atos judiciais e de secretaria nos Juizados de Breves e Bragança, conforme as tabelas abaixo:

Projeto Cejusc Itinerante, em parceria com o Nupemec

LOCALIDADE	PERÍODO	JURÍDICOS	CIDADANIA
MARITUBA	8/4	Audiências: 51 44 acordos homologados	CIDADANIA: 489 Emissão de carteira de identidade e certidão de nascimento, emissão título eleitor, verificação de pressão arterial.
BENEVIDES	6/5	Atendimento pré- processuais: 69 Audiências: 76 20 acordos homologados 20 proc. extintos	CIDADANIA: 177 Emissão título de eleitor
CASTANHAL	27/5	Atendimento pré- processuais: 61 Audiências: 76 48 acordos homologados	Realizado por outros órgãos participantes da Ação Global SESI.

FONTE: COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS / TJPA

Jornadas de conciliação, instrução e julgamento

LOCALIDADE	PERÍODO	Juizados	RESULTADOS
I Jornada de conciliação, instrução e julgamento	24 a 27/4	1ª Idoso 2ª Idoso 3ª JEC 10ª JEC	Audiências realizadas: 271 Processos finalizados: 185 Conclusos p/ sentença: 88 Conclusos p/ secretaria: 8
II Jornada de conciliação, instrução e julgamento	8 a 11/5	JEC. Icoaraci	Audiências realizadas: 244 Processos finalizados: 111 Conclusos p/ sentença: 66 Conclusos p/ secret.: 67

FONTE: COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS / TJPA



Projeto Cejusc Itinerante, em Benevides, garantiu atendimento para acelerar processos ou evitar a judicialização, com a aplicação de métodos consensuais para solucionar conflitos

ÉRIKA NUNES

Jornadas de conciliação, instrução e julgamento

LOCALIDADE	PERÍODO	Juizados	RESULTADOS
III Jornada de conciliação, instrução e julgamento	19 e 21/6	2º Jec 6º Jec 10º Jec	Audiências realizadas: 294 Processos finalizados: 133 Conclusos p/ sentença: 71 Conclusos p/ secret.: 90
IV Jornada de conciliação, instrução e julgamento	21 a 24/8	1ª Idoso 2ª Idoso	Audiências realizadas: 241 Processos finalizados: 154 Conclusos p/ sentença: 55 Conclusos p/ secret.: 32
V Jornada de conciliação, instrução e julgamento	11 a 14/9	Jec. Icoaraci	Audiências realizadas: 222 Processos finalizados: 108 Conclusos p/ sentença: 72 Conclusos p/ secret.: 42



Mutirão de atos judiciais e de secretaria nos Juizados de Breves e Bragança

LOCALIDADE	PERÍODO	JURÍDICOS
BREVES	25 a 28/10	Atos de secretaria: 2.713 Despachos: 179 Sentenças: 142 Decisões: 442 Audiências: 4
BRAGANÇA	16 a 19/10	Atos de secretaria: 338 Despachos: 0 Sentenças: 38 Decisões: 0 Audiências: 0



No Cejusc das Varas de Família, servidores fazem o pré-atendimento antes das audiências de conciliação previamente agendadas

ÉRIKA NUNES

RICARDO LIMA

Juiz Ivan Delaquis, da Comarca de Castanhal, durante o projeto Cejusc Itinerante, naquele município, feito em parceria com o projeto Ação Global



“

MISSÃO DO NUPEMEC É GARANTIR DIREITOS DE CIDADANIA, ALTERNATIVAS NEGOCIADAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS E O FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA ITINERANTE.



CONFLITOS

Cejuscs fizeram 27 mutirões e fecharam 6,7 mil acordos

Nupemec fecha parcerias e forma pessoal voltado à política de resolução social de conflitos de interesse



Os sete Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) do Estado (3 em Belém e um em cada um dos municípios de Ananindeua, Santarém, Paragominas e Parauapebas) fizeram 27 mutirões de autocomposição de conflitos, garantindo um total de 6,7 mil acordos pré-processuais e 843 acordos judiciais formalizados, até setembro deste ano. A ação dos Cejuscs é a face visível do trabalho do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), coordenado pela Desembargadora Dahil Paraense, cuja missão institucional é garantir direitos de cidadania, soluções alternativas e resolução negociada às contendas, bem como fortalecer a justiça itinerante. Os mutirões foram organizados para dar celeridade à tramitação e diminuir o acervo de processos ajuizados.

Para fortalecer as ações da justiça itinerante, o Nupemec firmou parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais, para o projeto Cejusc Itinerante, que consistiu em mutirões para atender a demandas

que já tramitam na Justiça e às pré-processuais, nos municípios de Marituba, Benevides e Castanhal. Em Marituba, 89% dos processos atendidos tiveram acordos; em Benevides foram 35%; e em Castanhal 64%.

Para fortalecer políticas e ações para resolução negociada de conflitos no âmbito do Poder Judiciário, o Nupemec submeteu à Presidência do TJPA minuta de reformulação para adequar os termos da Resolução 015/2016-GP às diretrizes do novo Código de Processo Civil e da Lei da Mediação (13.140/15). Também foi apresentada minuta de resolução sobre a seleção, certificação, cadastramento, atuação, supervisão, afastamento e exclusão dos conciliadores, mediadores e câmaras privadas de conciliação e mediação perante o TJPA.

Houve incremento na disponibilização do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) de uma vertente pré-processual, instalada em quase todos os Cejuscs para assegurar melhor gerenciamento dos atendimentos realizados e o melhor acompanhamento das demandas atendidas antes da judicialização.



ÉRIKA NUNES

A capacitação de mediadores e conciliadores é um dos focos do trabalho realizado pelo Nupemec no interior e na capital

O Nupemec também firmou parcerias com instituições públicas e privadas para expandir a aplicação direta dos meios consensuais de solução de conflitos de interesses, abrindo ao jurisdicionado mais possibilidades para resolver suas demandas pela via da conciliação. Entre as parcerias destacam-se as firmadas com Instituições de Ensino Superior (IES), dentre as quais o Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa) e a Faculdade de Belém (Fabel), assegurando um intercâmbio de conhecimento técnico e operacional com o TJPA para dar celeridade ao atendimento do cidadão. Os acordos firmados nos núcleos de Práticas Jurídicas dessas instituições são homologados pelo coordenador do Cejusc ao qual o núcleo está vinculado, conforme os termos da parceria

Essas parcerias representam ganhos para os alunos,

que experimentam já na graduação práticas autocompositivas na solução de conflitos de interesse, e para o cidadão, que tem assegurada a celeridade na resolução de suas demandas, pois os métodos consensuais primam pelo ganho mútuo na resolução final.

Também firmaram parcerias com o Nupemec Instituições privadas da categoria de grandes litigantes e que acolheram os métodos consensuais para solução de suas demandas. Entre essas estão: Cyrela, Buriti Empreendimentos Imobiliários Ltda, Nova Carajás Incorporações Ltda, Lojas Maranata, Banco do Brasil e Celpa, essa última em primeiro lugar nas estatísticas das empresas mais demandadas. Com o objetivo de sair dessa condição, a empresa firmou convênio com o TJPA por meio dos programas Linha Direta e Conciliar.



DEFENSORIA

Outra parceria estabelecida neste ano foi com a Defensoria Pública do Pará, por meio da qual se busca a desjudicialização dos conflitos de interesse, abrangendo ações de mediação, conciliação e utilização da Percepção Sistêmica, como ferramentas de pacificação dos conflitos de interesse, em atendimentos pré-processuais. Os acordos estabelecidos em função dessa parceria são homologados pelos coordenadores de Cejusc e pelo coordenador da Comissão Sistêmica, vinculada ao Nupemec.

O Nupemec promoveu ao longo do ano eventos de divulgação da política de tratamento adequado dos conflitos de interesse, entre os quais se destacam o seminário “O Combate à Violência Doméstica no Judiciário Paraense”, participação na Semana Jurídica da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Fibra), entre outros.

Uma turma do Curso de Formação de Mediadores Judiciais foi aberta no Polo Parauapebas e em

dezembro houve mais quatro novas turmas, atendendo aos polos de Ananindeua, Belém, Marituba e Santarém, com capacitação para 120 mediadores. Para 2018, mais quatro turmas serão formadas, atendendo aos polos Belém, Paragominas e Parauapebas, e mais 120 mediadores iniciarão o processo de certificação. A característica principal desses agentes é o serviço voluntário de pessoas que dedicam parte do seu tempo para contribuir com a solução consensual para os conflitos.

Visando à instalação de novos Cejusc foram feitas visitas prospectivas à Faculdade Maurício de Nassau, em Belém, e à Faculdade Pan Americana (Capanema). Prefeituras também foram consultadas, estando entre elas as de Altamira, Benevides, Castanhal, Xinguara, Oriximiná. O Cejusc de Marituba, em parceria com a Prefeitura, será inaugurado no primeiro semestre de 2018.

PACIFICAÇÃO

Casa de Justiça e Cidadania fez mais de dois mil atendimentos

Objetivo é evitar que os conflitos se transformem em ações judiciais



Casa de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (CJC/TJPA) fez mais de dois mil atendimentos ao público no ano 2017, por meio das instituições que integram a iniciativa, pelo projeto Pai Presente, de reconhecimento

da paternidade, e nas ações de cidadania promovidas especialmente aos sábados, as “Sabadanias”. O objetivo da CJC/TJPA é solucionar conflitos para evitar que se transformem em ações judiciais, estimulando a cultura de paz e a conciliação, conforme as tabelas abaixo:

Unidades de atendimento

INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTOS
OAB	16
Ministério Público	360
Defensoria Pública	44
FABEL- Núcleo de Prática Jurídica	12
CEJUSC - Pré-Processual	118
CEJUSC - Atendimentos Diversos	510
CEJUSC – Casamento Comunitário	52
CEJUSC – Mutirão Conciliação Cyrela	68
CEJUSC Itinerante - Marituba	2
CEJUSC Itinerante - Benevides	3
CJC – Atendimentos/Informações Diversos	599
Total de Atendimentos	1.784

“Sabadania”

Promovidas durante os sábados, para facilitar o acesso do usuário aos serviços oferecidos pela Casa de Justiça e Cidadania.

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cadastro DNA	5
Exames DNA	3
Divórcio Consensual (Homologados)	3
Divórcio Consensual (Agendados)	3
Orientação jurídica	5
Carteira de Identidade (SSP/PA)	50
Total de Atendimentos	69



Instituições parceiras, entre as quais a Polícia Civil, atuam na Casa de Justiça e Cidadania para garantir documentação aos usuários

ÉRIKA NUNES

Projeto Pai Presente

Realizado pela Secretaria da Casa de Justiça e Cidadania.

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	88
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Carceragem)	41
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Interior)	13
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Outros Estados)	1
Cadastros de DNA	15
Exames de DNA	3
Total de Atendimentos	161

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS / TJPA

“

CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA GARANTIU MAIS DE DOIS MIL ATENDIMENTOS AO PÚBLICO DURANTE O ANO DE 2017.

CONCILIAÇÕES

Semana Nacional registrou 3,6 mil acordos e R\$ 10 milhões negociados

Mais de 7,8 mil pessoas foram atendidas nas unidades judiciárias da Região Metropolitana de Belém, média de 1.561 atendimentos por dia



A MOBILIZAÇÃO ENVOLVEU 615 MAGISTRADOS, 12 JUÍZES LEIGOS, 1.057 CONCILIADORES, 1.409 COLABORADORES E 11 EVENTOS PARALELOS.



Mais de 10 mil audiências, 3,6 mil acordos firmados e um montante de R\$ 10 milhões negociados. Este foi o saldo da XII Semana Nacional de Conciliação no Pará, realizada no período de 25 de novembro a 2 de dezembro, promoção anual do Conselho Nacional de Justiça, que mobiliza todos os tribunais do País para assegurar aos brasileiros a possibilidade de acordo para solucionar conflitos de forma mais rápida

Na Região Metropolitana de Belém, mais de 7,8 mil pessoas foram atendidas nas unidades judiciárias, média de 1.561 por dia. O evento mobilizou 219 magistrados, um juiz leigo, 413 conciliadores e 485 colaboradores.

No interior, mais de 11 mil pessoas foram atendidas, média de 2,2 mil por dia. A mobilização envolveu 396 magistrados, 11 juízes leigos, 644 conciliadores, 924 colaboradores e 11 eventos paralelos.



ATENDIMENTO

Considerando-se o número de 11,8 mil audiências agendadas no Estado, a proporção de realização foi de 85%. Cerca de 36% dessas audiências resultaram em acordos homologados.

Os resultados foram apurados pelo Sistema de Mobilizações do TJPA.

Foram atendidas 18,8 mil pessoas, média de 3,7 mil ao dia, por um contingente de 615 magistrados, 12 juízes leigos, 1.057 conciliadores, 1.409 colaboradores e ao menos 11 eventos paralelos.

A média diária foi de 123 magistrados, 211 conciliadores e 282 colaboradores em atuação. Cada magistrado atendeu em média 31 pessoas ao dia.

As unidades judiciárias de juízo comum fizeram 59% dos atendimentos, seguidas pelas dos Juizados Especiais, com 41%.

As Desas. Maria de Nazaré Gouveia e Dahil Paraense, coordenadoras da XII Semana Nacional de Conciliação, durante a abertura do evento no 'Mangueirinho'

RICARDO LIMA



O número de acordos homologados manteve-se na média dos nove anos do evento. Os 3,6 mil acordos firmados representam cerca de 36% dos casos analisados, índice superior aos dos dois últimos anos, que não ultrapassaram os 33%.

Foram realizadas 72% das mais de duas mil audiências de conflitos pré-processuais marcadas, que resultaram em 952 acordos (53%), resultado que deve-se essencialmente aos Cejuscs da capital e do interior.

RMB

O atendimento ao público cresceu 12% em relação a 2016. Foi o maior montante de atendimento ao público das últimas seis edições da Semana Nacional de Conciliação.

Em 2017, as unidades de Juizado Especial fizeram 5,5 mil atendimentos, cerca de 71% do total. As de juízo comum atenderam 2,2 mil pessoas, ou 29% do total.

Foram designadas 4,1 mil audiências, das quais 3,7 mil foram realizadas, alcançando-se 90% de realização. Houve 1.356 acordos homologados e um montante de R\$ 1,5 milhão negociados.

Houve significativa alta no número de acordos homologados em relação ao ano anterior: 47% maior que o obtido em 2016.

Se os Juizados Especiais designaram e realizaram mais audiências, foram as unidades de Juízo Comum que homologaram o maior número de acordos: 719 em relação aos 637 dos Juizados Especiais.

INTERIOR

As unidades judiciárias de Juízo Comum fizeram o maior número de atendimentos: 8,8 mil, ou cerca de 60% do total. As de Juizados Especiais atenderam 2,2 mil pessoas, ou 40% do total.

Mais de 7,6 mil audiências foram designadas, das quais 6,3 mil foram realizadas, o equivalente a 83%. Houve 2.247 acordos homologados, resultando em um montante de R\$ 9,2 milhões acordados, pouco mais de R\$ 4 mil por processo.

Atendimento ao público cresceu 12% em relação a 2016 e foi o maior das últimas seis edições da Semana Nacional de Conciliação



RICARDO LIMA





Selo Pará premia 69 unidades pelo empenho na conciliação

O Selo Pará de Conciliação, criado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio da Portaria nº 4960/2017-GP de 25 de outubro, para distinguir as unidades judiciárias e os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) que mais se destacaram na XII Semana Nacional de Conciliação, premiou 29 na categoria Ouro, 16 com o Prata, 24 com o Bronze e 54 com Certificados de Participação.

Para a premiação foi considerado o índice de acordos celebrados, obtido pela relação entre o total de acordos firmados e o total de audiências durante a Semana Nacional de Conciliação 2017, apurados da

DIVULGAÇÃO

produtividade registrada pelas próprias unidades judiciárias e Cejuscs no Sistema Estatístico de Mobilizações (SEM) do TJPA, no período do evento.

Foram agraciadas com o Selo Pará de Conciliação na categoria Ouro as unidades judiciárias e Cejuscs que alcançaram o índice de acordos igual ou superior a 43%; na categoria Prata, as que fizeram entre 36% a 43% de acordo; e na categoria Bronze, os que tiveram índice entre 30% a 36%.

ESTÍMULO

O Selo Pará de Conciliação é um estímulo à celeridade e produtividade na prestação judicial e à adoção de soluções alternativas e de resolução negociada de conflitos, previstas nos macrodesafios do Poder Judiciário. Atende também à Resolução nº 125/2010-CNJ, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Premiação Selo Pará de Conciliação - Ano 2017

(Portaria Nº 4.960/2017-GP)

● Selo Ouro
 ● Selo Prata
 ● Selo Bronze
 ○ Certificado de Participação

COMARCA	UNIDADE	SELO	% DE ACORDOS
Melgaço	Vara Única De Melgaço	●	100,00%
Parauapebas	Cejusc-Parauapebas	●	100,00%
Terra Santa	Vara Única de Terra Santa	●	100,00%
Ponta de Pedras	Vara Única de Ponta de Pedras	●	77,78%
São Domingos do Capim	Vara Única de São Domingos do Capim	●	69,44%
Rondon do Pará	1ª Vara Cível de Rondon do Pará	●	67,74%
Gurupá	Vara Única de Gurupá	●	65,98%
Belém	Cejusc-Famaz	●	65,48%
Irituia	Vara Única de Irituia	●	62,50%
Belém	Cejusc - Casa da Justiça e Cidadania	●	61,98%
Itaituba	2ª Vara Cível e Empresarial de Itaituba	●	60,00%
Santa Luzia do Pará	Vara Única de Santa Luzia do Pará	●	59,57%
Rio Maria	Vara Única de Rio Maria	●	56,63%
Castanhal	1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal	●	55,56%
Belém	Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Belém	●	52,63%
Brasil Novo	Vara Única de Brasil Novo	●	51,72%
Óbidos	Vara Única de Óbidos	●	50,82%
Cametá	2ª Vara Cível e Criminal de Cametá	●	50,77%
Santarém	Cejusc - Santarém	●	50,00%
Belém	1ª Vara de Família de Belém	●	48,98%
Belém	Vara do Juizado Especial Criminal de Icoaraci	●	48,00%
Anapu	Vara Única de Anapu	●	47,22%
Maju	Vara Única De Maju	●	47,06%
São Félix do Xingu	Vara Única de São Félix do Xingu	●	47,06%
Belém	2ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	●	46,85%
Santo Antônio do Tauá	Vara Única de Santo Antônio do Tauá	●	46,15%
Belém	Vara Cível e Criminal Distrital de Mosqueiro	●	44,68%
Belém	6ª Vara de Família de Belém	●	44,44%
Capanema	2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema	●	44,29%
Belém	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Mosqueiro	●	42,86%
Marabá	2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá	●	42,31%
Belém	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso de Belém	●	42,11%
Breu Branco	Vara Única de Breu Branco	●	41,03%
Tucuruí	2ª Vara Cível e Empresarial de Tucuruí	●	40,38%
Ananindeua	2ª Vara de Família de Ananindeua	●	40,00%
Xinguara	1ª Vara Cível e Criminal de Xinguara	●	39,58%
Almeirim	Vara Única de Almeirim	●	38,71%
Augusto Corrêa	Vara Única de Augusto Corrêa	●	38,46%
Belém	7ª Vara de Família de Belém	●	38,46%

COMARCA	UNIDADE	SELO	% DE ACORDOS
Paragominas	1ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas		38,10%
Conceição do Araguaia	2ª Vara Cível e Criminal de Conceição do Araguaia		37,04%
Abaetetuba	1ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba		36,84%
Bragança	Juizado Especial Cível e Criminal de Bragança		36,36%
Garrafão do Norte	Vara Única de Garrafão do Norte		36,36%
Itaituba	Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba		36,14%
Oeiras do Pará	Vara Única de Oeiras do Pará		35,90%
Goianésia do Pará	Vara Única de Goianésia do Pará		35,56%
Marabá	1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá		34,19%
Belém	10º Juizado Especial Cível de Belém		33,90%
Jacundá	Vara Única de Jacundá		33,87%
Belém	1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém		33,33%
Belém	4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém		33,33%
Ananindeua	2ª Vara de Juizado Especial Cível de Ananindeua		32,63%
Tucuruí	Vara Criminal de Tucuruí		32,26%
Ananindeua	1ª Vara de Juizado Especial Cível de Ananindeua		32,13%
Belém	3ª Vara de Família de Belém		32,00%
Belém	6ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém		31,82%
Parauapebas	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Parauapebas		31,82%
Santarém	4ª Vara Cível e Empresarial de Santarém		31,58%
Cametá	1ª Vara Cível e Criminal de Cametá		31,34%
Acará	Vara Única de Acará		31,15%
Ananindeua	Vara de Juizado Especial Criminal de Ananindeua		30,65%
Viseu	Vara Única de Viseu		30,61%
Belém	Vara de Família Distrital de Icoaraci		30,06%
Abaetetuba	2ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba		30,00%
Santarém	3ª Vara Cível e Empresarial de Santarém		30,00%
Santarém	Juizado Especial Criminal Santarém		30,00%
Ulianópolis	Vara Única de Ulianópolis		30,00%
Breves	2ª Vara Cível e Criminal de Breves		29,63%
Belém	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso de Belém		28,95%
Belém	8ª Vara de Família de Belém		28,57%
Monte Alegre	Vara Única de Monte Alegre		28,43%
Belém	5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém		28,13%
Capanema	1ª Vara Cível e Empresarial de Capanema		27,78%
Porto De Moz	Vara Única de Porto de Moz		27,78%
Ananindeua	1ª Vara de Família de Ananindeua		27,72%
Castanhal	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal		27,39%
Belém	9ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém		27,27%
Belém	Vara do Juizado Especial de Trânsito		27,14%
Santarém	Vara do Juizado Especial de Relação de Consumo de Santarém		26,81%
Pacajá	Vara Única de Pacajá		26,79%
Breves	Juizado Especial Cível e Criminal de Breves		25,68%
Paragominas	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas		25,51%
Belém	3ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém		25,00%
Santarém Novo	Vara Única de Santarém Novo		24,62%

COMARCA	UNIDADE	SELO	% DE ACORDOS
Itaituba	1ª Vara Cível e Empresarial de Itaituba	<input type="radio"/>	23,08%
Currálinho	Vara Única de Currálinho	<input type="radio"/>	22,58%
Belém	3ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém	<input type="radio"/>	22,22%
Redenção	Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Redenção	<input type="radio"/>	21,31%
Santa Isabel Do Pará	Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Isabel	<input type="radio"/>	20,00%
Afuá	Vara Única de Afuá	<input type="radio"/>	19,57%
Belém	5ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	<input type="radio"/>	17,74%
Parauapebas	3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas	<input type="radio"/>	17,53%
Santarém	Vara do Juizado Especial Cível de Santarém	<input type="radio"/>	17,28%
Medicilândia	Vara Única de Medicilândia	<input type="radio"/>	16,67%
Belém	4ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém	<input type="radio"/>	15,58%
Novo Progresso	Vara Criminal de Novo Progresso	<input type="radio"/>	15,38%
Parauapebas	1ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas	<input type="radio"/>	15,32%
Redenção	1ª Vara Cível e Empresarial de Redenção	<input type="radio"/>	14,71%
Bragança	2ª Vara Cível e Empresarial de Bragança	<input type="radio"/>	14,55%
Belém	1ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	<input type="radio"/>	12,96%
Belém	11ª Vara Cível e Empresarial de Belém	<input type="radio"/>	12,90%
Belém	8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	<input type="radio"/>	12,77%
Senador José Porfírio	Vara Única de Senador José Porfírio	<input type="radio"/>	12,50%
Mocajuba	Vara Única de Mocajuba	<input type="radio"/>	12,24%
Tailândia	1ª Vara Cível e Criminal de Tailândia	<input type="radio"/>	8,33%
Altamira	Juizado Especial Criminal de Altamira	<input type="radio"/>	8,00%
Capitão Poço	Vara Única de Capitão Poço	<input type="radio"/>	8,00%
Barcarena	2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena	<input type="radio"/>	7,69%
Belém	6ª Vara Cível e Empresarial de Belém	<input type="radio"/>	7,04%
Altamira	1ª Vara Cível e Empresarial de Altamira	<input type="radio"/>	6,06%
Primavera	Vara Única de Primavera	<input type="radio"/>	4,49%
Ananindeua	1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua	<input type="radio"/>	3,03%
Belém	5ª Vara Cível e Empresarial de Belém	<input type="radio"/>	2,44%
Ananindeua	2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua	<input type="radio"/>	2,17%
Conceição do Araguaia	1ª Vara Cível e Criminal de Conceição do Araguaia	<input type="radio"/>	1,45%
Belém	7ª Vara Cível e Empresarial de Belém	<input type="radio"/>	0,00%
Belém	Gabinete Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento	<input type="radio"/>	0,00%
Bragança	1ª Vara Cível e Empresarial de Bragança	<input type="radio"/>	0,00%
Igarapé-Miri	Vara Única de Igarapé- Miri	<input type="radio"/>	0,00%
Marabá	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá	<input type="radio"/>	0,00%
Santarém	6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém	<input type="radio"/>	0,00%
Total 122			



INFÂNCIA E JUVENTUDE

Projeto amplia rede de proteção a crianças e adolescentes em Belém

“Minha Escola, Meu Refúgio” leva o combate à violência às escolas

A juíza Mônica Maciel fala a professores de creches das Obras Sociais da Paróquia de Nazaré (Ospan)



Desenvolvido desde 2014 pela Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, o projeto “Minha Escola, Meu Refúgio” foi institucionalizado e incluído no Banco de Boas Práticas do TJPA e, atualmente, está em fase de ampliação, conforme previsto no Plano de Gestão 2017-2019 do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), inserido na ação destinada a consolidar projetos voltados à Infância e Juventude.

O escopo da iniciativa é a prevenção e o combate à violência sexual, respeito à dignidade da pessoa humana e proteção integral à criança e ao adolescente, para proporcionar-lhes desenvolvimento físico, mental e emocional saudável. Em 2017, o projeto envolveu as comunidades das escolas municipais de Ensino Infantil

e Fundamental Professor Francisco da Silva Nunes e Rotary, além das creches Santo Antônio Maria Zaccaria, em duas etapas, e Sorena, e o Projeto Social Cantinho São Rafael.

As visitas às escolas são previamente agendadas. Em parceria com representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, a juíza titular da Vara, Mônica Maciel Soares Fonseca e a equipe multidisciplinar expõem casos práticos de violência sexual contra crianças e adolescentes e falam sobre os sinais de mudanças comportamentais em crianças e jovens, indicativos de violência, para a rápida identificação e adoção das medidas legais adequadas. O objetivo é reforçar a rede de proteção com agentes multiplicadores capazes de identificar e intervir de forma eficaz para prevenir esse tipo de violência



OBJETIVO É REFORÇAR A REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE COM AGENTES MULTIPLICADORES QUE POSSAM INTERVIR, COM EFICIÊNCIA, PARA EVITAR A VIOLÊNCIA.

RICARDO LIMA

Escolas e datas das visitas em 2017

Escola Municipal Prof. Francisco da Silva Nunes
12 de maio

Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Rotary
13 de outubro

Creche Santo Antônio
Maria Zaccaria
25 de agosto

Creche Santo Antônio Maria Zaccaria, Creche Sorena e Projeto Social Cantinho São Rafael
20 de outubro

FONTE: VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM / TJPA

ÉRIKA NUNES

A juíza Sílvia Mara Bentes, coordenadora de precatórios do TJPA, conduz audiência de conciliação de dívidas inscritas no TJPA



AGENDAS
REALIZADAS

6

PRECATÓRIOS
INSCRITOS

96

TOTAL DE CREDORES
HABILITADOS

113

TOTAL DE CREDORES
QUE CONCILIARAM

76

DÍVIDA PÚBLICA

Conciliações pagam mais de 12,4 milhões de precatórios

Judiciário instaurou 30 processos administrativos para regular o pagamento

Em

total de mais de R\$ 12,4 milhões foi pago a credores de precatórios devidos pela Fazenda Pública do Pará em 2017. Este foi o resultado das seis agendas de conciliação promovidas pela Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para dívidas inscritas regularmente no TJPA nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, em que o Estado do Pará consta como devedor. Foram 96 precatórios inscritos na agenda de conciliação, com um total de 113 credores habilitados, dos quais 76 aceitaram conciliar, conforme a tabela abaixo:

VALOR RECEBIDO COM
DESÁGIO DE 40% (LÍQUIDO)
R\$ 12.400.405,93

“

**AGENDA DE
CONCILIAÇÃO
TINHA 96
PRECATÓRIOS
INSCRITOS,
COM 113
CREDORES
HABILITADOS,
DOS QUAIS 76
ACEITARAM A
NEGOCIAÇÃO.**

Um novo edital (nº 003/2017), publicado no Diário Oficial de Justiça em 16/10/2017, estipula prazo para que o credor de precatório inscrito regularmente no TJPA nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 possa manifestar interesse em conciliar com o Estado.

AUTUAÇÕES

De janeiro a outubro do ano de 2017 houve 122 autuações de precatórios requisitórios da União, Estado do Pará e municípios e 107 devoluções de ofícios requisitórios/precatórios ao Juízo de Execução, por desconformidade de documentos ou dados informativos, conforme previsto no art.4º, §1º, da Resolução nº.115/2010-CNJ, que disciplina a matéria.

Entre atos decisórios, despachos, termos de au-

diências de conciliação/acordo, foram publicados no Diário de Justiça 1.440 matérias entre janeiro e outubro de 2017.

Dentre os entes Federados em acompanhamento, destacam-se os municípios de Altamira, Aurora do Pará, Belém, Barcarena, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Brejo Grande do Araguaia, Cachoeira do Arari, Capanema, Capitão Poço, Curralinho, Igarapé-Miri, Itaituba, Melgaço, Muaná, Porto de Moz, Quatipuru, Redenção, Rondon do Pará, Santa Isabel do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Tucuruí, Uruará e Xinguara. Dos 30 processos instaurados, 19 regidos pela EC 62/2009 e dois, conforme a EC 94/2016, foram concluídos e estão em fase de arquivamento, com o consequente pagamento aos credores. Apenas nove Processos Gerais de Gestão (PGG) estão em trâmite.



Audiências de conciliação, no TJPA, resultou no pagamento de R\$ 12,4 milhões a credores de precatórios

SUPORTE

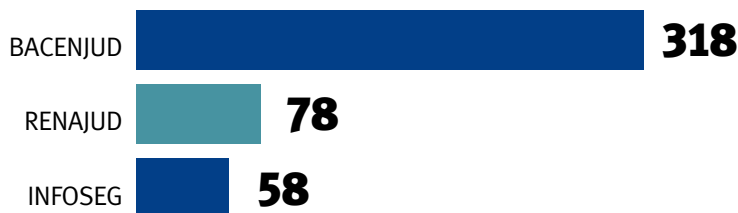
Magistrados contam com central de apoio e comunicação interna

Objetivo é ajudar nas áreas operacional, administrativa, técnica e jurídica



Central de Comunicação Interna e Apoio aos Magistrados (CCIAM) dá apoio técnico-jurídico e operacional-administrativo aos magistrados e os subsidia na execução de suas funções. Uma das responsabilidades é o gerenciamento dos sistemas de terceiros (BACENJUD, INFOSEG, INFOJUD e RENAJUD), ativando, reativando, excluindo usuários, incluindo Varas Judiciais e gerando as senhas com os respectivos perfis de acesso aos sistemas.

Magistrados Cadastrados nos Sistemas



FONTE: CCIAM / TJPA

A Central elabora também um lotacionograma por semana e cuida da manutenção e atualização da Área dos Magistrados no Portal do Tribunal de Justiça do Pará, onde estão os boletins com informações sobre as decisões administrativas e judiciais da Presidência, do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura; pesquisas relevantes, o Banco de Boas Práticas e o Banco de Sentenças.



CENTRAL ELABORA UM LOTACIONOGRAMA POR SEMANA E CUIDA DA MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ÁREA DOS MAGISTRADOS NO PORTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ.

INTERESSE COLETIVO

Debates sobre direitos humanos reuniram mais de 3 mil pessoas

Comissão atua para dar celeridade aos processos cíveis e criminais relacionados a fatos que atentem contra os interesses coletivos da sociedade



Mais de três mil pessoas participaram dos eventos promovidos em 2017 pela Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão, instituída pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) em 2014 para monitorar as ações judiciais cíveis e criminais, de grande repercussão social, de casos que atentem contra os direitos humanos e o interesse coletivo. A comissão atua para acelerar a tramitação desses processos, sem interferir na independência funcional dos magistrados quanto ao mérito.

Nos eventos promovidos pela comissão, magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público, operadores do Direito em geral; Prefeituras, Câmaras, Prelazia do Xingu, entidades sociais, universidades,

pastoral carcerária, Conselho de Educação, Setrans/PMs, rádio rural, palestrantes nacionais e internacionais retomaram as tratativas internacionais para tornar mais conhecida a dimensão dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo global e regional, sob a perspectiva das cortes interamericana e europeia de Direitos Humanos e seus reflexos nas decisões judiciais nos Países a elas vinculadas.

O objetivo é superar as disparidades por meio de políticas públicas e concentrar esforços no sistema de identificação e registro, para viabilizar o acompanhamento individual dos processos e gerar dados mais sólidos. Outro desafio são as ações afirmativas previstas tanto na Constituição Nacional quanto nos tratados internacionais a que se obrigou o Estado Brasileiro. A





Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão do TJPA promoveu em Belém o Congresso Intercontinental de Direitos Humanos

RICARDO LIMA



SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO VIABILIZA O ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DOS PROCESSOS E GERA DADOS MAIS SÓLIDOS.

metodologia observada combinou pesquisa aplicada, exposição por meio de palestras e debates com o público e aplicação em oficina dirigida à solução de problemas específicos.

Dentre os eventos realizados, destacaram-se:

> **Colóquio sobre Políticas Públicas de Direitos Humanos**, realizado no dia 28 de agosto, no Auditório do Fórum Cível de Belém, com a presença de mais de 200 pessoas interessadas no assunto, exposto por meio de palestras sobre temas polêmicos e esclarecedores a respeito de Direitos Humanos, como ‘A Crise no Sistema Carcerário’, ‘Conflitos Agrários e Morte no Campo’ e ‘Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Pará

RICARDO LIMA

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o doutor Roberto Caldas fala sobre direitos humanos para um público atento, durante congresso promovido, em Belém, pelo TJPA



> **III Jornada de Direitos Humanos na Comarca de Altamira**, realizada no período de 31 de agosto a 02 de setembro, no prédio do Fórum e no Centro de Convenções de Altamira, com a presença de mais de 500 pessoas, palestras foram apresentadas, ressaltando a importância dos Direitos Humanos como ponto central nos Estados Constitucionais, bem assim a classificação de processos, através de oficinas.

> **IV Jornada de Direitos Humanos na Comarca de Santarém**, realizada no período de 21 a 23 de setembro, no prédio do Fórum e no Auditório do Ministério Público, com a presença de mais de 200 pessoas, visitando as secretarias Cíveis e Criminais, com a instrução prévia para identificação dos processos relacionados aos Direitos Humanos, reunindo com os servidores e magistrados. Palestras foram proferidas abordando temas estratégicos, que informam e conscientizam sobre os Direitos Humanos em âmbito internacional.

> **Congresso Intercontinental de Direitos Humanos**, com o tema “Sociedade Participativa, Afirmando Direitos”, realizado no dia 05 de outubro, no Hotel Sagres, contando com a presença de mais de 1,2 mil pessoas, com a finalidade de discutir e promover os Direitos Humanos no âmbito do Pará. Contou com palestrantes nacionais e internacionais que, com seus testemunhos e experiências funcionais, nas suas respectivas competências e nas decisões que foram levados a prolatar, ilustraram as iniciativas e atitudes que devemos assumir na construção do respeito e proteção aos direitos humanos. Dentre os palestrantes mereceu destaque o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Doutor Roberto Caldas que tratou do tema “O Papel Transformador da Corte Interamericana de Direitos Humanos”.



COMPOSIÇÃO

A Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social, para o biênio 2017-2019, é composta pela Des. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, coordenadora; e tem como membros o juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, titular da 1ª Vara da Fazenda; a juíza Rubilene Silva Rosário, titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Paulo Victor Ramos Corrêa, representante da Escola Superior da Magistratura, e Mônica Raiol de Moraes, como secretária.

PRIORIDADE

Selos vão identificar processos de atentados a direitos humanos

Comissão é responsável por assegurar celeridade à tramitação dessas ações



ançados durante o Congresso Intercontinental de Direitos Humanos, os Selos Estruturantes e Identificadores de Processos de Direitos Humanos nas situações de Violência de Gênero, LGBT, Infância e Juventude e Sistema Carcerário viabilizarão a prioridade na tramitação e julgamento e a adequada condução e acompanhamento por parte da Comissão de Ações Judiciais em Direitos Humanos e Repercussão Social do Tribunal de Justiça do Pará.

O plano estratégico estruturante dos direitos

humanos, de autoria da Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, foi concebido para identificar processos relativos aos direitos humanos e capacitar, por meio de cursos e aperfeiçoamento, os agentes das instâncias formais de controle.

O projeto é uma resposta ao Macrodesafio Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal, cuja iniciativa estratégica é o enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis.

No dia 5 de outubro, a Comissão de Ações Judiciais





A Des. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, presidente da Comissão de Direitos Humanos do TJPA, lança os selos identificadores de processos relacionados à violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes e LGBT

ÉRIKA NUNES



**ESTRATÉGIA
É IDENTIFICAR
OS PROCESSOS
RELACIONADOS A
DIREITOS HUMANOS
E CAPACITAR
AGENTES DAS
INSTÂNCIAS
FORMAIS DE
CONTROLE PARA
ACELERAR A
TRAMITAÇÃO.**

em Direitos Humanos e Repercussão Social do TJPA promoveu o Congresso Intercontinental de Direitos Humanos, que reuniu em Belém 14 palestrantes regionais e internacionais em torno da temática dos Direitos Humanos, a partir de diversas perspectivas, como gênero, terrorismo, políticas públicas, meio ambiente, questões agrárias, refugiados e povos tradicionais. Na programação do dia houve a divulgação sobre o uso dos Selos, cujo início previsto é janeiro de 2018, em processos judiciais físicos e virtuais, para identificar as ações relacionadas aos direitos humanos.

APOIO

Vice-Presidência cuida da dinâmica processual no âmbito do 2º grau

Uma das tarefas foi otimizar o desempenho da Unidade de Processamento Judicial



VICE-PRESIDÊNCIA FAZ A GESTÃO DA DINÂMICA PROCESSUAL DO 2º GRAU E TRABALHA EM ESFORÇO CONCENTRADO PARA OTIMIZAR O DESEMPENHO DAS TAREFAS DA UPJ DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO.



Vice-Presidência atua em parceria com a Presidência do TJPA na imple-

mentação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) nas unidades judiciárias de competência cível; no aprimoramento da padronização das secretarias judiciais; no mapeamento e na redefinição de competências; e no aperfeiçoamento da área de buscas das normas internas nos portais Externo e Interno

A Vice-Presidência faz a gestão da dinâmica processual do segundo grau e trabalha em esforço concentrado para otimizar o desempenho das tarefas da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e de Direito Privado, criada e implantada no final de 2016. Foi solicitado, inclusive, o apoio técnico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dada sua experiência na área, na organização e estruturação da equipe de trabalho e atividades desempenhadas, bem como na ampliação e adequação do ambiente de trabalho.



O Vice-Presidente do TJPA, Desembargador Leonardo Tavares, também coordena o Comitê de Ação Social e Cidadania do TJPA, com atuação expressiva na comunidade do Aurú

ÉRIKA NUNES

Com a implementação da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e de Direito Privado e a redefinição de competências dos órgãos de julgamento do TJPA, a Vice-Presidência atuou intensamente junto à Central de Distribuição e Setor de Autuação Processual do 2º Grau, para deixar a distribuição e autuação de processos em dia

TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Vice-Presidência do TJPA, por meio do Comitê de Ação Social e Cidadania, tem atuado junto às associações comunitárias, com entrega de alimentos, roupas, produtos de higiene, arrecadados por meio de doação de servidores, magistrados e empresas privadas, para famílias carentes em situação de extrema pobreza

Pedro Pinto e Fábio Makoto, servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo, expõem ao Pleno os ganhos em eficiência com a implantação da UPJ, processo supervisionado pela Vice-Presidência do TJPA

PJE

Após a adoção do Processo Judicial Eletrônico (PJE), a Vice-Presidência supervisiona a distribuição no âmbito do TJPA, atuando, inclusive, em auxílio aos Juízos de 1º Grau, na digitalização e migração de processos do 1º Grau no PJE, bem como junto ao Grupo Gestor do Sistema PJE, à Secretaria de Informática, à Ordem dos Advogados do Brasil, às Procuradorias, à Defensoria Pública, aos Gabinetes e às Secretarias, na transição entre o sistema processual físico e o sistema processual eletrônico, a fim de esclarecer dúvidas e ajustar condutas e procedimentos.

MANUAL DE ROTINAS

A Vice-Presidência coordena a atualização do Manual de Rotinas do 2º Grau, a fim de adequá-lo ao Regimento Interno em vigor e ao PJE, totalmente implantado nas unidades judiciárias cíveis e parcialmente implantado nas unidades judiciárias criminais no âmbito do 2º Grau.

COMPETÊNCIAS

A Vice-Presidência atua junto à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos para adequar o Regimento Interno às orientações do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e entendimentos firmados pelo TJPA e à legislação processual em vigor, assim como nas redefinições de competências no âmbito do 1º e 2º Graus.



RICARDO LIMA

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Vice-Presidência, por meio de assessoria jurídica, trabalha no aperfeiçoamento da área de buscas das normas internas do TJPA em seus portais Externo e Interno, pesquisando e divulgando os atos normativos em vigor.



São vinculados à Vice-Presidência os seguintes setores

- › Gabinete da Vice-Presidência;
- › Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos;
- › Setor de Protocolo Administrativo e Judicial do Tribunal (a partir do novo Regimento Interno do TJPA - Resolução nº 13/2016-GP de 11/05/2016);
- › Central de Distribuição do 2º Grau;
- › Setor de Autuação Processual do 2º Grau;
- › Central de Mandados do 2º Grau.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Projetos e resoluções legitimaram ajustes ao novo CPC e à expansão

Comissão teve papel fundamental no cumprimento do Plano de Gestão 2017-2019



o exercício de 2017, o planejamento institucional do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) buscou ajustar-se às novas regras do Novo Código de Processo Civil e à expansão do Poder Judiciário no Estado. A Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos teve um papel fundamental no cumprimento das ações do Plano de Gestão 2017-2019 ao analisar e aperfeiçoar as seguintes minutas de Projetos de Lei e Resoluções, já aprovados, que contribuiriam para legitimar o processo.

Infância e Juventude

> Lei 8584/2017 que trata da Gratificação de Risco de

Vida aos Comissários da Infância e Juventude da Capital.

Gestão de Pessoas

> Lei 8514/2017 sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores.

> Resolução nº 10/2017, que regulamentou as gratificações por Regime Especial de Trabalho.

> Resolução nº 13/2017, que regulamentou no TJPA a aplicação da Resolução nº 219/2016 do CNJ, sobre a movimentação de servidores.

> Resolução nº 22/2017, que trata da autorização a magistrados para residência fora da Comarca.



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA AJUDOU O TJPA A AJUSTAR-SE ÀS EXIGÊNCIAS DO NOVO CPC E À EXPANSÃO DO JUDICIÁRIO NO ESTADO.

Projeto de Lei analisado pela Comissão de Organização Judiciária assegurou gratificação de risco de vida a comissários da Infância e Juventude

Modernização da infraestrutura

> Lei 8603/2017 que trata da Desafetação, sob forma de permuta entre o Judiciário e o Estado, pertinente à doação de imóvel em Altamira, destinado ao Centro de Perícias Renato Chaves.

Otimização da informação

> Resolução nº 17/2017, que disciplinou a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação no âmbito do TJPA.

Estrutura Judiciária

> Minuta de Resolução que instala a 2ª Vara de Crimes contra a Criança e Adolescentes na Capital.

> Resolução nº 19/2017 que alterou a competência da Comarca de Xinguara

> Resolução nº 14/2017, que alterou a competência das Varas Fazendárias da Comarca da Capital.

> Minuta de Resolução que altera a Resolução nº 16/2016, sobre o Plantão Judiciário

> Resolução 24/2017 que dispõe sobre a formação da lista tríplex de advogados para a vaga de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, na classe jurista

DIVULGAÇÃO



1º GRAU

Comitê Único cuidou de lotação paradigma e orçamento público

Objetivo das ações é levantar as necessidades das unidades judiciárias no interior e na capital e estimular ações voltadas ao 1º grau de jurisdição

ÉRIKA NUNES





Atuação paradigmática e aperfeiçoamento do orçamento público, com vistas a cumprir os objetivos traçados, foram os dois temas trabalhados em 2017 pelo Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário do Primeiro Grau, cujo objetivo é levantar as necessidades e estimular ações voltadas ao 1º grau de jurisdição. Composto por magistrados e servidores eleitos e indicados e por representantes das respectivas associações, o Comitê foi instituído pela Portaria nº 2.823/2017-GP do TJPA, em atenção às orientações do CNJ e à diretriz adotada pelo Tribunal de Justiça do Pará de priorização do 1º Grau de Jurisdição. A atuação do comitê é de dois anos e acompanha a troca bienal de gestão do Poder Judiciário.



**ATUAÇÃO DO
COMITÊ É DE
DOIS ANOS E
ACOMPANHA A
TROCA BIENAL
DE GESTÃO
DO PODER
JUDICIÁRIO.**



Representantes eleitos e indicados definem políticas do Judiciário paraense para as unidades de 1º grau de jurisdição

TERRA

Função social norsteia ações da Ouvidoria Agrária do TJPA

Comissões monitoram grilagem e medeiam conflitos no campo para evitar a violência



revenir e resolver conflitos agrários, individuais ou coletivos, que demandam providências do Poder Público para reduzir a violência no campo, são as principais tarefas da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará

A função social da propriedade rural é o imperativo jurídico que fundamenta o trabalho da Ouvidoria Agrária do TJPA, cujas ações se subordinam aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, à cidadania, à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho

Duas comissões atuam no âmbito da Ouvidoria: A Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, constituída por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, entre os quais Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado (DPE), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Advocacia Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA), Instituto Nacional de Terras do Pará (Iterpa), Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra),

Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e Comissão Pastoral da Terra (CPT); e a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários.

VIOLÊNCIA

Oito reuniões ordinárias ocorreram na sede do Tribunal de Justiça para tratar sobre pedidos de providência individuais ou coletivos. Quando envolve violência no campo, a Ouvidoria Agrária aciona órgãos de segurança pública local e da capital para evitar recrudescimentos, assassinatos e ameaças de morte.

Em todas as solicitações, o secretário adjunto de Inteligência e Análise Criminal do Sistema de Segurança Pública manteve a Ouvidoria informada sobre as diligências policiais em diferentes situações de conflitos e de violação dos direitos humanos que o Judiciário, em parceria com os órgãos governamentais e não-governamentais, enfrenta e combate.

AIRTON NASCIMENTO



**A OUVIDORIA
AGRÁRIA
GARANTE OS
DIREITOS DOS
ENVOLVIDOS
EM CONFLITOS
FUNDIÁRIOS,
ZELA PELA PAZ
NO CAMPO
E COÍBE A
VIOLÊNCIA.**

A Ouvidoria Agrária trabalha para garantir os direitos dos envolvidos em conflitos fundiários, zelar pela paz no campo e coibir a violência. Quando necessário, o pessoal técnico do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça faz vistoria, perícias, medições e outras ações necessárias à atividade-fim.

FORMAÇÃO

Palestras de atualização sobre a questão fundiária foram promovidas pela Escola Superior da Magistratura (ESM), que também disponibilizou cursos e simpósios sobre a matéria, com palestrantes de Belém e de fora do Estado, eventos abertos aos magistrados, servidores e operadores do Direito, conforme os Macrodesafios do Plano de Gestão biênio 2017-2019.

A Ouvidora Agrária e os servidores da Secretaria do órgão também participaram de cursos e simpósios na Escola da Magistratura, do “Congresso Intercontinental de Direitos Humanos”, do XVI Congresso Estadual da Anoreg/PA sobre “Atualizações no Direito Notarial e Registral”; além de reunião com os Desembargadores Corregedores da Região Metropolitana de Belém e do Interior e na sede do Inbra.

PROJETOS

TJPA institucionaliza boas práticas
para estimular ações inovadoras **148**

ARQUIVO VIVO

Projeto disponibiliza acervo
judicial para pesquisas acadêmicas **154**

RECICLAR DIREITO

Mudança de cultura no Judiciário
busca economia e sustentabilidade **156**

FISCALIZE LEGAL

Rodas de conversa reforçam
controle da gestão operacional **159**

PROJETO RENOVAR

Reorganização e padronização de rotinas dão
celeridade à tramitação processual nas Varas **160**

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Grupo de trabalho elabora programa de
aplicação da Justiça Restaurativa no Pará **163**

Parte III

Boas Práticas

PROJETOS

TJPA institucionaliza boas práticas para estimular ações inovadoras

Projetos de iniciativa de magistrados e servidores melhoram os processos de trabalho e o atendimento ao público nas unidades judiciárias e administrativas



Em 2017, o TJPA chancelou vários projetos de iniciativa de magistrados e servidores para melhorar os processos de trabalho nas unidades judiciárias e administrativas, aprimorar a prestação jurisdicional e buscar a maior satisfação do jurisdicionado. A perspectiva é de que o bom desempenho desses projetos inspire novas ações e possam ser replicadas como boas práticas na busca de uma justiça mais efetiva.

LEITURA

Proposto pela servidora Elaine Cristina Fernandes Ribeiro, Chefe da Divisão de Biblioteca, o projeto Chá Literário apresenta obras literárias em eventos temáticos, para valorizar autores nacionais e regionais e promover um ambiente de trabalho mais saudável, por meio do incentivo à leitura. O projeto recorre a várias

linguagens para apresentar e explicar o universo do autor e tornar mais interessante a leitura, e atende ao macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas, na Iniciativa Estratégica Implementação de programas de atenção à saúde e à qualidade de vida.

Na mesma linha, o projeto Mediação da Leitura incentiva o hábito da leitura entre os reeducandos do Projeto Começar de Novo e dos colaboradores terceirizados do TJPA e possibilita a ampliação de conhecimentos e o desenvolvimento pessoal e profissional. O projeto recorre a publicações de diversos gêneros do acervo da biblioteca, entre os quais romances, poemas, contos e auto-ajuda.

A partir da leitura estimulam-se reflexões sobre a importância dos estudos, a valorização da vida, as histórias de superação e o não julgamento das pessoas.

O projeto atende ao macrodesafio Aprimoramento da Gestão Criminal, na iniciativa à promoção de ações de ressocialização de apenados.



ÉRIKA NUNES



A 15ª edição do Chá Literário homenageou a escritora paraense Lindanor Celina

Projeto ajuda a reduzir taxa de congestionamento em juizado

“

BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONALIZADAS PELO TJPA APRIMORAM OS SERVIÇOS JURISDICIONAIS E BUSCAM A MAIOR SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS.

Proposto pela Desa Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos e pela juíza Antonieta Maria Ferrari Miléo, o projeto Juizado em Dia busca a modernização da estrutura de trabalho nos Juizados Especiais com altas taxas de congestionamento e que necessitam de auxílio nos processos físicos e virtuais, estabelecendo novos modelos de gestão para torná-los mais eficientes e céleres na prestação jurisdicional.

A metodologia consiste na adoção de modelo de gestão/funcionamento padrão na unidade judiciária, concomitante com os projetos Secretaria Virtual e Gabinete Virtual já desenvolvidos pela Coordenadoria dos Juizados, de auxílio remoto à secretaria e gabinete da unidade.

A equipe da Coordenadoria dos Juizados Especiais visita as unidades judiciárias para orientar a organização do espaço físico e do quadro funcional, padronizar rotinas de secretaria e sanear processos pendentes nessas unidades, que também recebem auxílio virtual e presencial para a elaboração de atos e ações concentradas para dar andamento aos processos físicos e eletrônicos.

Os próprios servidores das unidades estão envolvidos na aplicação do método de organização, sob a orientação dos servidores da Coordenadoria dos Juizados, a fim de perpetuar a sistemática quando a equipe de apoio do projeto não estiver mais na Comarca.

O projeto Juizado em Dia iniciou sua primeira fase presencial em setembro, na Comarca de Breves, onde os projetos Gabinete Virtual e Secretaria Virtual já vinham sendo desenvolvidos desde junho, atuando na movimentação de processos em secretaria, até dezembro de 2017.

O juizado sentenciou e arquivou 1.055 processos desde a implantação do Gabinete Virtual em junho/2017, quando houve também a inclusão de petições e documentos pelos servidores da unidade. Já foram atendidas duas unidades de juizado no interior do estado, Breves e Bragança, que apresentaram os seguintes resultados:



DIVULGAÇÃO

Breves

Durante o período de 12 de junho/2017 a 26 de janeiro/2018

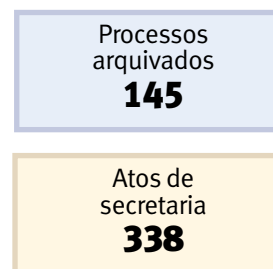
Nos sistemas Projudi e Libra foram contabilizados:



Bragança

Durante o período de 16 a 19/10/2017

No sistema PROJUDI foram contabilizados:



FONTE: COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS / TJPA

O projeto está alinhado ao plano de gestão do biênio no macrodesafio Celeridade e Produtividade na prestação judicial e na iniciativa estratégica de fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição. Foi autorizado pela Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, por meio da Portaria n. 5480/2017-GP.

CONCILIAÇÃO

Proposto pela juíza coordenadora do Cejusc Famaz, Ana Patrícia Nunes Alves Fernandes, o projeto Linha Direta promove, em parceria com a Celpa, concessionária de energia, sessões de mediação agendadas com consumidores e mutirões organizados de acordo com o volume de casos que envolvam a Celpa. A proposta de conciliação visa a acelerar o atendimento de demandas e a evitar a judicialização dos conflitos que envolvam a empresa. O projeto está inserido no plano de gestão do biênio, no macrodesafio Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos, dentro da iniciativa estratégica de fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos e de pacificação social.



Servidores da Coordenadoria dos Juizados Especiais no Fórum da Comarca de Bragança, uma das unidades que recebeu o auxílio do projeto Juizado em Dia

ÉRIKA NUNES

Projeto Linha Direta promove sessões de mediação e conciliação com consumidores que mantêm pendências com a Celpa



SOLIDARIEDADE

Coordenado pelo Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, o projeto “Acreditar no Amanhã” institucionaliza ações de cidadania e solidariedade que já vinham sendo desenvolvidas por meio de trabalho social voluntário com a comunidade que vive em torno da Escola Santana do Aurá, ampliando e perenizando iniciativas para assegurar uma vida mais digna aos alunos da escola e às suas famílias.

O projeto visa, entre outros objetivos, a evitar o crescimento da evasão escolar, conscientizar pais e alunos de que a educação e a qualificação profissional propiciam um futuro melhor, colaborar para que a comunidade supere a extrema pobreza, melhorar as condições socioambientais e, gradativamente, restituir a essa comunidade a dignidade, igualdade e ambiente saudável e com qualidade de vida melhor que a situação atual.

Dentre outras ações destacam-se as soluções a

problemas que agravam a saúde, como água, alimentação e higiene; oportunidades de profissionalização para adolescentes e familiares, desenvolvendo uma economia local e a construção de um laboratório de informática

O projeto é desenvolvido por magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, equipe do Comitê de Ação e Cidadania e parceiros externos, como a Secretaria de Educação Municipal (Semec), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pará (Embrapa), Comando Geral do Corpo de Bombeiros, Associação dos Magistrados do Pará (Amepa), Sindicato dos Oficiais de Justiça do Pará (Sindojus), Fundação Propaz, Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), Universidade Federal do Pará (UFPA), Restaurante Família Sicília, Empresa Colares e Escola Salesiano do Trabalho/Senac/Senai. No plano de gestão do biênio do Judiciário paraense, o projeto está alinhado ao macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania.

ÉRIKA NUNES

Crianças da Escola Santana do Aurá visitam o Theatro do Paz e ficam maravilhadas



ÉRIKA NUNES



Inauguração do escovódromo da escola Santana do Aurá, onde os alunos tiveram uma aula de higiene bucal

CEIJ: meios eletrônicos facilitam o diálogo

O projeto Conhecer e Dialogar usa meios eletrônicos para fortalecer e aprimorar a comunicação e o diálogo entre magistrados da Infância e Juventude, servidores e a CEIJ, sobre as rotinas, informações, notícias e normativas diretamente

relacionadas à infância e juventude e matérias correlatas. Durante o segundo semestre de 2017, o projeto foi aperfeiçoado a fim de atingir o maior número possível de servidores e magistrados pelos meios eletrônicos.

ARQUIVO VIVO

Projeto disponibiliza acervo judicial para pesquisas acadêmicas

Processos sob a guarda do Judiciário na Comarca de Belém são disponibilizados para estudos e debates sobre temas de interesse público

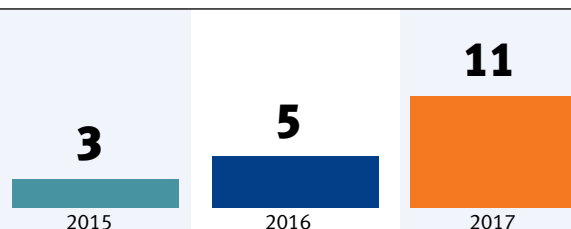


institucionalização do projeto Arquivo Vivo, idealizado pela servidora Leiliane Sodré Rabelo, avaliza uma iniciativa que aproxima a comunidade acadêmica do acervo judicial como valiosa fonte de pesquisa científica, estabelecendo um diálogo transversal entre o Judiciário, a sociedade e a comunidade acadêmica. O projeto divulga o acervo histórico do TJPA na Comarca de Belém e garante o direito de acesso aos documentos para pesquisa, promovendo discussões e debates sobre a legislação a partir



INICIATIVA APROXIMA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO ACERVO JUDICIAL COMO VALIOSA FONTE DE PESQUISA CIENTÍFICA.

Pesquisadores por ano no arquivo



FONTE: DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO / TJPA

DIVULGAÇÃO



Roda de conversa “Adolescência Feminina em Conflito com a Lei na atualidade”, do projeto Arquivo Vivo, do TJPA

de decisões judiciais a respeito de temas polêmicos que permeiam a vida em sociedade ao longo dos anos. O Projeto está inserido na iniciativa Otimização da Gestão da Informação.

Entre 2015 e 2017, o Arquivo recebeu um total de 120.892 documentos enviados para eliminação, dos quais mais de 11 mil são de caráter judicial e o restante é da esfera administrativa.

RECICLAR DIREITO

Mudança de cultura no Judiciário busca economia e sustentabilidade

Institucionalização dará mais efetividade à responsabilidade socioambiental



Um Judiciário socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente equilibrado é o principal objetivo do projeto Reciclar Direito, concebido a partir da Resolução nº005/2009 do Conselho Nacional de Justiça e lançado pelo Tribunal de Justiça do Pará em outubro de 2014.

O projeto estimula mudanças na cultura institucional do Judiciário para assegurar a jurisdição de forma mais eficaz e sustentável, incluindo critérios de res-

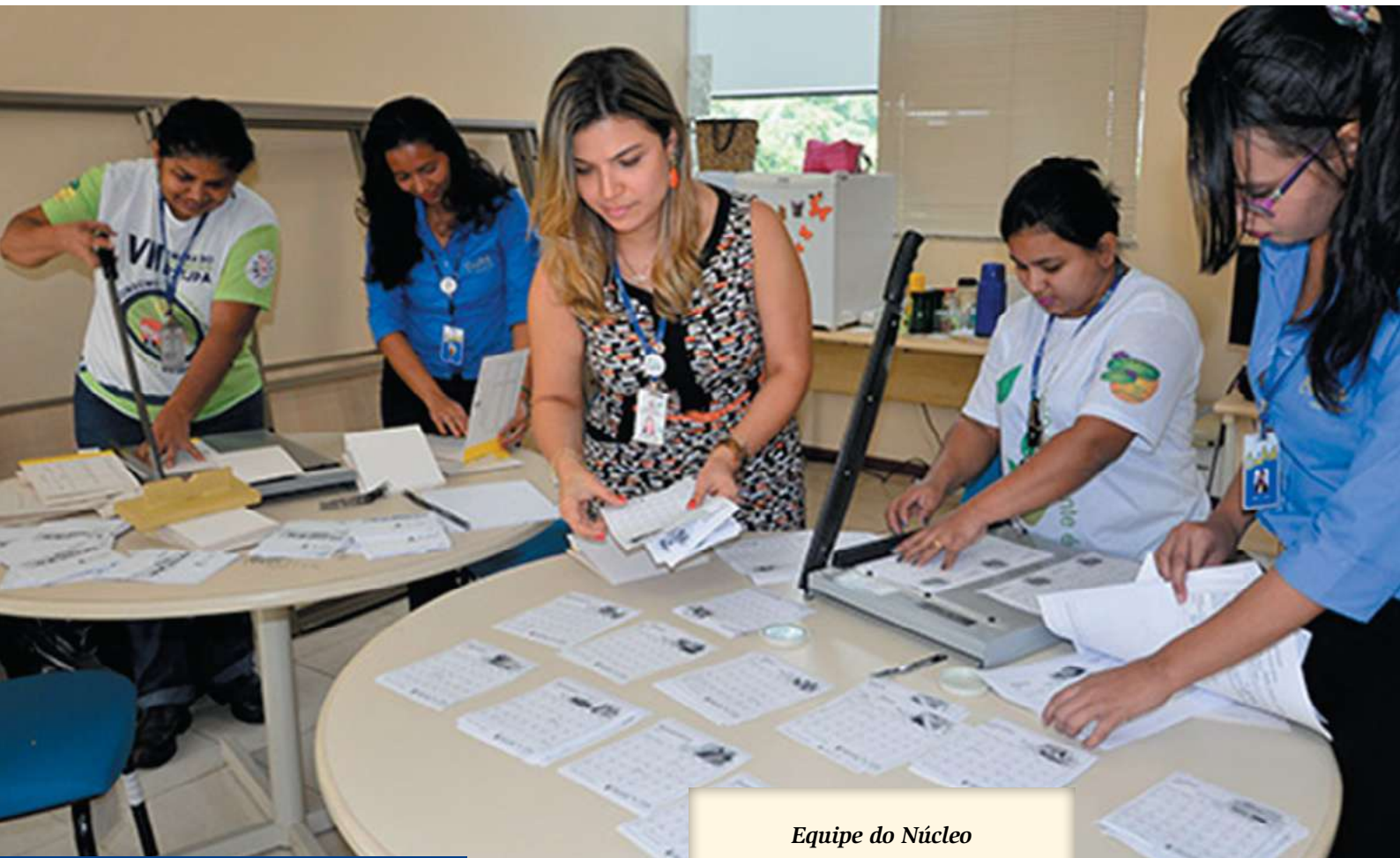
ponsabilidade socioambiental nas atividades do TJPA.

No biênio 2017-2019, o projeto vem amadurecendo com a inserção de práticas sustentáveis diárias nas atividades da instituição.

O projeto Reciclar Direito está alinhado ao Plano de Logística Sustentável do TJPA e, em 2017, estimulou uma série de ações para racionalizar custos em busca da eficiência do gasto público, entre as quais destacam-se:

> **Reutilização de Papéis:** em fevereiro foi lançado o primeiro calendário sustentável do TJPA, confec-

ÉRIKA NUNES



Equipe do Núcleo Socioambiental do TJPA trabalha na confecção dos calendários ecológicos de 2017



PROJETO ESTIMULA MUDANÇAS NA CULTURA INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO PARA ASSEGURAR A JURISDIÇÃO DE FORMA MAIS EFICAZ E SUSTENTÁVEL.

cionado com capas de processo inservíveis e papéis descartados no Projeto Descarte Consciente. Foram produzidos 2,5 mil calendários sustentáveis, distribuídos ao corpo funcional, aos presidentes dos tribunais do Brasil e a autoridades do Pará

Mais de 1.598 blocos de anotações com a marca “Reutiliza” foram confeccionados e distribuídos durante os cursos de treinamento e ambientação do corpo funcional. O material foi utilizado pelo Serviço de Treinamento de Servidores e pela Escola Superior da Magistratura, extinguindo a aquisição deste item nas licitações.

> **Reutilização de Materiais de Expediente Obsoletos:** campanhas de sensibilização estimularam a devolução ao almoxarifado de materiais em desuso, nas unidades judiciais e administrativas, como pastas A-Z, grampeadores, instrumentos de escrita, clips, cola, caixas polionda entre outros. As caixas polionda já retornaram ao ciclo de vida como pontos individuais de coleta de recicláveis, com mais de 300 unidades distribuídas e reutilizadas em substituição às lixeiras tradicionais, sem o uso de sacos plásticos.

> **Itens obsoletos do almoxarifado** - bobinas de fax, colchetes, pastas plásticas, grampeadores e perfuradores - foram doados à Escola Municipal de Ensino Infantil Profª Rita Nery, que atende aos dispositivos das políticas nacionais de Educação Ambiental (lei nº9.795/99) e de Consumo Sustentável (lei nº13.186/15) e faz um primoroso trabalho de educação ambiental, com crianças de 4 a 6 anos.

ÉRIKA NUNES

Feira de produtos orgânicos melhora a qualidade de vida de servidores e magistrados e estimula a agricultura familiar



Feiras de orgânicos garantem alimentos saudáveis

O projeto das Feiras de Agricultura Familiar foi institucionalizado em maio, pela Portaria nº 2493/2017-GP, desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Saúde da Secretaria de Gestão de Pessoas. Foram organizadas 12 feiras na capital, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), possibilitando aos servidores e a suas famílias acesso a produtos de origem orgânica, com

alimentos saudáveis, cultivados sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, o que garante bem-estar e fomenta a produção de 18 pequenos produtores da agricultura familiar.

As feiras atendem ao disposto na Resolução nº201/2015, do CNJ, sobre a adoção por parte do Judiciário de um modelo de cultura institucional que adote critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder.

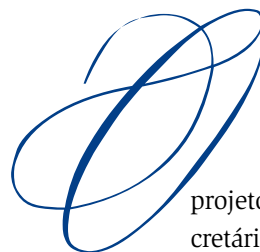
FISCALIZE LEGAL

Rodas de conversa reforçam controle da gestão operacional

Projeto assegura mais eficiência à fiscalização dos contratos administrativos



DISSEMINAR A IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE CONTROLE É O PRINCIPAL OBJETIVO DO PROJETO FISCALIZE LEGAL.



projeto Fiscalize Legal, idealizado pela secretária de Controle Interno, Débora Gomes, está previsto no Plano de Gestão 2017-2019, como ação cujo objetivo é disseminar a importância dos mecanismos de controle em nível de gestão operacional, com execução autorizada pela Portaria nº 1251/2017-GP. O projeto quer assegurar mais eficiência à fiscalização dos contratos administrativos.

Em junho houve a reunião inaugural do projeto, com a presença do Presidente do TJPA e da comunidade de fiscais e servidores. Rodas de conversas trimestrais e mensais tratam de temas gerais e assuntos específicos, respectivamente. Em outra frente, a equipe do projeto levanta uma série de temas relevantes sobre fiscalização de contratos e alguns servidores do TJPA, com expertise na área, atuam como facilitadores em mini-capacitações, a primeira das quais sobre o tema “Termo de Referência – Elementos, Aspectos Controversos e Roteiros para Elaboração do TR”.

PROJETO RENOVAR

Reorganização e padronização de rotinas dão celeridade à tramitação processual nas Varas

Em sete meses foram produzidas 573 sentenças, 804 decisões interlocutórias e 1.314 despachos



rganizar os espaços das unidades judiciais, incluindo gabinete e secretaria, padronizar o acervo e implementar um modelo de gestão e funcionamento padrão que torne mais eficiente e célere a prestação jurisdicional.

Esses são os objetivos do Projeto Renovar que moderniza a estrutura de trabalho nas unidades judiciárias, estabelece novos modelos de gestão e organiza as secretarias e gabinetes das Varas, conforme a diretriz estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de priorizar o 1º grau de jurisdição e aprimorar a gestão das Varas Judiciárias do 1º grau, uma das prioridades do Plano de Gestão do TJPA para o biênio 2017-2019.

Durante a permanência do projeto na unidade, o gabinete recebe auxílio para proferir despachos e sentenças.

As primeiras incursões envolveram as 3ª e 9ª Varas Cíveis de Belém, onde foram juntadas 4.136 petições e proferidos 899 despachos e 892 sentenças.

Na 5ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital, a partir de maio de 2017, o projeto reorganizou os processos e deu andamento aos que estavam conclusos em gabinete, adequando as tramitações ao Código de Processo Civil (CPC) de 2015, para atualizar a situação dos processos mais antigos e daqueles com mais tempo sem movimentação.



RICARDO LIMA

Organizar espaço e padronizar acervo estão entre as medidas do projeto Renovar para reestruturar as unidades judiciais de 1º grau



DURANTE A PERMANÊNCIA DO PROJETO NA UNIDADE, O GABINETE RECEBE AUXÍLIO PARA PROFERIR DESPACHOS E SENTENÇAS.

SISTEMÁTICA

O primeiro passo foi o levantamento estatístico do acervo, por meio do sistema Libra, que constatou um total de 11.988 processos e 4.327 petições pendentes de juntada.

Reorganizaram-se, então, na Secretaria, as petições pendentes de juntada, acondicionando-as em pastas por ordem cronológica, todas em caixas vermelhas com a identificação das datas na parte frontal, para facilitar a localização, método escaquinho-calendário, preconizado pelo CNJ.

Em seguida, 3.330 processos que estavam no gabinete foram transportados à sala onde funciona o projeto, no 3º andar do Fórum Cível, para a substituição de 3.250 capas, adequando-as à padronização, com números laterais na vertical,

etiquetas das metas, identificação de prioridades com fita adesiva vermelha, e com fita adesiva preta para a Defensoria Pública.

Foram sanadas as pendências dos processos, com juntada de petições, mandados e avisos de recebimento, para despachos e decisões em ordem cronológica de conclusão, obedecendo ao disposto no CPC/2015.

Em ação conjunta entre o juiz titular da 5ª Vara Cível, o projeto Renovar e a direção do Fórum Cível, transferiu-se a secretaria da Vara para o terceiro piso do Fórum Cível, com amplo espaço físico e estrutura para receber todos os processos da unidade, contando com novo leiaute, inclusive com as caixas de plástico destinadas à guarda dos processos com as cores definidas na padronização. O espaço onde a secretaria estava instalada era reduzido e não mais comportava o acervo.

METODOLOGIA

Na fase atual, mais de 432 processos que aguardavam manifestação das partes na secretaria da Vara (já organizados nos prazos 01, 02 e 03, conforme a metodologia do projeto) foram enviados à sala do Renovar para a padronização, saneamento das pendências (juntada de petições, mandados etc.) e análise. Todos os processos que aguardam manifestação das partes (prazos de 04 a 31) também serão enviados ao projeto, para o devido andamento processual, tanto

nos trâmites de secretaria como nas decisões e despachos de gabinete.

O último levantamento no Sistema Libra apurou que, em sete meses de execução, na secretaria do Projeto Renovar, foram juntadas 1.169 petições, produzidas 640 certidões, efetuados 219 atos ordinatórios e realizadas 4.287 tramitações.

Já no Gabinete do projeto Renovar foram produzidas 573 sentenças, 804 decisões interlocutórias e 1.314 despachos.

As soluções de gestão atualizam a sistemática de atuação e gerenciamento global da unidade, secretaria e gabinete, com rotinas de trabalho que eliminam comportamentos redundantes e retrabalho.

A reestruturação do funcionamento das unidades de 1º grau garante suporte e assistência aos servidores e magistrados, na linha de frente do Judiciário, a fim de propiciar aos jurisdicionados a razoável duração do processo, conforme estabelece o art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

Institucionalizado pela Portaria nº 353/2017-GP e posteriormente regulamentado pelo Provimento Conjunto nº 01, de 11 de maio de 2017, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém, o projeto Renovar tem como premissa básica a solução dos problemas enfrentados pelo Judiciário paraense: morosidade, certa burocracia e dificuldade gerencial nas unidades judiciais, que repercutem diretamente nas taxas de congestionamento processual.

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Grupo de trabalho elabora programa de aplicação da Justiça Restaurativa no Pará

Abordagem já é feita em Belém e em Santarém nas áreas de Infância e Juventude e Violência contra a mulher



**NEGOCIAÇÃO COM
UNIVERSIDADES
PARCEIRAS
AVALIA A CRIAÇÃO
DE UM CEJUSC
DESTINADO
EXCLUSIVAMENTE
ÀS PRÁTICAS
DE JUSTIÇA
RESTAURATIVA.**



Judiciário do Pará mantém experiências de práticas restaurativas em Belém, por meio da CELJ e 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital (Portaria nº 563/2017-GP), coordenado pela juíza Guissela Haase; e na Comarca de Santarém, com o Projeto Justiça Juvenil Restaurativa no Oeste do Pará (Portaria nº 5694/2017-GP), coordenado pela juíza Josineide Gadelha

No âmbito da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o juiz Otávio Albuquerque coordena o projeto Práticas restaurativas da 3ª Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher (Portaria nº 275/2017-GP).

A aplicação sistemática da prática restaurativa com esses diferentes público alvos envolve avaliação de resultados, parcerias, grupos de estudo e a formação de facilitadores.

A Justiça Restaurativa é uma abordagem que reúne todos os envolvidos no conflito - ofensor, vítima e comunidade - para trabalhar a aceitação da culpa e a responsabilização do ofensor, com o objetivo de sanar ou, pelo menos, minimizar os danos causados.

A política está prevista na Lei nº 12.594/2012 – que instituiu o Sistema

Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – e é recomendada nas Resoluções nº 125/2010 e nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõem sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, respectivamente.

GRUPO DE TRABALHO

Grupo de Trabalho coordenado pelo juiz Otávio dos Santos Albuquerque foi criado com a responsabilidade de implementar o programa de Justiça Restaurativa do Judiciário paraense, ação estratégica do Plano de Gestão para o biênio 2017-2019, definida a partir do amadurecimento institucional impulsionado pelos projetos em andamento.

O objetivo é fortalecer a Justiça Restaurativa no Pará. O grupo foi instituído pela Portaria nº 3662/2017-GP e é formado por magistrados e servidores que já atuam na área.

Um dos destaques da ação do GT é a inclusão da Justiça Restaurativa entre as práticas estimuladas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), seguindo a tendência nacional da Justiça de aproximar esses segmentos e concentrar as práticas do Estado em uma unidade voltada para esse fim.

Também está em negociação com universidades parceiras a criação de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CejusC) destinado às práticas de Justiça Restaurativa.

Durante o ano de 2017, todos os envolvidos na temática participaram de várias atividades, cursos e eventos de Justiça Restaurativa.

Agenda de Ações em Justiça Restaurativa

› I Curso de Introdução à Justiça Restaurativa, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), em Brasília.

› Capacitação inicial em Justiça Restaurativa com cerca de 30 servidores das três Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém, incluindo a equipe multidisciplinar das Varas.

› Ciclo de Palestras “O Combate à Violência Doméstica no Judiciário Paraense”.

› IX Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), que tinha como um dos Grupos de Trabalho a discussão da Justiça Restaurativa.

› Círculos Restaurativos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Guillobel, atendendo a convite da Direção da Escola para a Jornada Pedagógica – “Ações de Mediação ou Intervenções de Conflito de

Crianças e Adolescentes em Situação Escolar”.

› Círculo Restaurativo no CREAS/Mosqueiro.

› Seminário Internacional de JR, na modalidade a distância, no tema “Diversos Saberes Dialogando Para Transformar Realidades”, em São Paulo.

› Círculos Restaurativos na UFPA/FFTO, nas 4 turmas do Curso de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a convite da direção da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFPA.

› Diálogo com alunos do Curso de Direito do Cesupa sobre Justiça Restaurativa, objetivando subsidiar trabalho acadêmico.

› Supervisão em Justiça Restaurativa, via Skype, com o Dr. Paulo Moratelli (RS), com a participação dos integrantes do Grupo de Estudos Interinstitucional, para discutir sobre o “Curso de Formação Teórico e Prático no Modo Vivencial em Círculo de Construção

Paulo Moratelli fala, em Belém, sobre a aplicação da Justiça Restaurativa nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

RICARDO LIMA



de Paz e Justiça Restaurativa.

› Participação no “Seminário Internacional de Processos Circulares para Transformação de Conflitos”, com Kay Pranis (a distância), realizado pela Associação Palas Athena e PUC-SP.

› Participação da Palestra sobre aplicação de JR nas Varas de Violência Doméstica e Familiar, articulada entre o Dr. Paulo Moratelli e juíza Reijjane Oliveira, da Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar e equipe da 4ª Vara.

› Workshop de Justiça Restaurativa, facilitando e supervisionando Círculos Temáticos: Educação, Socioeducação e Políticas Públicas – Promovido e coordenado pela equipe técnica da 4ª Vara da Infância e Juventude, em parceria com Nupemec/TJPA, Ministério Público-CAO da Infância e Juventude, Universidade da Amazônia-Unama, Fundação Socioeducativa do Pará-Fasepa.

› Promoção e participação no Curso de Formação Teórico e Prático no Modo Vivencial em Círculo de Construção de Paz e Justiça Restaurativa- ministrado por Dr.Paulo Moratelli (40 horas) - Promovido pela 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital, em parceria com o Nupemec/TJPA.

› Promoção e participação na palestra: Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz- O Diálogo e a Autocomposição na Atividade Jurisdicional, com Dr.Paulo Moratelli, promovido por Nupemec/TJPA, 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Ministério Público/PA.

› Promoção de oficina de supervisão da aplicação de práticas restaurativas no Pará, com o Dr. Paulo Moratelli.

› Elaboração e tutoria no curso de Formação Inicial em Justiça Restaurativa, na modalidade EAD (40h) promovido pela CEIJ/ Serviço de Treinamento-TJPA.

FROTA

Distribuição de veículos garante
prioridade ao 1º grau e ao interior **168**

OBRAS

Investimentos melhoram a estrutura
de atendimento ao público **176**

Parte IV

Infraestrutura

FROTA

Distribuição de veículos garante prioridade ao 1º grau e ao interior

Foram adquiridas picapes 4x4, motocicletas e veículos de representação



Com prioridade às Comarcas do interior do Pará, o 1º grau de jurisdição e equipes de apoio receberam 33 dos 48 novos veículos incorporados à frota do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) em 2017. São 12 picapes com tração 4x4 e 15 motocicletas de 160 cilindradas. Para o 2º grau foram adquiridos 15 veículos de representação.

Veículos incorporados à frota

VEÍCULOS	QUANTIDADE	GRAU DE APLICAÇÃO
Toyota Corolla 2.0 XEI	15	2º Grau
L200 Triton GLD	13	1º Grau
NXR 160 BROS ESDD	12	1º Grau
L200 Triton GLD	5	Apoio – Sede
NXR 160 BROS ESDD	3	Apoio – Sede

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / TJPA



ÉRIKA NUNES

*Caminhonetes 4X4
garantem mais agilidade
às ações das Comarcas e
Varas no interior do Pará*

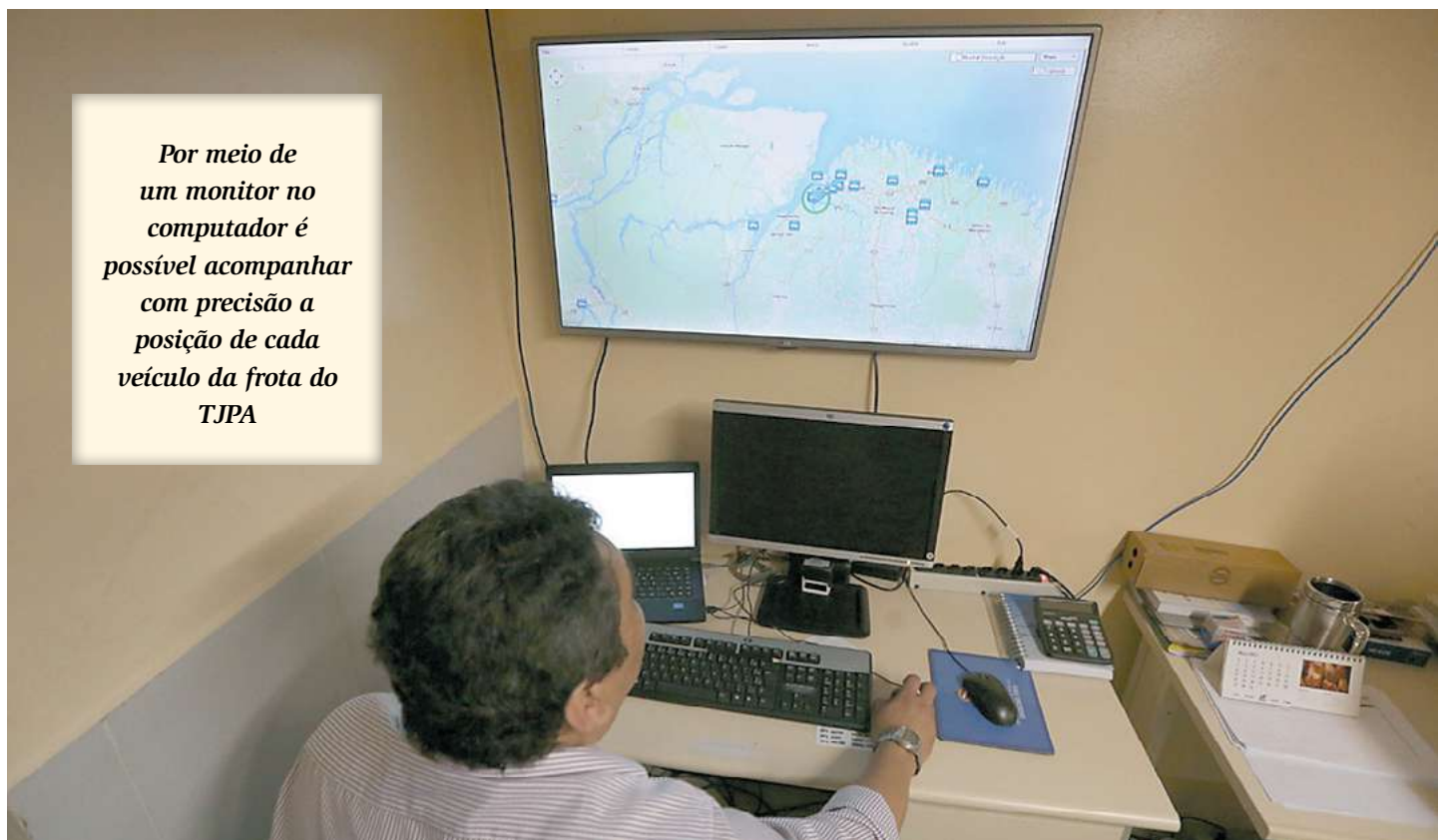


**O SISTEMA
INFORMATIZADO
DE GESTÃO DE
FROTA GARANTE
ABRANGÊNCIA
E DIVERSIDADE DE
OFICINAS EM TODO
O ESTADO, PELO
MENOR CUSTO.**

MANUTENÇÃO

Empresa especializada em gerenciamento e administração de despesas de manutenção automotiva atende aos veículos do TJPA em todo o Estado, incluindo as embarcações, e assegura mão de obra, peças, componentes e acessórios de reposição originais, transporte

por guincho e rede de oficinas credenciadas no interior e na capital. O sistema informatizado de gestão de frota utilizado é um modelo eficiente ante às necessidades do Judiciário, pois garante abrangência e diversidade de oficinas em todo o Estado com um custo menor.



Por meio de um monitor no computador é possível acompanhar com precisão a posição de cada veículo da frota do TJPA

CONTROLE

RICARDO LIMA

O controle da frota é feito pela Serviel, empresa especializada que monitora e rastreia via GPS 335 veículos do Judiciário na capital e no interior, incluindo controle

de velocidade, cerco nos municípios, relatórios com Boletim Diário Veicular (BDV) e de marcha lenta, cerco de horários, alerta de revisão e manutenção e criação de rotas.

Aquisições mantêm rotinas administrativas do Judiciário

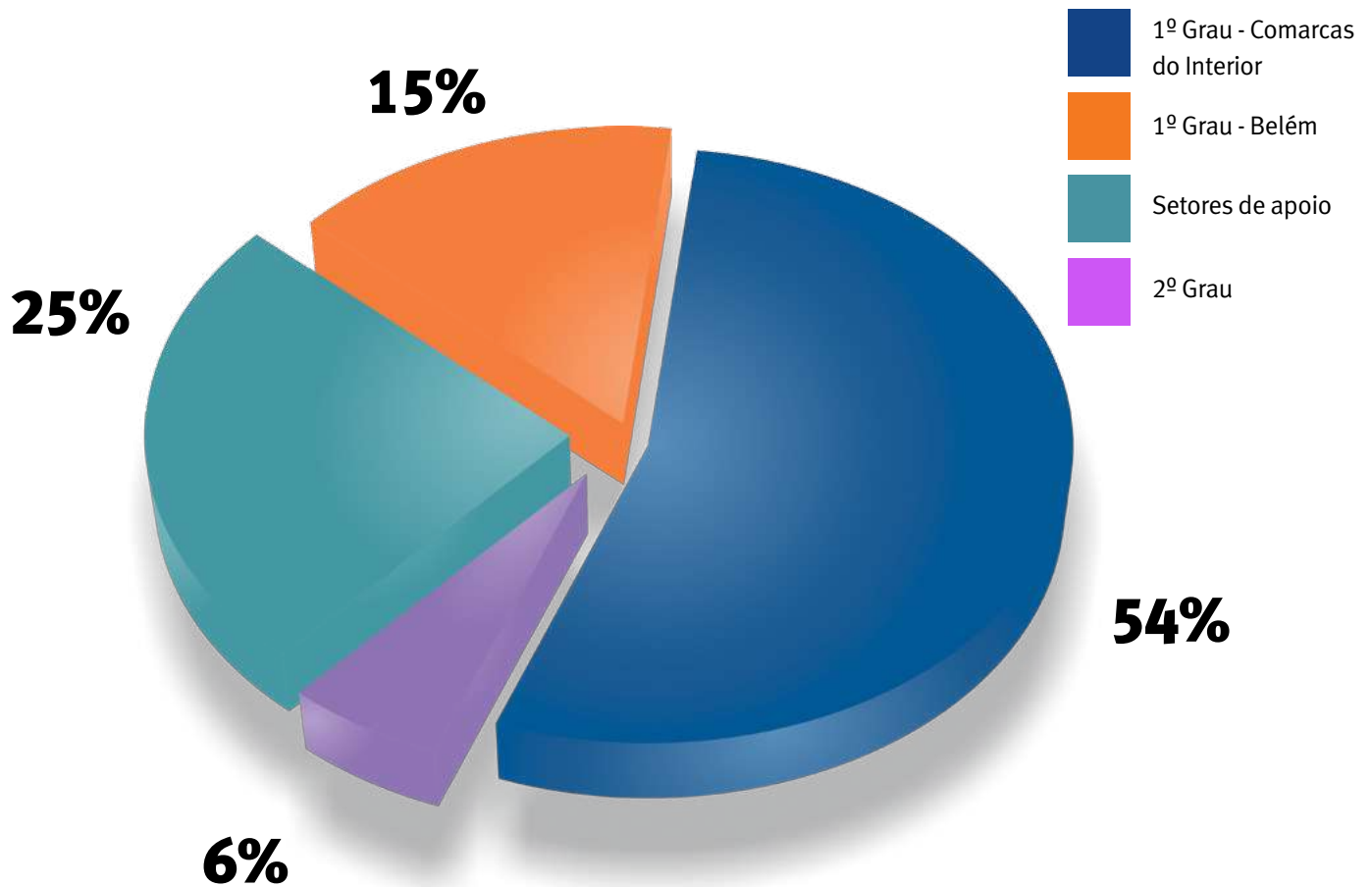
O Tribunal de Justiça do Pará investiu em 2017 R\$ 1,088 milhão em bens permanentes, excetuadas as compras de veículos e materiais de informática, e distribuiu às unidades judiciárias e administrativas R\$ 2,1 milhão, 54% dos quais para o 1º grau de jurisdição, nas Comarcas do interior, 15% para o 1º grau em Belém, 25% para os setores de apoio e 6% para o 2º grau.

Quanto aos bens de consumo, o montante de gastos e do que foi distribuído às unidades foi de pouco mais de R\$ 2 milhões, excetuadas as compras de pneus, material odontológico ou médico, 47% dos quais para o 1º grau nas Comarcas do interior, 23% para o 1º grau em Belém, 19% para os setores de apoio e 11% para o 2º grau. Nas tabelas e gráfico ao lado é possível acompanhar a evolução desses gastos.

Distribuição de bens permanentes - fev/out de 2017

1º GRAU - Comarcas DO INTERIOR	1º GRAU - BELÉM	SETORES DE APOIO	2º GRAU
54%	15%	25%	6%

FONTE: ERP THEMA

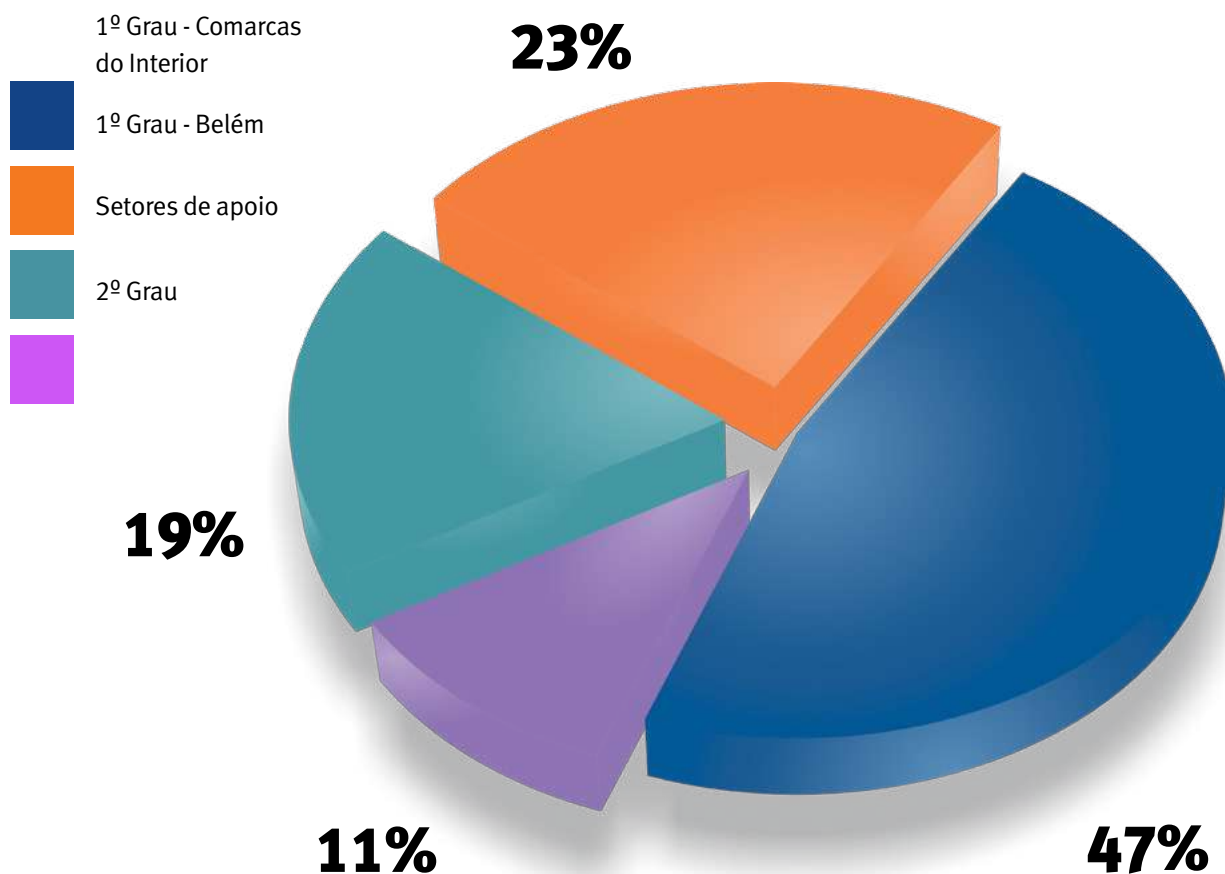


FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / TJPA

Distribuição de materiais de consumo - fev/out de 2017

1º GRAU - Comarcas DO INTERIOR	1º GRAU - BELÉM	SETORES DE APOIO	2º GRAU
47%	23%	19%	11%

FONTE: ERP THEMA



FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / TJPA

Regularizados mais 29 imóveis do Judiciário

Em 2017 foram regularizados 29 bens imóveis na capital e no interior do Estado, nos municípios de Ulianópolis, Primavera, Tucuruí, Conceição do

Araguaia, Santarém, Altamira, Ananindeua, Ourém, Nova Esperança do Piriá, Cametá, Barcarena, Bonito, Concórdia do Pará, Prainha, Muaná, Peixe Boi, São Domingos do Araguaia, Curionópolis, Terra Santa, Bujaru, Canaã dos Carajás e São Domingos do Araguaia, conforme o quadro abaixo:

Bens imóveis regularizados em 2017

1 Ulianópolis: Fórum Des. Nelson Rodrigues Amorim	Av do Contorno, título definitivo, Registro de imóveis: Matrícula Nº21.585,FLS 152, Livro 2-C.B.
2 Primavera: Fórum Des. Arnaldo Valente Lobo	Av. General Moura Carvalho, entre Eneas Pinheiro e 7 de Setembro, 258, com título de doação, Registro de Imóveis, Matrícula Nº 2-434, FLS 195, Livro 2-D
3 Tucuruí: Complexo judiciário	Pass. Sete de Setembro, S/N, com título definitivo: Registro de Imóveis, Matrícula Nº9322, FLS. 26 do Livro 2-MM. Cartório de Registro do 1º Ofício - Silva Soares
4 Fórum Conceição do Araguaia	Av. Marechal Rondon, área de terra situada na Quadra 95. 1º Setor. Bairro Centro. Perfazendo um total de 2.190,05m² (Demembrado através da Averbação 03)
5 Casa Amarela I Comarca Belém	Av. Conselheiro Furtado, Nº 2949 – Nazaré.
6 Casa Amarela II Comarca Belém	Casa Amarela II, localizada na Avenida Nazaré esquina com a Ruy Barbosa Nº582
7 Fórum Santarém	Av. Mendonça Furtado - Esq. Da Tv. Profª Agripina Mat.
8 Terreno Novo Fórum Altamira	Na Rod. Transamazônica, Km 04.
9 Fórum Ananindeua	Rua Claudio Sanders, Nº 193, 193-A, com a Rua João Andrade

Bens imóveis regularizados em 2017 (continuação)

10 Fórum de Ourém	Av. Padre Angelo Moretti, S/N.
11 Nova Esperança do Piriá (terreno)	Av. 13 de Maio Q. 420, Nº 100
12 Cametá (terreno)	Av. Euclides de Figueiredo, Projetada, S/N
13 Fórum de Barcarena	Fórum e Residência (no mesmo terreno) Oficial de Barcarena Av. Magalhães Barata, S/N
14 Fórum de Bonito	Avenida Charles Assad, S/N- Centro
15 Juizado Ananindea	Rua Itabira, 1989
16 Vara Agrária de Altamira	Rua Otaviano Santos, 2298
17 Concórdia do Pará (Residência Oficial)	Av. 22 de Março
18 Concórdia do Pará (Fórum)	Rua Castelo Branco com Av. 22 de Março
19 Prainha (Fórum)	Rua Barão do Rio Branco
20 Muaná (Fórum)	Rua Coronel Rodrigo Lopes de Azevedo, 306
21 Peixe Boi (Fórum)	Av. João Gomes Pedrosa, 775
22 Peixe Boi (Residência Oficial)	Av. João Gomes Pedrosa, 776
23 São Domingos do Araguaia (Fórum)	Tv. Serafim com Av. Jarbas Passarinho
24 São Domingos do Araguaia (Residência Oficial)	Rua Acrísio Santos, S/N
25 Curionópolis (terreno)	Quadra 15, Lotes 01 ao 07 e 15 ao 18
26 Bujaru (Fórum)	Quadra Nº 06, Lote 0287. Av. Beixa Mar, 311
27 Terra Santa (terreno)	Tv. Coronel Gama, S/Nº. Bairro Centro.
28 Canaã dos Carajás (Fórum)	Av. Carajás, Quadra 32, Residencial Vale dos Sonhos
29 São Domingos do Araguaia (terreno)	Av. Alto da Boa Vista, Quadra 26, Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 34 E 35.

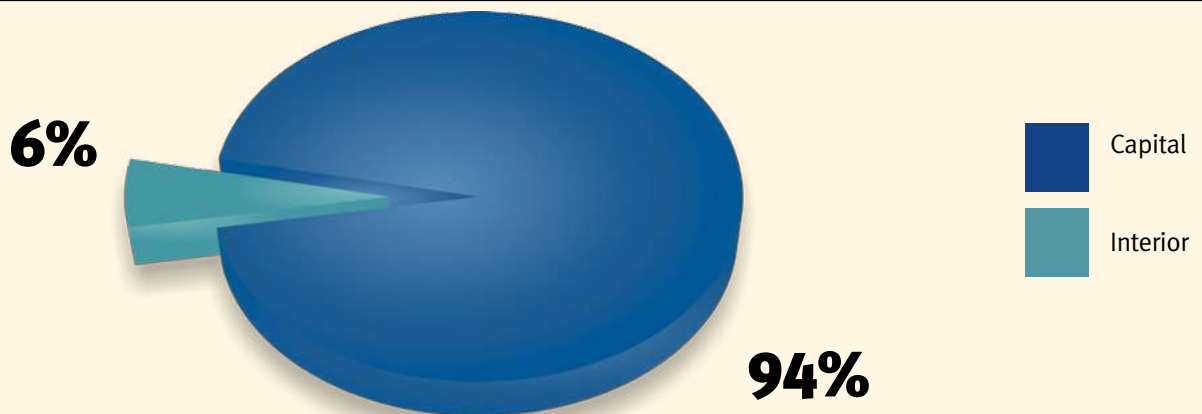
Mais de 4 mil bens doados a instituições

Um total de 4,4 mil bens inservíveis e anti-econômicos às atividades do Tribunal de Justiça do Pará, mas ainda em condições de utilização, foram doados a 14 instituições filantrópicas cadastradas, nove delas na capital e cinco no interior, habilitadas conforme estabelece a Lei nº 8.666/1993.

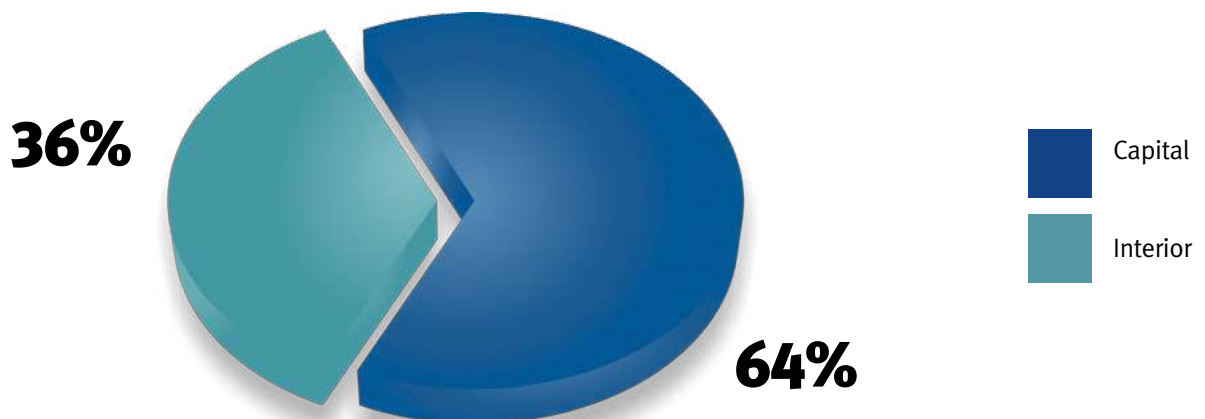
Quadro resumo

Ano	Total de Bens inservíveis doados	Distribuição dos Bens		Total de Entidades Atendidas	
		Capital	Interior	Capital	Interior
2017	4.412	4.141	271	5	9

Distribuição dos bens doados em 2017



Entidades atendidas em 2017



OBRAS

Investimentos melhoram a estrutura de atendimento ao público

Duas obras já foram concluídas e há mais quatro em andamento, na capital e no interior



Tribunal de Justiça do Pará investiu R\$ 19,4 milhões em seis obras que envolvem construção, adequação e reforma de prédios em Belém, incluindo o distrito de Mosqueiro, e nos municípios de Ananindeua e Óbidos, ações do Plano de Gestão do biênio 2017-2019 para aprimorar a manutenção, modernizar as unidades judiciárias e melhorar a qualidade do atendimento ao público. Duas obras foram concluídas e quatro estão em andamento.

Com área de construção em torno de 1.442,60 m², as obras já concluídas são o Bloco I do Fórum de Ananindeua e a adequação do prédio dos Juizados Especiais Cíveis, na Avenida Pedro Miranda, Pedreira, em Belém.

Há vagas para cinco veículos, área para motos e bicicletas, acesso ao Bloco 2 e estrutura de atendimento ao público e aos operadores do Direito, adaptadas a pessoas com deficiência, conforme as normas de aces-

sibilidade e comunicação visual da NBR 9050.

Os ambientes refrigerados permitem também o uso de ventilação e iluminação natural. O gerador instalado em 2012 atende também às necessidades de mais este bloco.

Juizados

A adequação do 2º pavimento do prédio alugado na Avenida Pedro Miranda atende às necessidades da 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial Criminal da Capital e do Juizado Criminal do Meio Ambiente.

No mesmo prédio também funcionam, desde 2016, as 3ª, 4ª e 5ª Varas do Juizado Criminal da Capital.

O 3º pavimento foi adaptado para o funcionamento da Central de Atermação e Distribuição dos Juizados Especiais Cíveis da Capital.



*Bloco I do Fórum
de Ananindeua*

*Prédio destinado às
Varas de Juizados
Especiais Criminais,
Juizado de Meio
Ambiente e Central
de Atermação e
Distribuição dos
Juizados Especiais
Cíveis da Capital, na
Avenida Pedro
Miranda*

RICARDO LIMA



**FORAM
CONCLUÍDAS AS
OBRAS DO BLOCO
I DO FÓRUM DA
COMARCA E
ANANINDEUA E
DE ADAPTAÇÃO
NO PRÉDIO ONDE
FUNCIONAM
OS JUIZADOS
ESPECIAIS, NA
PEDREIRA, EM
BELÉM.**



EM ANDAMENTO

O Fórum da Comarca de Óbidos e a 2ª etapa do Fórum Distrital de Mosqueiro, além do novo Data Center do TJPA estão em plena construção e todo o prédio sede do Judiciário, na Avenida Almirante Barroso, também passou por reformas.

Em Óbidos, na região oeste do Pará, o projeto arquitetônico moderniza o espaço físico para suprir a demandas crescentes de atendimento ao público.

São 662,80 m² de área construída e 174,11 m² de área urbanizada, com vaga de garagem, bicicletário e área de segurança exclusiva para embarque e desembarque de detentos.

A 2ª etapa da construção do Fórum de Mosqueiro, na Rua 15 de Novembro, sede do distrito, vai melhorar a qualidade do atendimento ao público que procura os serviços da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal que funciona naquela ilha. A obra atende à legislação relacionada à acessibilidade e a saídas de emergência em edifícios.



Projeto de Reforma e Ampliação do Fórum de Distrital de Mosqueiro





Projeto de construção do Fórum de Óbidos



Foto da Obra de construção do Data Center

RICARDO LIMA

DATA CENTER



A construção do prédio do novo Data Center do TJPA, na Avenida Augusto Montenegro, está orçada em R\$ 9,9 milhões, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2018, quando os equipamentos que estão hoje no Fórum Cível serão transferidos para o novo espaço.

São dois blocos em alvenaria, um para entrada de energia e outro para a área técnica, com subestação e grupos geradores, além de salas seguras, de comando e controle e de quarentena. Os ambientes são climatizados, com sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de alarme e circuito fechado de TV.

Baseado no padrão TIER III, o novo Datacenter tem ambiente totalmente duplicado e possibilitará um fluxo mais rápido de informações processuais nos sistemas judiciais, com total segurança contra incêndios, alagamentos e arrombamento, além de combate automático contra incêndio por gás.

O investimento em infraestrutura permitirá o crescimento das aplicações de segurança e serão implantados recursos avançados de monitoramento.

O novo Data Center terá maior capacidade para armazenar dados e mais agilidade para acessá-los, o que significa mais qualidade no atendimento ao público.

O prédio atende a todas as exigências de sustentabilidade, garante maior eficiência energética e pode ser considerado uma TI Verde.



Obra de reforma do Prédio Sede do TJPA

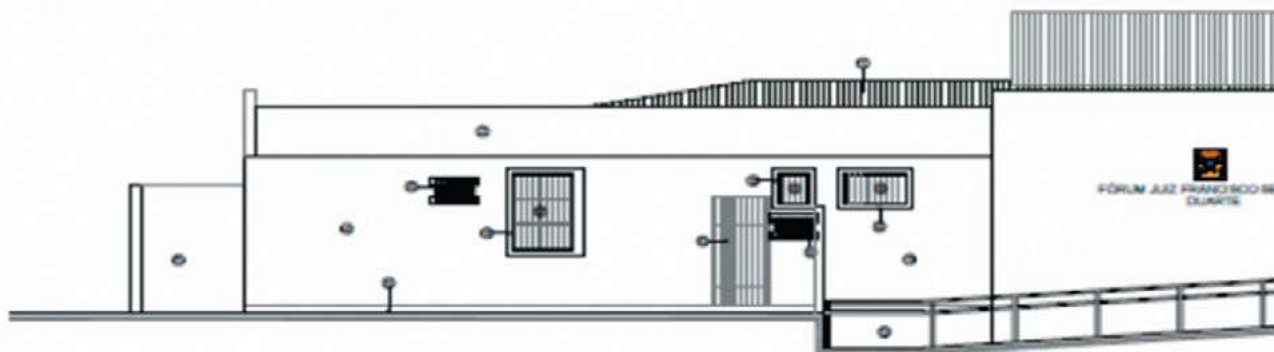
RICARDO LIMA

REFORMA

A reforma do prédio sede do TJPA tem um caráter de revitalização, com a recuperação das esquadrias de madeira danificadas e impermeabilização para reduzir as infiltrações em várias partes do imóvel.

LICITAÇÃO

Há duas obras em processo de licitação, com um custo aproximado de R\$ 3,5 milhões: as construções dos fóruns das Comarcas de Alenquer, na região oeste do Pará, e de Viseu, no nordeste do Estado.



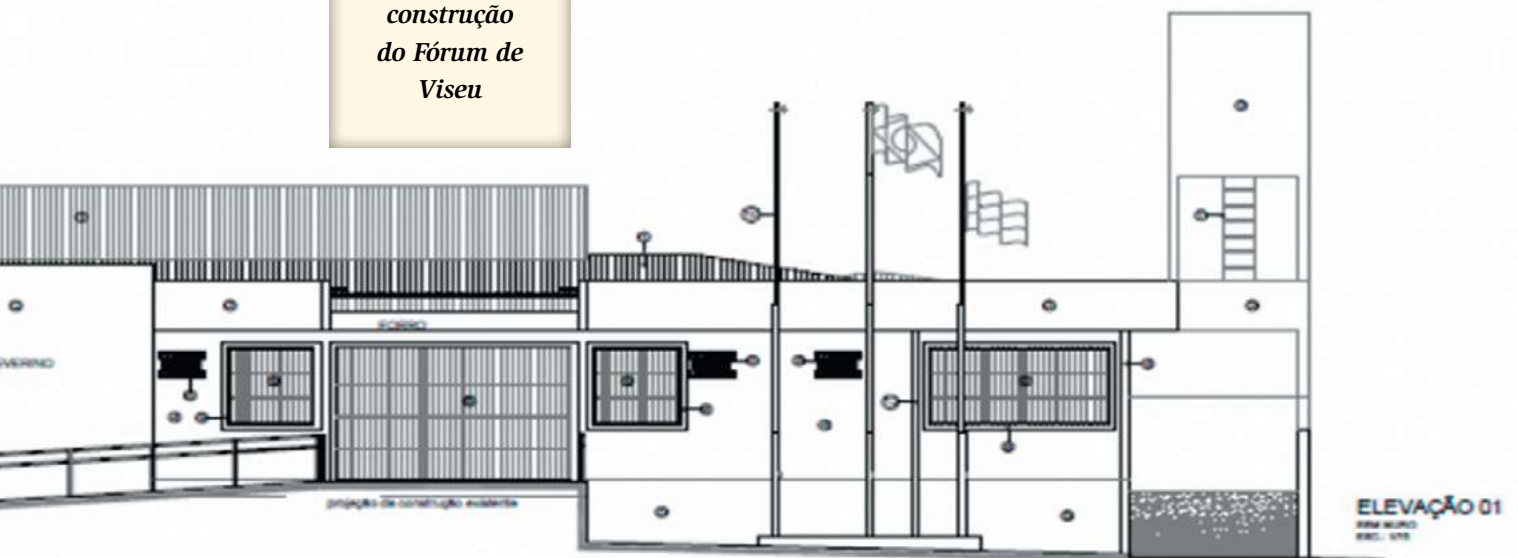


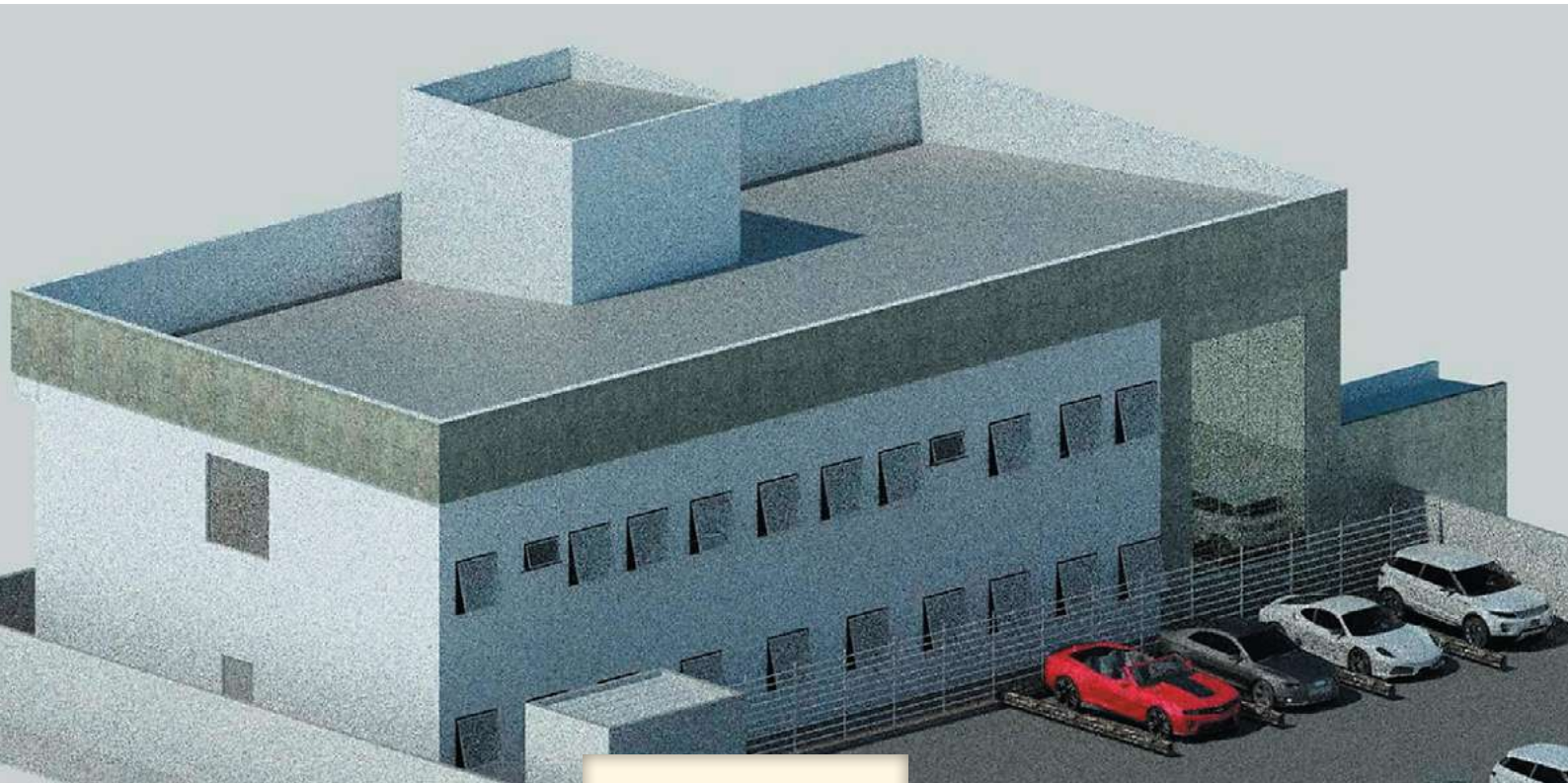
Projeto de construção do Fórum de Alenquer

O Fórum de Alenquer terá uma estrutura moderna para o atendimento ao público, com salão de júri, celas para homens e mulheres, local de custódia para crianças e adolescentes em conflito com a lei, espaço adequado para os demais operadores do Direito, totalmente adequado à legislação referente à acessibilidade a pessoas com deficiência, além de outras funcionalidades. São 551,97m² de área construída em um terreno de 959,47m².

A retomada da obra de construção do Fórum da Comarca de Viséu envolverá 600m² de área construída em um terreno de 906,89m², com todas as funcionalidades previstas no padrão de construções dos prédios do Judiciário paraense.

Projeto de construção do Fórum de Viséu





*Projeto de construção
de prédio anexo
ao Fórum de
Parauapebas*

CONVÊNIOS

Em convênios firmados com as empresas Norte Energia e Vale, no valor total aproximado de R\$ 24,9 milhões, estão em construção os fóruns de Altamira, Vitória do Xingu, na região sudoeste do Estado, e de um bloco anexo ao Fórum de Parauapebas, no sudeste do Pará

Em Parauapebas, o valor do convênio é de R\$ 2,5 milhões para a construção de um bloco com andar térreo e mais um pavimento, com capacidade para a instalação de quatro Varas judiciais em uma área de 679,76m².

Em Altamira, o valor do convênio é de R\$ 19 milhões e a obra do Fórum será executada em duas fases.

Na primeira etapa será construído o prédio principal, do térreo ao 3º andar, com capacidade para 10 Varas, e mais o andar térreo do prédio anexo, em uma área de 4.615,31m². Na segunda etapa, o prédio anexo será ampliado e terá capacidade para receber seis Varas Judiciais. Ao final da obra, o Fórum terá dois blocos de quatro pavimentos cada, totalizando 6.490 m² de área construída

A construção do Fórum de Vitória do Xingu, prédio térreo com capacidade para duas Varas Judiciais, está em processo de contratação por parte da empresa Norte Energia. Ao final a obra terá uma área construída de 861,45m². O valor do convênio é de R\$ 3,4 milhões.



Projeto de construção do Fórum de Altamira



Projeto de construção do Fórum de Vitória do Xingu

OUTRAS OBRAS

Um total de R\$ 842 mil foram investidos em obras de menor porte para reforço estrutural, readequação e solução de problemas nas instalações elétricas.

Unidades Judiciárias Beneficiadas

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Adequação da UPJ 2º Grau
2	Reforço estrutural de São Miguel do Guamá
3	Reforço estrutural do prédio da Justiça Militar
4	Adequação da rede elétrica do Fórum de Santarém
5	Adequação da rede elétrica do Fórum de Itaituba
6	Adequação da rede elétrica do Fórum de Barcarena

EM ANDAMENTO

Há também um total de dez projetos de construção, implantação e reforma em diferentes fases para as Comarcas de Barcarena, Castanhal, Muaná, Xinguara, Oriximiná, Marituba, Tomé-Açu e Belém, cujo andamento pode ser acompanhado no quadro abaixo:

Projetos em andamento

ITEM	DESCRIÇÃO	FASE
1	Projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Barcarena	Projeto executivo em revisão
2	Projetos de construção do novo Fórum de Castanhal	Projeto executivo e orçamento concluídos
3	Construção do Fórum da Comarca de Muaná	Projeto em finalização Orçamento a iniciar
4	Projeto de implantação do CEJUSC em Xinguara	Projeto finalizado em aprovação pela prefeitura
5	Projeto de implantação do CEJUSC em Oriximiná	Projeto finalizado em aprovação pela prefeitura
6	Projeto de implantação do CEJUSC em Marituba (Planejamento estratégico)	Projeto finalizado em execução

ITEM	DESCRIÇÃO	FASE
7	Projeto piloto de segurança no Fórum de Tomé Açu (Planejamento estratégico)	Projeto executivo finalizado Orçamento em elaboração
8	Projeto piloto sustentável de construção de prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas	Projeto em estudo preliminar
9	Projeto de construção de novo acesso de veículo ao Prédio Sede	Projeto em estudo preliminar
10	Projeto de reforma da Casa Amarela II	Layout em elaboração

INTERIOR

Os prédios do interior são atendidos por Atas de Registros de Preço (ARP) . Em 2017, após vistorias técnicas, foram investidos R\$ 1,2 milhão de reais em serviços de engenharia, R\$ 361 mil dos quais no polo nordeste 1, abrangendo as Comarcas de Oeiras do Pará, Tailândia, Muaná, Mocajuba, Igarapé-Miri, Currealinho, Concórdia do Pará, Cametá e Abaetetuba

FIBRA ÓPTICA

Interligação acelera transmissão
de dados na capital e no interior **188**

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Guias *online* facilitam acesso
e incrementam arrecadação **199**

PROTOCOLO

Inovações aceleram a
expedição de documentos **200**

SHAREPOINT

Software melhora a eficiência
do acesso a documentos do TJPA **202**

Parte V

Tecnologia

FIBRA ÓPTICA

Interligação acelera transmissão de dados na capital e no interior

Rede de dados de alta velocidade viabiliza o uso de sistemas como o PJe



A interligação de todas as unidades judiciárias e administrativas da Região Metropolitana de Belém (RMB) e das Comarcas de Santarém, no oeste do Pará; Marabá, no sudeste do Estado; Altamira, no Xingu; Santa Maria do Pará, no nordeste; e Ponta de Pedras, no Marajó, à rede de fibra óptica exclusiva do Judiciário já é uma realidade, conforme Termo de Cooperação Técnica (001/2015) firmado com o Governo do Pará em agosto de 2017. A interligação à rede de dados de alta velocidade, com 1Gbps, permitirá a melhor utilização dos sistemas administrativos e judiciais, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), Libra e SIGA-DOC.

Foram ampliadas também as velocidades dos circuitos de dados das unidades judiciárias situadas nos municípios de Abaetetuba e Barcarena, no Baixo Tocantins, Capanema e Bragança, no nordeste do Estado, e Paragominas e Parauapebas, na região sudeste, por meio de contrato com a prestadora do serviço de telecomunicações.

Adicionalmente, houve a alteração do meio de transmissão para fibra óptica, aumentando a dispo-

nibilidade, a qualidade na transmissão e reduzindo o tempo de paralisação para melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais.

COOPERAÇÃO

Foi criado um comitê permanente específico e, eventualmente, subcomitês e grupos de trabalho voltados à padronização tecnológica, à uniformização de procedimentos e ao gerenciamento de informações, a partir do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa).

Entre os objetivos do acordo está a designação de equipe de desenvolvimento para cooperação técnica nas ações estratégicas de Tecnologia da Informação e Engenharia, intercâmbio de pessoal técnico, sistemas e dados e o compartilhamento de projetos e estruturas de suporte.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PARCEIROS DESIGNOU EQUIPE PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

A cooperação técnica entre os parceiros implica compartilhamento de infraestrutura tecnológica, trabalho conjunto em processos de licitação para aquisições e contratações de serviços em geral; implantação conjunta do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) pelo TRT-8ª Região e pelo TJPA, quando isso for viável; treinamentos e capacitação de magistrados, servidores e empregados das instituições parceiras, por meio de contratação em conjunto desses serviços ou por cessão de magistrados, servidores ou empregados públicos para ministrar treinamentos

Itinerância em TI atendeu a 41 Comarcas

Um total de 41 Comarcas do interior receberam em 2017 o Projeto Tecnologia de Informação Itinerante, que disponibiliza uma equipe de técnicos de várias áreas da Secretaria de Informática para melhorar a qualidade do serviço, padronizando equipamentos e configurações, melhorando a infraestrutura e promovendo a reciclagem de servidores quanto aos procedimentos de utilização de sistemas administrativos e judiciais do TJPA, conforme demonstrado no mapa



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA

Distribuição de Ativos de Microinformática (out/2016 a out/2017)

ATIVIDADES	TOTAL
Microcomputadores substituídos no parque ativo	422
Microcomputadores adicionados ao parque ativo	148
Microcomputadores otimizados	310
Nobreaks substituídos no parque ativo	239
Nobreaks adicionados ao parque ativo	70
Impressoras/scanners substituídos no parque ativo	109
Impressoras/scanners adicionados ao parque ativo	237
Notebooks substituídos no parque ativo	52
Notebooks incluídos ao parque ativo	63

FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA / TJPA

Entregas asseguram a integração dos sistemas judiciais e administrativos

Para garantir o aprimoramento da gestão e integração dos sistemas judiciais e administrativos do Judiciário, a Secretaria de Informática desenvolveu ou aprimorou os seguintes sistemas e garantiu as seguintes entregas:

Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira

- > Rotina de Alteração Orçamentária;
- > Adequação do SEOF para utilizar duas Unidades Orçamentárias (04101 - Tribunal de Justiça do Estado do Pará e 04102 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário)

Pergamum

- > Atualização do sistema para a mais recente versão disponível, em ambiente web.

TJPA Mobile 2.0

Aplicativo para Android e iOS com um conjunto de serviços jurisdicionais do TJPA ao público interno e externo

- > Consultas de Processos no sistema LIBRA - Por número de processo (digitação e leitura de código de barras); por número de documento (digitação e leitura de código de barras); por nome da parte (digitação e reconhecimento de voz); por número da OAB;
- > Visualizar Processo no sistema LIBRA - dados básicos do processo, partes envolvidas, movimentações, custas, audiências e documentos;
- > Listar Processos Recentes no sistema LIBRA - processos recentemente visualizados;
- > Manter Processos Favoritos - inclusão/exclusão de processo favorito;
- > Listar Processos Favoritos - processos incluídos na lista de interesse do usuário;

Geração e Envio de relatórios para Selo Justiça em Números-CNJ

O Selo Justiça em Números visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

- > Consultas dos processos movimentados no mês de referência, com dados como partes, movimentos, assunto e classe;
- > Geração do relatório no formato exigido pelo CNJ, onde os processos consultados são estruturados em formato no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). Ajustam-se os dados que estão fora do padrão exigido pelo CNJ;
- > Envio dos relatórios gerados usando um servidor WEB disponibilizado pelo CNJ;
- > Os relatórios gerados passam por uma crítica automática, a fim de detectar dados que faltam ou incorretos. Assim o TJPA pode corrigir esses dados para que a próxima geração de relatórios esteja mais

adequada ao propósito do Selo.

Gestão Judiciária

Ferramenta idealizada pelo Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números em conjunto com a Secretaria de Informática, permite a gestão de unidades judiciárias, com a geração dos principais indicadores, taxa de congestionamento, índice de atendimento à demanda e cumprimento de metas, por meio da geração de gráficos e tabelas.

- > Análises Gerenciais: gráficos que apresentam dados de gestão de uma unidade judiciária;
- > Análises de Metas: apresentação dos quantitativos processuais, movimentos e produção de magistrado, informações que fundamentam o cálculo do cumprimento das Metas 1, 2 e 4 de 2017;
- > Operacional: Movimentações processuais e produção de magistrado de cada unidade judiciária em um período específico. Os quantitativos e a listagem de processos são apresentados por Classe e Assunto segundo a Tabela Processual Unificada;
- > Publicação dos relatórios em formato WEB.

Gráficos e tabelas apresentam a situação dos principais dados de uma unidade judiciária, principalmente a relação entre processos novos e baixados e o índice de congestionamento



Lotação Paradigma

Dados quantitativos de colaboradores do TJPA, entre os quais servidores, comissionados e funções de confiança no primeiro e segundo grau, culminando no cálculo do quantitativo mínimo exigido de servidores das unidades judiciárias. Este projeto está de acordo com a Resolução 219, de 2016, do CNJ.

- > Clusters: divisão das unidades judiciárias por competência;
- > Anexos: análises quantitativas de acordo com cada anexo da resolução;
- > Pessoal: análises de distribuição de pessoal por unidade, com cargos, tipo de servidor e matrícula

Consilium

Produzir consultas processuais operacionais em cada sistema com um ponto único de consulta

- > Consulta para Libra;
- > Consulta para Projudi;
- > Unificação das consultas com a criação da camada consilium;
- > Início da consulta para 1º grau PJE

Sistema Central de Certidões

- > Inclusão de novas informações na geração de certidão criminal;
- > Inclusão dos processos dos Juizados Especiais (PJE) na consulta de processos para geração de certidões cíveis;
- > Inclusão de novo filtro de pesquisa na consulta de processos cíveis, para possibilitar a emissão de certidões conforme a instância selecionada;
- > Inclusão dos processos dos Juizados Especiais (PJE) na consulta de processos para geração de certidões de atos infracionais.

Arrecadação Judicial

- > Parcelamento de Boletos;
- > Repasse dos Cartórios Privatizados ao Tribunal;

- > Migração de Custas;
- > Restituição de Custas;
- > Fiscalização;
- > Relatórios;
- > Novas Custas;
- > Atualização da Tabela de Custas

Custas Web

- > Parcelamento de Boletos;
- > Novas Custas;
- > Custas intermediárias

Sistema de Depósitos Judiciais

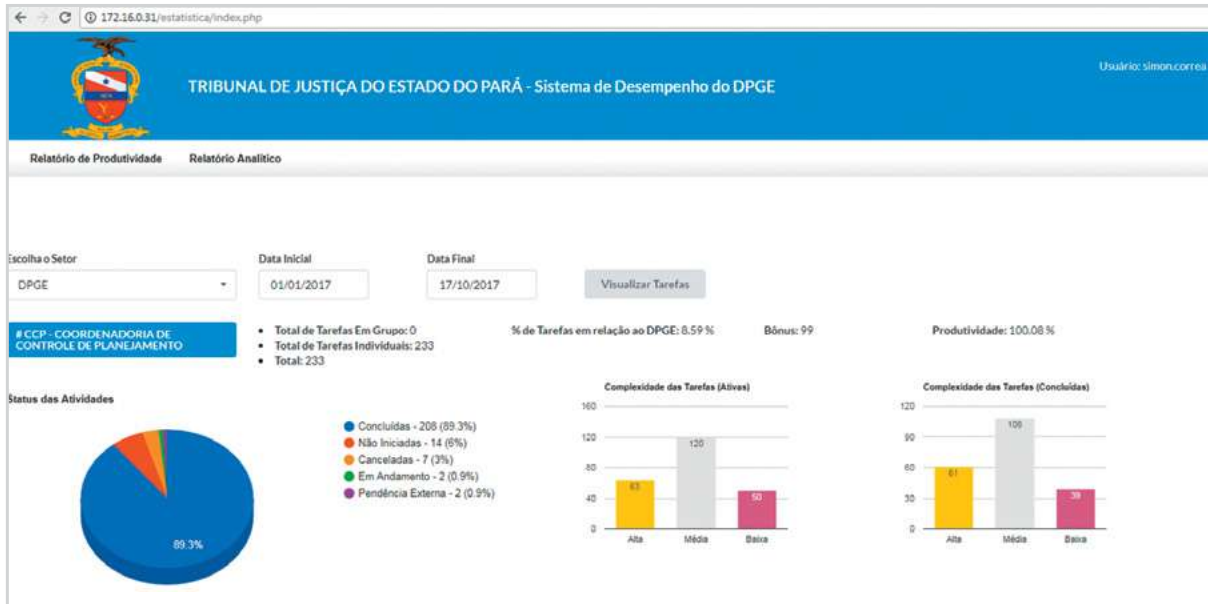
- > Desenvolvimento da Guias de Fianças Online;
- > Relatório de Alvarás Pagos de Processos Transitados em Julgado;
- > Relatório de Demonstrativo de Saldo da Conta Única para Repasse ao Executivo Estadual;
- > Novo Relatório Sintético de Subcontas;
- > Repasse dos Depósitos Judiciais ao Executivo com Recomposição do Fundo de Reserva

Sistema de Indicadores

- > Sistema solicitado pela corregedoria contendo 10 indicadores utilizados como parâmetros de produtividades das unidades judiciárias da região metropolitana de Belém;
- > Link para o sistema: <http://apps.tjpa.jus.br/sinejus/SaudeUnidade.seam>.

Sistema de Controle de Correspondência

- > Requisitos e sistema em produção;
- > Link dos requisitos produzidos: https://tjepa-sa.10.i.tj.pa.gov.br/svn/DOC_STEFANINI/trunk/DOC_STEFANINI/ControleCorrespondencia/Arte-fatosSistema/Requisitos;
- > Link do sistema: <http://app-interno-ev.i.tj.pa.gov.br:8080/correspondencia>.



Sistema afere o desempenho das unidades judiciárias com a finalidade de definir a lotação paradigmática, conforme resolução do CNJ

Criação e apresentação das tabelas constituintes nos anexos da Resolução CNJ 219, com o intuito de apresentar informações pertinentes à Lotação Paradigma

> Apresentações de dados em forma de Dashboard na ferramenta OracleBI, que indicam a Lotação Paradigma de cada unidade judiciária do Poder Judiciário

Sistema de Produtividade do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA

> Sistema em produção em uso pelos gestores;
 > Link do sistema: <http://172.16.0.31/estatistica/index.php>.

Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira

> Rotina de Alteração Orçamentária;
 > Adequação do SEOF para utilizar duas Unidades Orçamentárias (04101 - Tribunal de Justiça do Estado do Pará e 04102 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário);
 > Implementação do recebimento de arquivo de título para protesto de Certidões da Dívida Ativa (CDA).

Sistema de Arrecadação Extrajudicial

> Checagem da prestação de contas dos cartórios isentos.

Projeto Judicial Eletrônico foi implantado em 61 unidades

O Processo Judicial Eletrônico (PJe), prioridade na área de Tecnologia da Informação, foi instalado em 61 unidades da Região Metropolitana de Belém e no Baixo Tocantins, com a respectiva assistência aos usuários internos e externos, nos seguintes municípios:

- > Abaetetuba: 1ª e 2ª Varas Cível e Empresarial
- > Ananindeua: 1ª, 2ª e 3ª Varas Cível e Empresarial, 1ª e 2ª Varas da Família, Vara de Fazenda Pública e Vara da Infância e Juventude, 2ª Vara do Juizado Especial.
- > Benevides: 1ª e 2ª Varas Cível e Empresarial e 3ª Vara Cível
- > Belém: 5ª Vara da Fazenda Pública, 1ª, 2ª e 3ª Vara de Execução Fiscal, 1ª a 14ª Vara Cível Empresarial, 1ª a 4ª Varas de Infância e Juventude, 1ª e 2ª Turma de Direito Público, 1ª e 2ª Turmas de Direito Privado (2º grau), Seção de Direito público e Privado (2º grau), Tribunal Pleno, Seção de Direito Penal (2º grau), 1ª a 8ª Varas de Família, Vara Distrital de Mosqueiro, Turma Recursal Provisória, Cejusc – Varas de Família
- > Concórdia do Pará: Vara Única
- > Marituba: 1ª e 2ª Varas Cível e Empresarial
- > Santa Izabel: 1ª e 2ª Varas Cível e Empresarial.

PJe 2º Grau

- > Implantação no 2º Grau Cível e em duas classes do Criminal;
- > Desenvolvimento do fluxo do 2º Grau;
- > Aperfeiçoamento do fluxo da Turma Recursal;
- > Desenvolvimento do fluxo para a competência de execução fiscal.

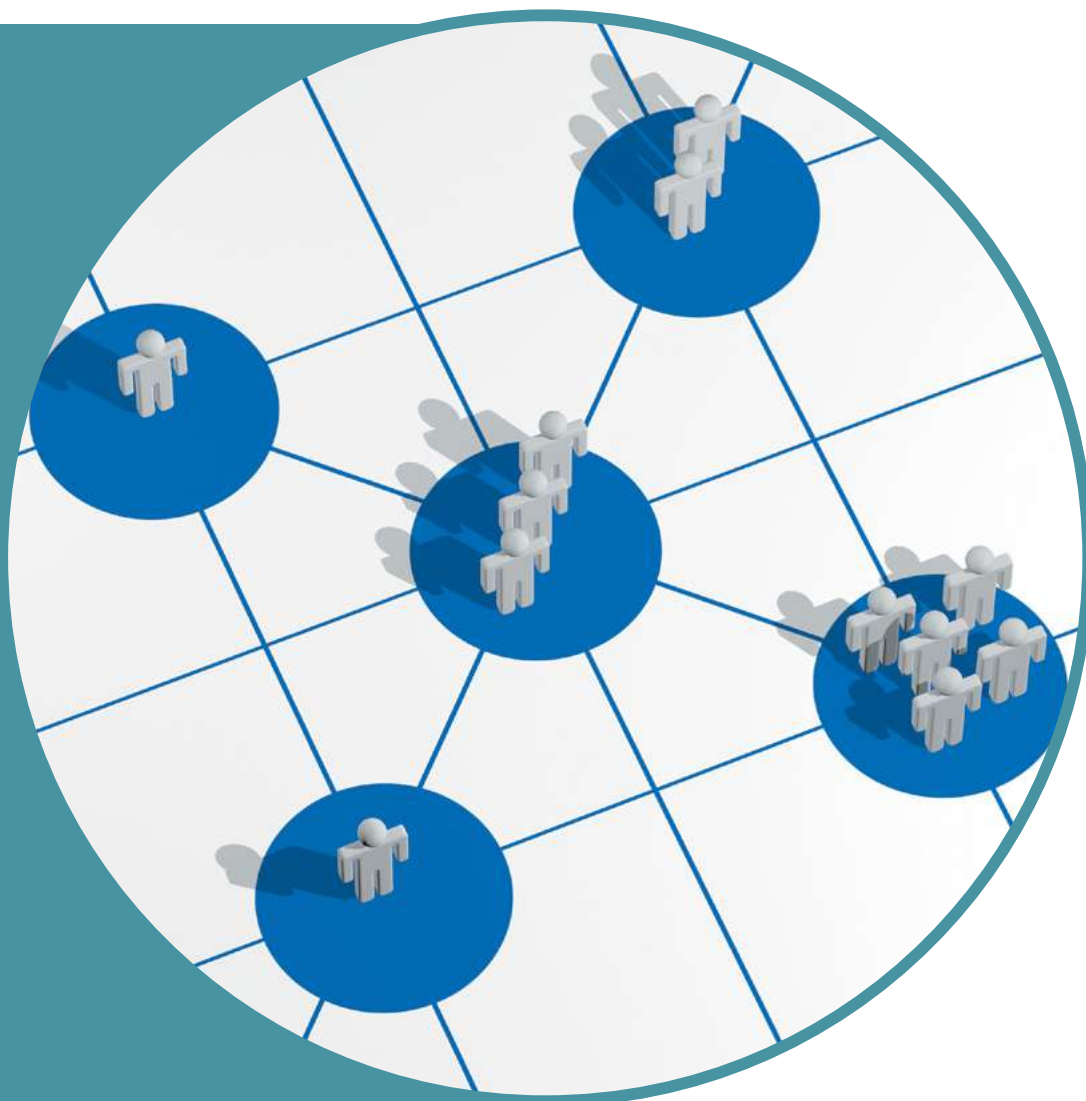
PJe Migração

- > Sistema que efetiva a migração dos dados dos processos do sistema Libra para o PJe.

PJe - Relatórios

- > Produtividade do Magistrado;
- > Produtividade da Serventia;
- > Processos prioritários;
- > Distribuição de processos por classe;
- > Processos arquivados;
- > Processos autuados;
- > Relação de Julgamento.

LIBRA – Novas funcionalidades



1. Funcionalidade de lotação de usuários externos no Libra.

2. Funcionalidade no Libra que permite ao usuário com perfil de administrador reativar processo excluído.

3. Integração com o web-service dos Precedentes Obrigatórios

4. No cadastro dos mandados, permitir que o usuário informe se o mandado é gratuito e se é urgente. Essa informação deve ser visualizada ao abrir o mandado e nos relatórios associados.

5. Na Consulta de Alvarás no perfil da Susipe, colocar a consulta do Histórico da Parte do Libra nas telas de Alvarás a receber e Alvarás recebidos.

6. Integração com a Susipe por meio do sistema do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias no Pará (Infopen-PA)

7. Perfil para os Advogados visualizarem os processos vinculados a eles no sistema, inclusive os sigilosos.

8. Adaptação no módulo de demandas repetitivas no Sistema Libra

- 9.** Controle de Quórum
- 10.** Gerenciamento de Sessões com Processos Administrativos.
- 11.** Relatório de Presos Provisórios no 2º Grau de Jurisdição.
- 12.** Aprimoramento da gestão fluxo de distribuição/devolução dos mandados, com entregas de novas funcionalidades e otimização das existentes.
- 13.** Diferenciação dos mandados devolvidos com ou sem certidão
- 14.** Implantação do mandado eletrônico para cumprimento em Comarca diversa da origem.
- 15.** Desfazimento de devolução de mandado.
- 16.** Utilização de documentos cadastrados nos processos como peças anexas a mandados.
- 17.** Consulta/Substituição de certidão
- 18.** Ajuste na Sessão de Julgamento com disponibilização do voto vista, disponibilização do quantitativo de processos julgados,
- 19.** Otimização do fluxo de tratamento do Agravo de instrumento, com implementação de aviso referente à decisão de agravo que afete processos em tramitação no 1º grau, bem como acompanhamento por parte dos órgãos julgadores do 2º grau da visualização dessas decisões.
- 20.** Possibilidade de Varas de 1º grau arquivarem autos de Agravos de instrumento.
- 21.** Relatório estatístico de execução criminal
- 22.** Criação do aviso de petição pendente de juntada visível aos servidores lotados em gabinete de Desembargador, nos moldes do aviso já existente para os servidores lotados em Secretaria de Câmara





23. Implementação de ferramenta que envie comunicado eletrônico, via e-mail, ao Juízo originário, notificando sobre decisões proferidas em Agravo de Instrumento

24. Nos casos de processos com segredo de justiça ou sigilo de partes, no momento do cadastro da decisão ou despacho, emitir alerta possibilitando que o servidor-cadastrador se certifique de que os nomes das partes não estejam visíveis no corpo do documento.

25. Desenvolvimento de funcionalidade de consulta, cadastro e alteração de Central de Mandados, protocolos e de Unidade de Arrecadação Judiciária (UNAJ)

26. No formulário de cadastro de documento – Revogação de Prisão (Decisão Interlocutória – 128), permitir a associação ao mandado que determinou a prisão

27. Desenvolvimento de formulário que gere numeração CNJ correta

28. Permissão de arquivamento de fase processual com bens apreendidos vinculados.

29. Permitir que o gabinete do 2º grau (Desembargador e demais serventuários) tenha acesso a todas as informações de processos do 1º grau que tramitam em segredo de justiça ou sob sigilo. O acesso será permitido desde que o gabinete tenha jurisdição sobre um feito vinculado a um processo do 1º grau.

30. Desenvolver relatório de mandados eletrônicos tramitados a outra Comarca, por meio do qual a Vara de origem do mandado poderá ter acesso à informação referente aos mandados enviados a outra Comarca

31. Ajustar a permissão de manipulação do processo para permitir que a origem da última tramitação permaneça com o direito de manipular o processo, desde que a tramitação esteja aberta ou baixada

- 32.** O setor de arquivo é responsável pelo acatamento do acervo sob a guarda do Tribunal de Justiça, mas a legislação permite a eliminação criteriosa de acordo com a tabela de temporalidade de documentos. O sistema Libra sistematizou essa rotina, guardando informação referente ao acervo destinado à eliminação
- 33.** Disponibilização na consulta processual feita pelo Portal TJPA da opção de imprimir ou reimprimir boleto de custas.
- 34.** Implementação de controle na geração de acórdão, impedindo a geração em duplicidade para o mesmo processo.
- 35.** Gerenciamento de tempo de permanência de processo nos locais internos.
- 36.** O sistema Libra passou a exibir na central de consulta todos os documentos cadastrados no processo, inclusive os excluídos.
- 37.** Permitir no processo de tramitação em lote que seja possível adicionar observações individuais.
- 38.** Criação do tipo de tramitação “Remessa de Documentos para assinatura Digital”, que permite ao magistrado a assinatura de qualquer documento utilizado pelo Libra
- 39.** Implantação na Central de Consulta, abas partes, do “Histórico do Menor Infrator”, que apresenta os eventos atribuídos à criança e ao adolescente em confronto com a lei.
- 40.** Controle das decisões interlocutórias que alteram o regimento de cumprimento de pena, para que a decisão reflita na situação prisional do detento
- 41.** Exigência da qualificação dos processos de adoção para refletir o tipo de adoção que está sendo tramitada
- 42.** Desenvolvimento de listagem de processos em andamento agrupados em classes não mais utilizadas pelo CNJ
- 43.** Exigência da informação do valor recuperado nas ações de execução fiscal nos casos de pagamento ou acordo.
- 44.** Baixa de tramitação por número do lote.
- 45.** Implementação de nova regra de assinatura digital do protocolo integrado, com assinatura de todas as páginas do documento protocolizado.

CEJ: Ferramenta auxilia a coleta de informações estratégicas

Saber a quantidade de processos de adoção ou de práticas de ato infracional em tramitação no Pará são informações úteis para ratificar ou alterar políticas relacionadas à Justiça da Infância e Juventude, como a fixação de novas competências de Varas ou alteração de procedimentos na área. Isso é possível por meio da ferramenta *Business Intelligence (BI)*, que desenvolve filtros específicos para captar dados

sobre infância e juventude nos sistemas informatizados do TJPA. Em 2017, em parceria com a Secretaria de Informática, já foram definidos filtros para coleta de alguns dados relativos a processos com o assunto adoção. A criação e aperfeiçoamento desses filtros são fundamentais para a coleta de dados estratégicos que subsidiem as políticas do Judiciário para a Infância e a Juventude.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Guias *online* facilitam acesso e incrementam arrecadação

Inovações abrangem pagamento de fianças e depósito de precatórios



A emissão *online* das Guias de Fianças e de Depósito Mensal de Precatórios em Regime Especial são as duas inovações desta gestão. As ferramentas online foram criadas com o intuito de promover adaptações e melhorias nos sistemas de Depósitos Judiciais.

A Guia de Fianças *online* permite que os próprios indiciados, seus representantes legais e autoridades policiais emitam guias de fianças pelo portal do TJPA, mediante o fornecimento do número do Inquérito Policial. A ferramenta online amplia o acesso dos interessados à guia e facilita o recolhimento dos valores das fianças já na fase de inquérito, o que antes se restringia à fase processual.

Guia de Depósito Mensal de Precatórios em Regime Especial também está disponível no portal do TJPA e permite ao Estado e aos municípios emitirem guias de depósito mensal dos precatórios em regime especial, de forma segura e acesso restrito ao CNPJ e à senha da entidade devedora. A ferramenta online incrementou o recolhimento dos valores e racionalizou o trabalho das Procuradorias estaduais e municipais.



**FERRAMENTA
ONLINE
INCREMENTOU
O RECOLHIMENTO
DE VALORES E
RACIONALIZOU O
TRABALHO DAS
PROCURADORIAS
ESTADUAIS E
MUNICIPAIS.**

PROTOCOLO

Inovações aceleram a expedição de documentos

Setor de Documentação e Informação acelerou a expedição e recebimento de documentos essenciais à tramitação dos processos judiciais



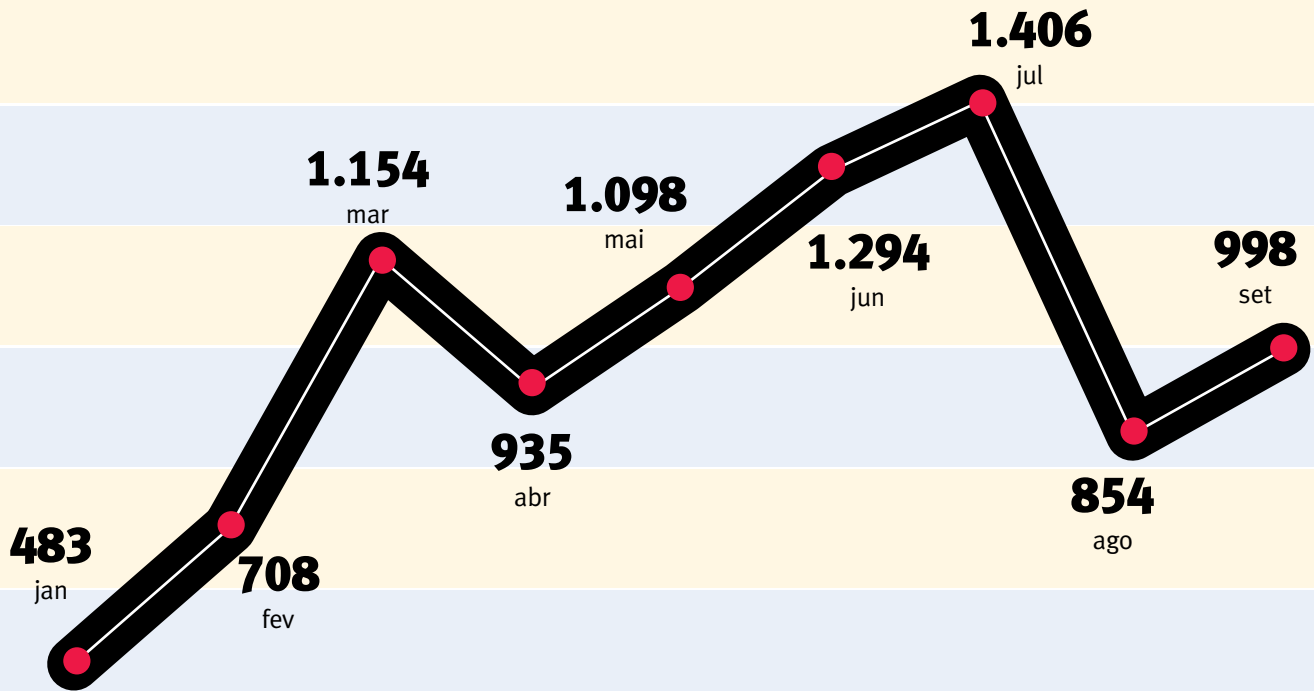
Sistema Protocolo Judicial Integrado, a e-Carta e a Solução SigepWeb são inovações incorporadas pelo setor de Documentação e Informação para o envio e recebimento mais rápido de documentos fundamentais à tramitação dos processos judiciais, tais como petições, documentos com assinaturas digitais, Avisos de Recebimento (AR), tudo isso administrado por um Sistema de Gerenciamento Postal que automatiza todos os procedimentos de pré-postagem, melhorando a qualidade do serviço.

Ágil, seguro e eficiente, o Serviço de Protocolo Judicial foi implantado em 2017 para substituir a tramitação de petições em meio físico pelo meio eletrônico, aumentando a celeridade e qualidade da prestação jurisdicional e melhorando a relação custo-benefício, conforme mostra o quadro ao lado.



SISTEMA DE GERENCIAMENTO POSTAL AUTOMATIZA TODOS OS PROCEDIMENTOS DE PRÉ-POSTAGEM, MELHORANDO A QUALIDADE DO SERVIÇO.

Sistema de Protocolo Judicial Digital Integrado - 2017



FONTE: DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO / TJPA

E-CARTA

A Solução e-Carta consiste na recepção e envio de arquivos eletrônicos entre o TJPA e os Correios, com documentos subscritos por assinatura digital, processamento da informação para viabilizar objetos postais uni e multipaginados e a geração de respectivos Avisos de Recebimento (AR), bem como envelopamento e/ou auto-envelopamento, expedição, rastreamento, entrega, digitalização dos ARs e retorno eletrônico de informações, com armazenamento lógico e físico. A solução foi adotada por meio de Termo Aditivo ao Contrato firmado em 2016 entre o TJPA e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo (ECT), cuja integração foi desenvolvida em 2017 a partir de uma interface de comunicação padrão, entre as instituições, por

intermédio de um módulo integrado ao PJe, que permite esse intercâmbio.

SIGEPWEB

O Sistema de Gerenciamento de Postagens (SigepWeb), disponibilizado pelos Correios, garante a automação dos procedimentos de pré-postagem nas unidades administrativas e judiciais do TJPA e foi incluído no Catálogo de Serviços pela Secretaria de Informática do TJPA. Os benefícios são a redução de custos dos trabalhos preparatórios para postagem, pela racionalização do processo, economia de recursos e papel, atendendo ao compromisso ambiental do Judiciário, bem como maior celeridade de tratamento dos objetos confiados aos Correios.

SHAREPOINT

Software melhora a eficiência do acesso a documentos do TJPA

Ferramenta torna mais rápido e seguro o compartilhamento de informações



Um software de compartilhamento e gerenciamento de arquivos, denominado SharePoint ou “ponto de compartilhamento”, em tradução livre, está sendo disponibilizado às unidades judiciárias e administrativas para melhorar a eficiência da gestão documental e tornar mais rápido o acesso às informações no âmbito do Poder Judiciário do Estado, que lida com centenas de milhares de informações no seu cotidiano.

O programa tem vários aplicativos dentro de uma página de internet e traz significativos avanços à atividade-meio e à atividade-fim, em termos de rapidez de acesso e segurança da informação.

O SharePoint incrementa a produtividade ao auxiliar os sistemas adotados no TJPA, destacando-se

os aplicativos de calendário, documentos, quadro de debates e avisos, necessários à montagem da pauta de audiências, consolidação de minutas e organização de diligências processuais relacionadas a sistemas externos como o Bacenjud.

PILOTO

O software foi introduzido como projeto-piloto na 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua, e constatou-se que o acesso aos aplicativos já citados, pela equipe daquela unidade jurisdicional, gerou sinergia e propiciou o compartilhamento de experiências e o conhecimento da atividade de cada um dos componentes da Comarca.

WILL MONTENEGRO



O juiz Fábio Póvoa, titular da 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua, dá treinamento a servidores para o uso do Sharepoint

A experiência proporcionou ao magistrado e aos servidores da unidade progressos na orientação e responsabilidade pelo fluxo de trabalho, com aumento da produtividade, melhoria do ambiente de trabalho e da prestação jurisdicional.

A partir dessa experiência bem-sucedida, passaram a operar com o Sharepoint, desde o final de outubro de 2017, a Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência, a Coordenadoria de Imprensa, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais, o Gabinete da 4ª Vara de Fazenda da Comarca de Belém, o Gabinete da 2ª Vara de Fazenda da Comarca de Belém, a Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, o Gabinete da Presidência, o Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência, a Coordenadoria de Saúde, a Vice-Presidência, o Gabinete da Des. Vânia Valente Fortes Bitar Cunha, Grupo das Metas e Secretaria Judiciária.

“

**SHAREPOINT
GEROU SINERGIA
E PROPICIOU O
COMPARTILHAMENTO
DE EXPERIÊNCIAS
E O CONHECIMENTO
DA ATIVIDADE
DE CADA UM
PELA EQUIPE.**

INTERAÇÃO	206
Audioguia incorpora tecnologia às visitas monitoradas	
POLÍTICA NACIONAL	
Judiciário terá Comarca Modelo e programa de segurança em 2018	210
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Cursos qualificam para a adoção e ao apadrinhamento de crianças	215
DESCARTE CONSCIENTE	
Escolas garantem a coleta de materiais de difícil reciclagem	220
TRANSPARÊNCIA	224
Ouvidoria é o elo entre Judiciário e sociedade	
NOVAS BASES	
Convênio que garante trabalho a detentas no TJPA é renovado	226
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	
Inovações melhoram controle de processos submetidos à sistemática dos recursos repetitivos	232
FORMAÇÃO	236
ESM capacitou mais de 2,4 mil alunos em 2017	
AGENDA	
Viagens do Presidente deram prioridade ao interior do Estado	244
MÍDIAS	
Crescimento de seguidores do TJPA nas redes sociais foi de 21 % no período de um ano	248
CERIMONIAL	
Concurso literário e visitas guiadas foram algumas novidades do exercício	252

Parte VI

Institucional

INTERAÇÃO

Audioguia incorpora tecnologia às visitas monitoradas

Com o leitor de QR Code no celular é possível ouvir áudios eletrônicos em 14 pontos de referência no prédio histórico



público que visita o prédio histórico do Lauro Sodré, sede do Poder Judiciário no Pará, pode acessar por meio de leitor de QR Code, instalado no celular, um mapa eletrônico ilustrado que leva o visitante a 14 pontos do imóvel e oferece dados em áudio, sobre a história do local indicado. O material oferece também orientações sobre como agendar visitas monitoradas para grupos. Lançado em 18 de outubro de 2017, na sessão do Pleno, o Audioguia - QR Code para visitantes do edifício sede do Poder Judiciário Estadual facilita o acesso da

sociedade às peculiaridades do prédio do TJPA e torna mais interessante a interação dos visitantes com o espaço público.

O aplicativo é um plus à rotina de visitas monitoradas sob a responsabilidade do Serviço de Museu do TJPA que, em 2017, recebeu, entre maio e outubro, 228 estudantes universitários e de nível médio, de instituições públicas e particulares, que tiveram a oportunidade de conhecer detalhes da história do Judiciário no País e no Estado. Os quadros abaixo detalham essas visitas ao longo do ano.

Visitas guiadas realizadas

10

Maio

37

Junho

90

Setembro

91

Outubro

FONTE: DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO / TJPA



Estudantes do Cordeiro de Farias conhecem o acervo da biblioteca Des. Antônio Koury, no prédio sede do TJPA, durante uma visita monitorada



RICARDO LIMA



Por dentro do TJPA
Audioguia para visitantes
do edifício-sede



Baseado em leitor de QR Code e escã leitora áudios

Audioguia para visitantes disponibiliza áudios eletrônicos com informações sobre 14 pontos de referência do prédio histórico, que podem ser acessados pelo celular

Visitas guiadas para grupos em 2017

DATA DO EVENTO	INSTITUIÇÃO SOLICITANTE	Nº DE PARTICIPANTES
15 de maio	Faculdade Fibra	10
26 de junho	Universidade Federal do Pará	37
14 de setembro	Faculdade Faci	31
21 de setembro	Escola Estadual Lauro Sodré	26
28 de setembro	Faculdade Fabel	33
3 de outubro	Faculdade Fibra	35
5 de outubro	Faculdade Faci	18
19 de outubro	Faculdade Famaz	16
20 de outubro	Faculdade Famaz	22

FONTE: DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO / TJPA



ENTRE MAIO E OUTUBRO, O TJPA RECEBEU 228 ESTUDANTES DOS NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR DE ENSINO, EM VISITAS MONITORADAS AO PRÉDIO DO LAURO SODRÉ.



FOTOS: RICARDO LIMA

Biblioteca amplia acervo de publicações online

O Serviço de Biblioteca do TJPA reforçou as bases digitais para o acesso a publicações especializadas na área jurídica, atualizando as plataformas Fórum e RT *online* e disponibilizando a magistrados e servidores a plataforma de livros jurídicos ProView, biblioteca

digital que oferece os títulos publicados pelas editoras Revista dos Tribunais e FiscoSoft e inclui livros, códigos comentados, monografias, manuais e doutrinas de diversos autores conceituados no universo jurídico, com 668 *e-books* disponíveis.

O serviço está disponível para uso de magistrados e servidores do 1º e 2º grau do Judiciário, que podem acessá-lo pelo site da Biblioteca do TJPA, no portal interno, ou externamente com a utilização de senha. O aplicativo também pode ser utilizado no tablet (iPad e Android) ou computador (via *browser* ou *software* para Windows e Mac) de forma sincronizada



O poeta Juraci Siqueira foi tema do Chá Literário, que também proporcionou ao público um mergulho nas melhores tradições culturais do povo paraense, entre as quais o carimbó

No Pará, o TJPA é pioneiro no uso das ferramentas “Biblioteca Digital ProView”.

Entre compras e doações, o Serviço de Biblioteca adquiriu 173 novos títulos e registrou 5,7 mil movimentações em 2017, referentes a cadastros de novos usuários, empréstimos, consultas ao acervo e pesquisas.

Foram promovidas também quatro edições do Chá Literário e três do Projeto Leitura Livre, além de uma edição do Sarau de Talentos e da Feira de Trocas, as duas últimas em parceria com a Coordenadoria de Saúde e com o Núcleo Socioambiental, respectivamente.

Biblioteca

Livros adquiridos no período de janeiro a outubro de 2017

MODALIDADE	TÍTULO	EXEMPLAR
Compra	121	122
Doação	52	52
Total de Aquisições	173	174

FORTE: ARQUIVO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

SERVIÇOS	MOVIMENTAÇÃO
Cadastro de novos usuários	44
Empréstimos	957
Consulta geral ao acervo	3.846
Pesquisas realizadas	900
Total geral de movimentações	5.747

FORTE: SISTEMA PERGAMUM WEB

POLÍTICA NACIONAL

Judiciário terá Comarca Modelo e programa de segurança em 2018

Comissão de Segurança Institucional promete modelo básico para todas as Comarcas a partir da experiência piloto em Tomé-Açu



Poder Judiciário do Pará pretende inaugurar no segundo semestre de 2018 o modelo básico de segurança para todas as Comarcas do Pará, a partir de experiência em Comarca Modelo, conforme determina o Programa de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Também para o 2º semestre de 2018 está prevista a instituição do Programa de Segurança do Poder Judiciário do Pará, atendendo à Política Nacional de Segurança do Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As duas iniciativas são as principais missões da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) do Tribunal de Justiça do Pará, no Plano de Gestão 2017-2019.

O objetivo é possibilitar aos magistrados, servidores e ao usuário o pleno exercício de suas atribuições e de seus direitos.

A Comarca de Tomé-Açu, na região nordeste do Pará, foi escolhida para receber o projeto piloto de segurança por ser uma Comarca de 1ª instância, cujas peculiaridades são representativas da grande maioria das Comarcas do Judiciário do Pará.

Um Grupo de Trabalho pesquisou sobre segurança em Tribunais de Pequeno e Médio Porte e organiza o escopo do Programa, a ser instituído no segundo semestre

de 2018, a partir das peculiaridades, prioridades e viabilidade de implantação no Estado.

Foram realizadas 7 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária no ano de 2017, tendo os membros da CPSI deliberado e decidido sobre pedidos de proteção a magistrados e servidores, com 24 pedidos de providências, sendo que atualmente a CPSI está acompanhando e proporcionando a medida de monitoramento presencial (escolta pessoa) a 8 magistrados que estão ameaçados.

A CPSI tem apresentado à atual gestão diretiva do Poder Judiciário todas as demandas que se referem à conservação e manutenção da segurança do seu patrimônio, mais precisamente dos prédios dos fóruns das Comarcas do interior, com a recomendação de manutenção das cercas concertinas, sensores de incêndio e presença de pessoas.

Cursos de Brigada de Incêndio, em parceria com a Coordenadoria Militar, formaram 113 magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário de todas as Comarcas do Judiciário do Pará, em conhecimentos básicos de prevenção e combate a incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando à proteção da vida e do patrimônio, bem como à redução das consequências sociais dos sinistros e de danos ao meio ambiente.



MODELO BÁSICO DE SEGURANÇA PARA AS COMARCAS PRETENDE GARANTIR A MAGISTRADOS, SERVIDORES E AO PÚBLICO O PLENO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E DIREITOS.

Regiões participantes

REGIÃO JUDICIÁRIA	Comarcas	PARTICIPANTES
12ª E 13ª Regiões Judiciárias		
Xinguara – Sede	Xinguara, Ourilândia do Norte, Rio Maria, São Félix do Xingu, Tucumã	34
Redenção - Sede	Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia	
14ª Região Judiciária		
Altamira – Sede	Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará	43
15ª E 16ª Regiões Judiciárias		
Santarém – Sede	Santarém, Alenquer, Almeirim, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Terra Santa	36
Itaituba - Sede	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis	
TOTAL		113

FONTE: COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL / TJPA

ÉRIKA NUNES

O Des. Ricardo Ferreira Nunes cumprimenta oficiais de justiça durante a entrega de coletes balísticos no prédio sede do TJPA





ÉRIKA NUNES

O Des. Ricardo Ferreira Nunes e parte de sua equipe, com os oficiais de justiça, após a entrega de coletes para melhorar a segurança do trabalho nas ruas

A Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA foi criada pela Portaria n.º 913/2015-GP, sob a Presidência do Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes. Ela é constituída pelos juízes Miguel Reis, representante da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém; José Antônio Ferreira Cavalcante, representante da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior; José Roberto P. Maia Bezerra Júnior, representante da Presidência; Cristiano Magalhães Gomes, representante da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa); e o analista judiciário Paulo Roberto Monteiro Filho, secretário da CPSI.

A tarefa da comissão é planejar ações estratégicas à segurança de magistrados, servidores, patrimônio e das informações relacionadas ao Poder Judiciário do Pará

RETAGUARDA

A Coordenadoria Militar é responsável pela escolta e acompanhamento de magistrados, pelo apoio à Justiça Itinerante e a outras atividades jurisdicionais, por ações de inteligência, por cursos e palestras e a prevenção e o combate a incêndios e acidentes.

Em 2017, houve nove escoltas para garantir a

segurança de magistrados em situação de vulnerabilidade em suas atividades jurisdicionais. Também foram feitas dezesseis coletas de armas sob custódia do Judiciário, nas Comarcas, objetos de processos.

Houve mais quarenta e nove ações de segurança em projetos da Justiça Itinerante, oitenta operações de registro fotográfico, obras, serviços de manutenção e plantões judiciários no prédio sede, trinta e três operações em ações sociais, eventos de conciliação, programação cultural, entrega de medalhas e serviços extraordinários, quatro ações de segurança em viagem da presidência ao interior e disponibilização de equipe diária de militares em apoio aos magistrados em eventos adversos, com risco de prejuízo e danos aos servidores e às atividades do Judiciário.

INTELIGÊNCIA

A área de inteligência produziu 27 relatórios sobre ameaças a magistrados e servidores, elaborados por agentes que levantaram a situação e avaliaram riscos no local. Os documentos foram enviados ao presidente da Comissão de Segurança Institucional para deliberação sobre o pedido de segurança

Foram redigidos mais dezoito relatórios sobre



associações que solicitaram doação ao TJPA, para verificar a idoneidade de seus representantes e a conduta ilibada na comunidade que representam.

Foram produzidos 308 boletins informativos diários à Presidência do TJPA e às Comarcas da Capital e do Interior, com o objetivo de informar sobre temas relevantes relacionados ao Poder Judiciário, que possam repercutir em tomadas de decisões, tais como quantidade de homicídios diários, cumprimentos de mandados de prisão, fugas e capturas de presos, notícias de fontes abertas e fechadas relativas ao Judiciário e previsão de manifestações sociais que possam causar empecilho à atividade judicante.

Foram produzidos vinte e um levantamentos sobre sindicatos e movimentos sociais para evitar ocorrências que possam causar danos a prédios do Judiciário na capital do Estado e no interior.

Houve treze relatórios de viagens com informações relevantes de municípios visitados por Desembargadores e pelo Presidente do TJPA, relacionadas a prefeitos, deputados, vereadores etc.

PREVENÇÃO

Foram executadas também ações preventivas

contra incêndios e acidentes, tais como elaboração de programa de manutenção dos equipamentos preventivos para combate a incêndio e controle de pânico; assessoria à Secretaria de Engenharia e Arquitetura no cadastramento das informações no banco de dados de ações preventivas em todas as edificações do Judiciário; assessoramento técnico contra incêndio e pânico, bem como a regularização, conforme a Legislação Estadual de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, do Projeto do Fórum de Castanhal; e nas Comarcas de Rurópolis, Santarém Novo, Pacajá, Jacundá, Conceição do Araguaia, Cametá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Curionópolis, Cachoeira do Arari e Tucuruí; e assessoramento na concessão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dos Juizados Especiais das avenidas Roberto Camelier e Pedro Miranda e no Distrito de Icoaraci, além dos Fóruns de Icoaraci, Ananindeua e Prédio Sede.

PROTEÇÃO

A aquisição de 200 coletes balísticos para a proteção dos oficiais de justiça também teve a participação da coordenadoria, que trabalhou no termo de referência para nortear a compra



Encontro de famílias que pretendem adotar crianças que estão em acolhimento é uma das interações sociais proporcionadas pela CEIJ para assegurar o direito dessas crianças à convivência comunitária

ÉRIKA NUNES

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cursos qualificam para a adoção e ao apadrinhamento de crianças

Objetivo da formação é ampliar a rede de proteção a crianças e adolescentes



reparar facilitadores para formar pessoas interessadas em adotar ou apadrinhar crianças e adolescentes é uma das ações de divulgação, conscientização e capacitação voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará (CEIJ/TJPA) para o biênio 2017-2019.

Entre 16 de outubro e 15 de dezembro de 2017, um curso básico para Facilitadores de Preparação para Adoção formou 60 pessoas das equipes interprofissionais vinculadas às Varas da Infância e da Juventude do TJPA, à área protetiva, aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos.

Com carga horária de 60 horas e, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas, o curso foi disponibilizado pela plataforma de ensino a distância, forma encontrada para capacitar equipes multidisciplinares a atuar no curso de pretendentes à adoção.

Foi estruturado para proporcionar o debate sobre os principais requisitos à formação básica dos que pretendem adotar uma criança, entre os quais o exercício da maternidade e da paternidade responsáveis, motivações e expectativas em relação à adoção, representações sociais de família e questões legais.



ENTRE 16 DE OUTUBRO E 15 DE DEZEMBRO DE 2017, UM CURSO BÁSICO PARA FACILITADORES DE PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO FORMOU 60 PESSOAS.

APADRINHAMENTO

Um curso básico de formação para pretendentes ao apadrinhamento afetivo foi feito na modalidade semipresencial, com carga horária de 40 horas, para interessados em se tornar madrinhas e padrinhos de crianças e adolescentes acolhidos. O curso é uma das ações do Programa Conta Comigo, institucionalizado pela Presidência do TJPA, e combina o uso da plataforma a distância com encontros presenciais. O conteúdo

reflexivo é fornecido a distância e os exercícios práticos são feitos em oficinas presenciais. A formação estimula reflexões sobre o papel da madrinha e do padrinho afetivos na vida de crianças e adolescentes que se encontram em Serviços de Acolhimento.

Em 2017, houve dois períodos de realização: de 18 de fevereiro a 1º de abril; e de 12 de agosto a 30 de setembro, com a participação de 24 concluintes.

DIVULGAÇÃO



Curso semipresencial preparou candidatos a padrinhos e madrinhas de crianças em situação de acolhimento, pelo programa Conta Comigo

WILL MONTENEGRO



Parcerias institucionais reforçam o programa de apadrinhamento afetivo

Encontros para a celebração de apadrinhamentos afetivos e de acompanhamento de padrinhos e madrinhas, rodas de diálogo com parceiros do programa Conta Comigo e formação de crianças e adolescentes aptas ao apadrinhamento foram algumas das atividades realizadas pela CEIJ, em 2017, em parceria com outras instituições.

Em 21 de outubro, na Unama, foram formalizados oito apadrinhamento afetivos pelo Programa Conta Comigo, após as fases de capacitação e de aproximação das crianças e adolescentes acolhidos e

Pretendentes à adoção recebem orientação durante formação conduzida pela 1ª Vara de Infância e Juventude e CEIJ

pretendentes ao apadrinhamento afetivo.

O evento é promovido pela CEIJ, Unama e pelos serviços de acolhimento. Participaram 38 pessoas, dentre crianças e adolescentes acolhidos, profissionais dos serviços de acolhimento, do TJPA, estudantes e professores da Unama, entre outros.

De março a outubro houve 12 rodas de diálogo e reuniões com parceiros do Programa Conta Comigo para fortalecer o trabalho e planejar as atividades, com a participação em média de sete integrantes de equipes interprofissionais das instituições envolvidas.

Houve também nove encontros de acompanhamento do Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo, cujo objetivo é garantir apoio, orientações e troca de experiências entre padrinhos e madrinhas afetivos. A média de participação é de 10 pessoas a cada encontro.



Oficinas com crianças e adolescentes em situação de acolhimento trabalharam as expectativas delas em torno do apadrinhamento



RICARDO LIMA

Simultaneamente à preparação de pretendentes ao apadrinhamento afetivo, de fevereiro a abril e de agosto a setembro, a Unama e a CELJ promoveram oficinas com crianças e adolescentes acolhidas, inscritas no Programa Conta Comigo, para prepará-los ao apadrinhamento afetivo. Cada turma teve quatro oficinas, com carga horária de 4 horas, totalizando 16 horas por turma. Por meio de atividades lúdicas, as crianças e adolescentes foram estimulados a compreender questões específicas sobre o apadrinhamento afetivo, além de refletir sobre o gerenciamento da ansiedade no período de espera pela construção do vínculo afetivo como afilhado. Participaram dessas oficinas em média 15 crianças e adolescentes acolhidos.

SEMINÁRIOS

Dois seminários trabalharam o tema da adoção e do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar. Em 24 de março, no auditório Desembargador Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível da Capital, discutiu-se “A entrega voluntária de crianças para adoção e o trabalho em rede”. O objetivo foi refletir sobre os aspectos jurídicos, as motivações e os sentimentos que envolvem a entrega voluntária de crianças para adoção por suas mães e famílias biológicas. Duzentas pessoas participaram do evento, dentre as quais membros do TJPA, do Ministério Público do Estado (MPE), da Defensoria Pública, dos Conselhos Tutelares e profissionais das áreas da saúde e de assistência social.

Em 3 de outubro, dentre as atividades comemorativas pelo Dia da Criança, houve o seminário “O direito à convivência familiar de crianças e adolescentes: construindo vínculos socioafetivos”, uma parceria entre a CELJ e o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Participaram do evento cerca de 150 magistrados, servidores, representantes do sistema de garantia de direitos e estudantes universitários. Dentre os temas abordados, destacaram-se os aspectos jurídicos da adoção, filiação socioafetiva, novos vínculos familiares e o apadrinhamento de crianças e de adolescentes institucionalmente acolhidos.

DESCARTE CONSCIENTE

Escolas garantem a coleta de materiais de difícil reciclagem

Parceria envolve crianças, jovens e famílias de catadores em ações sustentáveis



Projeto Descarte Consciente trabalha a coleta de materiais de difícil reciclagem, em parceria com instituições de ensino, públicas e particulares, entre as quais as escolas municipais de Ensino Infantil e Fundamental Profa. Rita Nery e São Judas Tadeu; as escolas Adventista dos Correios e Sustentável do Sesi; as escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio Albanázia de Oliveira e Marechal Cordeiro de Farias; e a Universidade Estadual do Pará. O impacto de resíduos de difícil reciclagem coletados até outubro deste ano envolveu a coleta de 28 toneladas de resíduos perigosos e não perigosos.

Todo o valor arrecadado será destinado à Escola Rita Nery, cujo envolvimento no projeto resultou na coleta de 1.167 escovas, 1.464 artigos de escrita e 282 esponjas de uso doméstico, entre março e outubro. O projeto, inclusive, foi tema do desfile da Independência em 2017.

O Descarte Consciente foi interiorizado e envolve sete fóruns: Abaetetuba; Ananindeua; Barcarena; Bragança; Icoaraci; Mosqueiro e Santa Izabel. Na capital participam os fóruns Cível e Criminal de Belém; Juizado do Meio Ambiente; Juizado Especial Cível da 9ª, 10ª e

Acidente de Trânsito; Juizado da 3ª Vara Criminal; Casa de Justiça e Cidadania; Escola Superior da Magistratura; Edifício Sede e Secretaria de Gestão de Pessoas.

28 TONELADAS

De janeiro a outubro, a coleta seletiva feita pelo Projeto Descarte Consciente descartou mais de 28 toneladas de resíduos sólidos perigosos e não perigosos, conforme a Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR), distribuídas da seguinte forma:

> 105kg de eletrônicos foram destinados ao Projeto Descarte Legal, programa socioambiental de coleta seletiva e reciclagem de resíduos eletrônicos do Instituto GEA que envolve cooperativas de catadores capacitadas pelo Laboratório de Sustentabilidade da USP.

> 2.872,80kg de suprimentos de impressão e 113kg de pilhas e baterias foram destinadas à logística reversa com fabricantes e à Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, respectivamente.



Árvore de Natal com material reciclado feita pelas crianças da escola Rita Nery, no Tenoné, que mantém parceria com o projeto “Descarte Consciente”, do TJPA



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Crianças da escola Rita Nery, no Tenoné, durante atividade pedagógica para celebrar a parceria com o TJPA em torno do “Descarte Consciente”

> 183 litros de óleo vegetal usado, coletados no TJPA, deixaram de poluir 183 mil litros de água das bacias hidrográficas e foram destinados ao Projeto de Extensão da Faculdade Estácio/Iesam, que desenvolve o sabão ecológico e distribui à comunidade.

> 111 pneus substituídos da frota foram enviados à Ação Social Terra Viva, da Fasepa, que profissionaliza socioeducandos em oficinas de fabricação de móveis com pneus, garantindo 20% do resultado da venda aos familiares do jovens.

> 535 envelopes de resma de papel A4 foram destinadas à Unidade de Referência Especializada em pacientes ostomizados do Pará, em Belém, para substituir sacolas plásticas nas quais são distribuídos kits de higienização.

> 329,80kg de resíduos de saúde coletados foram enviados à empresa vencedora do certame para tratamento deste tipo de resíduo.

Os resíduos não perigosos foram enviados às cinco cooperativas de reciclagem parceiras do TJPA, beneficiando diretamente 149 famílias.



**DE JANEIRO
A OUTUBRO,
A COLETA
SELETIVA FEITA
PELO DESCARTE
CONSCIENTE
ENVOLVEU
MAIS DE 28
TONELADAS
DE RESÍDUOS
SÓLIDOS
PERIGOSOS E NÃO
PERIGOSOS.**

AMPLIAÇÃO

A coleta seletiva chegou a mais oito unidades do Judiciário, totalizando 21 prédios entre capital e interior, feita em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No Edifício Sede, o destaque foi a adesão dos 30 gabinetes de desembargadores, que contribuem para a redução da geração dos resíduos a partir do descarte adequado.

O Projeto Descarte Consciente foi indicado na plataforma Educare, infraestrutura tecnológica criada pelo governo federal para mapear e divulgar práticas de educação ambiental e coleta seletiva em resíduos sólidos e oferecer possibilidades que inspirem a sociedade brasileira a enfrentar os desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Eventos promovem qualidade de vida no ambiente de trabalho

Para melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e reforçar a cultura de sustentabilidade foram organizadas oficinas de horta em pequenos espaços; feiras da agricultura familiar; feira de trocas solidárias para promover a economia circular; abertura de espaço da compostagem a partir de resíduos de café e de restos de poda e o início da horta em pneus como espaço de interatividade entre os servidores.

As oficinas de hortas em pequenos espaços pro-

porcionam aos servidores e colaboradores do Judiciário contato direto com a natureza, por meio da manipulação da terra, preparo, plantio das mudas e sementes para a horta em pequenos espaços. A oficina tratou de compostagem, produção de chorume, inseticida natural, adubo e substrato. Participaram 24 servidores, que manifestaram interesse em outros eventos que possam ser custeados de forma participativa.

No Dia das Crianças, em parceria com a CEIJ, houve oficina com atividades lúdicas, como o origami



Feira de trocas solidárias trabalhou o conceito de consumo consciente e economia circular no âmbito do Judiciário



WILL MONTENEGRO

e a pintura, com a temática “Esse rio tem peixe!”.

No âmbito das capacitações, houve ações de sensibilização à nova cultura institucional, ambientações com novos servidores e magistrados e, ainda, a participação em eventos externos para divulgar boas práticas em go-

vernança sustentável. O Núcleo Socioambiental do TJPA foi convidado a compor Grupos de Trabalho para o desafio da coleta seletiva no Estado, pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, e para educação ambiental e resíduos sólidos da Universidade Federal do Pará

Eventos de Capacitação

	SERVIDORES	MAGISTRADOS	TERCEIRIZADOS	PÚBLICO EXTERNO
Ambientação	60	13		
Sensibilizações Pls	126	86	77	
Eventos Externos, Palestras				670

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / TJPA

TRANSPARÊNCIA

Ouvidoria é o elo entre Judiciário e sociedade

Cidadão exerce o seu direito de controle sobre as ações do Judiciário



Ouvidoria Judiciária do Pará é um canal de comunicação entre a sociedade e o Poder

Judiciário, por meio do qual os cidadãos apresentam reclamações, críticas, elogios, pedem informações e dão sugestões para que a prestação jurisdicional ocorra sempre de forma transparente.

Foram 617 atendimentos em 2017, 110 dos quais referentes a reclamações por morosidade pela Corregedoria de Justiça. Foram 575 atendimentos por e-mail e 42 pessoalmente. Dos 617 atendimentos, 214 se referem à morosidade no andamento processual e foram enviados ao juízo do feito para que fossem prestadas as devidas informações; 367 foram

pedidos de informações a respeito de dúvidas sobre andamento, diligências ou concursos públicos ligados ao Tribunal de Justiça do Pará

Houve um total de 42 reclamações recebidas diretamente na Ouvidoria. No primeiro trimestre foram atendidas 6, todas de explicações sobre informações processuais. No segundo trimestre foram 20 reclamações e no terceiro trimestre, 16, num total de 14 referentes a informações sobre andamento de processos e 28 sobre morosidade. Todas as demandas do primeiro trimestre foram solucionadas e devidamente arquivadas. No segundo trimestre, das vinte reclamações recebidas pessoalmente na Ouvidoria, doze diziam respeito à morosidade processual e foram enviadas ao



AIRTON NASCIMENTO



A OUVIDORIA É O CANAL DIRETO DE COMUNICAÇÃO ENTRE O CIDADÃO E O JUDICIÁRIO, POR MEIO DO QUAL CHEGAM CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES, ELOGIOS E PEDIDOS DE EXPLICAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DE PROCESSOS.

juízo do feito; oito foram de explicações sobre informações processuais. No terceiro trimestre, as dezesseis demandas apresentadas diziam respeito à morosidade processual e foram enviadas ao juízo do feito para as providências.

No primeiro e no segundo trimestres, todas as demandas foram solucionadas e arquivadas. No terceiro trimestre, das duzentos e setenta e oito demandas recebidas, cento e noventa foram solucionadas e arquivadas e as demais estão em tramitação.

No exercício de 2017 os pedidos de informação prevaleceram entre as demandas apresentadas pelo e-mail da Ouvidoria (ouvidoria.judiciaria@tjpa.jus.br), via portal Fale Conosco do TJPA, e enviadas pela Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça.

NOVAS BASES

Convênio que garante trabalho a detentas no TJPA é renovado

Acordo assegura vagas também para quem está em livramento condicional



pós três anos garantindo oportunidade de trabalho às internas do Centro de Reabilitação Feminino, na digitalização de documentos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) foi renovado, em 2017, em novas bases. A principal delas é a transferência da gestão financeira dos recursos do convênio para o TJPA; também poderão ser incluídos no projeto os apenados em Livramento Condicional; e, finalmente, foi fixado um tempo máximo de dois anos para cada reeducando manter o direito à vaga no convênio.

Durante reunião para informá-los sobre as mudanças, foi possível obter um retorno a respeito do trabalho que fazem, avaliado positivamente por eles próprios e pelos funcionários do TJPA que dividem com eles as tarefas cotidianas do trabalho de digitalização de processos na Justiça



RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO DO COMEÇAR DE NOVO INCLUIU A POSSIBILIDADE DE ENVOLVER NO PROJETO DETENTOS QUE ESTÃO EM LIVRAMENTO CONDICIONAL.



ERIKATUNES

O Des. Ricardo Ferreira Nunes, Presidente do TJPA, fala durante a renovação do convênio do projeto Começar de Novo, entre o Judiciário do Pará e a Susipe

Campanha busca abrir oportunidades de trabalho

O trabalho é a forma mais eficiente de restabelecer a dignidade humana e ressocializar a população carcerária. Por acreditar nisso, o Projeto Começar de Novo lançou uma campanha pela empregabilidade dos egressos do sistema penal.

O objetivo é mostrar que a oportunidade de trabalho reduz a reincidência criminal e, como consequência, diminui a violência no Estado, além de conquistar a sociedade paraense para essa causa e sensibilizar os empresários para a importância de se abrir vagas de trabalho a presos do regime semiaberto, aberto e egressos do sistema penal.

Com apoio do Departamento de Comunicação do TJPA criou-se a logomarca do Projeto Começar de Novo, folder, banner e um vídeo de divulgação e sensibilização da sociedade por oportunidades de trabalho a ex-presos.

Parceria firmada com o Conselho de Jovens Empresários do Pará (Conjove) assegurou a divulgação da finalidade e ações do Projeto Começar de Novo junto ao empresariado jovem local.

O juiz-coordenador e a equipe do projeto mantêm agenda de palestras em empresas, órgãos públicos e instituições educacionais, com objetivo de divulgar o projeto e ampliar parcerias.



Ex-presos criam uma cooperativa de reciclagem

*Projeto Reciclando Lixo,
Transformando Vidas envolve
egressos do sistema penal no
mercado de reaproveitamento
de resíduos sólidos*

gurar apoio à Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Resíduos Sólidos do Estado do Pará (COTCRESPA), criada por iniciativa de egressos do sistema penal que fizeram curso pelo Começar de Novo.

A inclusão de egressos no mercado de trabalho é o foco do projeto “Reciclando Lixo, Transformando Vidas”, cujo objetivo é inserir egressos do sistema penal no mercado da coleta e reciclagem de resíduos sólidos, a partir de uma cooperativa

O projeto tem três fases: seleção dentre os cadastrados no Projeto Começar de Novo; cursos de capacitação profissional e encaminhamento a órgãos públicos, empresas e cooperativas da coleta seletiva de materiais recicláveis no Município de Belém e Região Metropolitana

A equipe do projeto se reuniu com as secretarias municipais de Saneamento (Sesan) e Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) para asse-

MICROCRÉDITO

Um bom resultado do trabalho do projeto Começar de Novo foi a inclusão, este ano, de dois reeducandos entre os pequenos empreendedores assistidos pelo Fundo Ver o Sol, da Prefeitura de Belém, que receberam microcrédito para iniciarem seus microempreendimentos em busca da autonomia financeira.

De janeiro a novembro de 2017, nove reeducandos também foram encaminhados para dar continuidade aos estudos, nas redes públicas de ensino básico, com objetivo de melhorar a escolaridade e ampliar suas chances no mercado de trabalho

Seminário pauta o preso com transtorno mental

O I Seminário de Políticas de Saúde para Pessoas com Transtorno Mental em Conflito Com a Lei: Experiências da Equipe de Acompanhamento Psicossocial e inclusão social foi um marco para o debate sobre novos arranjos à condução da política de saúde mental voltada às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Foi uma oportunidade também de expor práticas exitosas de reinserção social

ÉRIKA NUNES

de pacientes egressos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Pará.

O evento foi realizado em 22 de maio, no auditório do Fórum Cível, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (Sespa), e reuniu atores engajados neste tema, servidores que trabalham com a política de atenção à saúde mental e demais interessados para debater a temática com os palestrantes.

Em 11 de setembro, o juiz-coordenador do projeto Começar de Novo participou como palestrante no Workshop “Políticas Públicas e o Direito das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social”, promovido pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, da Sespa. O tema abordado foi a vulnerabilidade do encarcerado e do egresso.



Seminário promovido em parceria com Secretaria de Saúde Pública tratou da situação de presos com transtornos mentais em conflito com a lei

RICARDO LIMA

*Juiz Cláudio Rendeiro,
com equipe do Começar
de Novo e representantes
de instituições parceiras,
na entrega dos cinco
mil livros arrecadados
durante campanha*



Campanha arrecadou cinco mil livros para sete casas penais

Mobilizar a sociedade para arrecadar livros e doá-los às casas penais. Esse foi o objetivo da campanha para equipar as bibliotecas carcerárias, conforme determina a Lei de Execução Penal.

A campanha para arrecadar livros envolveu divulgação no Portal do TJPA, eventos em instituições acadêmicas e profissionais e a apresentação do personagem Epaminondas Gustavo.

O resultado foi a entrega, em 2017, de mais de cinco mil exemplares de diversas obras - didáticas, científicas, jornalísticas e literárias -, arrecadadas por meio da campanha.

Os livros foram enviados às sete casas penais que mantém suas bibliotecas em funcionamento: Centro de Recuperação do Coqueiro, Centro de Recuperação Feminino, Centro de progressão Penitenciário II, Centro Penitenciário Agrícola de Santa Izabel e o Polo de Marituba - composto por três penitenciárias.



Câmara outorga medalha dos Direitos Humanos ao “Começar de Novo”

O reconhecimento público do trabalho feito pelo projeto Começar de Novo está expresso na Outorga da Medalha de Direitos Humanos “Jaime Teixeira” pela Câmara Municipal de Belém ao juiz-coordenador do projeto, por meio de decreto legislativo municipal do dia 31 de outubro de 2017.

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

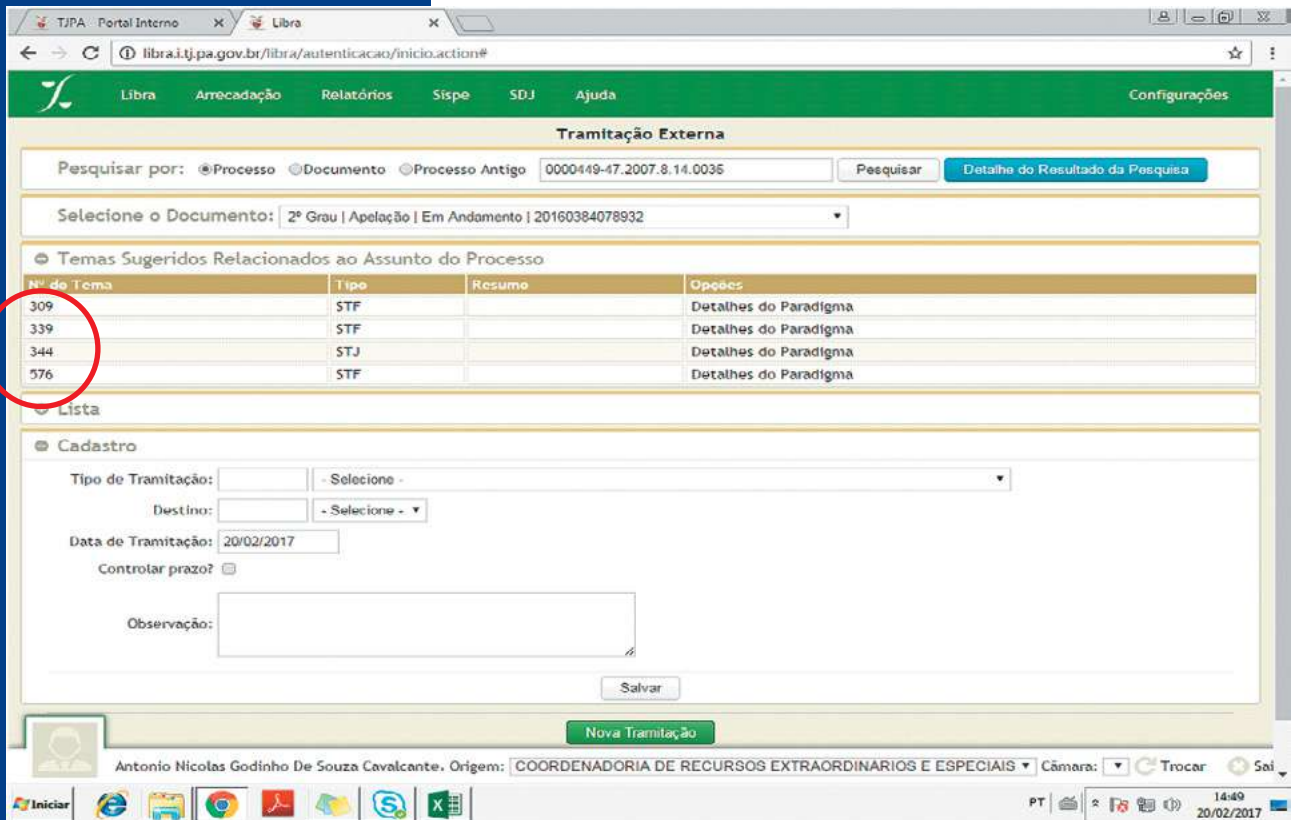
Inovações melhoram controle de processos submetidos à sistemática dos recursos repetitivos

Planilhas detalhadas permitem a verificação de temas e processos a eles relacionados para aplicação pelo magistrado



Ouve um salto de qualidade no controle dos processos submetidos às sistemáticas dos repetitivos, cuja coleta de informações em planilhas foi aprimorada pela inserção de informações que atestem os temas aplicados, os processos a eles vinculados e, como incremento, a demonstração do tipo de decisão e os efeitos dela decorrentes. O detalhamento aumenta a transparência e o controle das atividades, catalogando informações dos processos, os temas a eles relacionados e o encaminhamento dado a cada um.

Matérias publicadas periodicamente no site do Tribunal de Justiça do Pará e a criação de um banner fixo na página principal, que direciona à página da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais, foram algumas das ações adotadas para aumentar a divulgação e fomentar a aplicabilidade dos precedentes judiciais. A página concentra relevantes informações sobre as atividades desenvolvidas e especificidades da temática, sempre visando a dar notoriedade ao usuário e ao operador do direito sobre o tema.



**INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
PERMITE QUE
O LIBRA INDIQUE
OS TEMAS DE
REPERCUSSÃO
GERAL AFETOS
A CADA PROCESSO
QUANDO
REALIZADA
A CONSULTA
PROCESSUAL.**

Sistema Libra fornece ao usuário que faz a consulta processual os temas de repercussão geral relacionados a cada processo, facilitando a aplicação da sistemática dos precedentes judiciais

Uma inovação tecnológica permitiu que o Sistema de acompanhamento processual Libra indique os temas de repercussão geral afetos a cada processo, quando realizada a consulta processual pelo usuário, possibilitando a eventual aplicação pelo magistrado, a fim de facilitar a familiaridade com os precedentes judiciais.

Capacitação envolveu nove polos e oito unidades judiciais

Para capacitar força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas, conforme determina o Plano de Gestão 2017-2019, foram organizadas visitas às unidades judiciais de 1º e 2º grau, com o objetivo de interagir e, por meio de rodadas de conversa, capacitar os servidores e magistrados no tratamento adequado dos processos repetitivos.

A capacitação é feita com informações sobre a dinâmica de trabalho dos precedentes judiciais. Em cada unidade, foram levantados novos destinatários de e-mail para cadastro na lista da mala direta enviada periodicamente pela Coordenadoria com informações relevantes. Durante o ano de 2017, cumpriu-se a seguinte programação de vistas:

Visitas às Unidades Judiciais do Interior

- › Polo de Paragominas – 6 Comarcas
- › Polo Marajó – 14 Comarcas
- › Polo de Redenção – 8 Comarcas
- › Itaituba
- › Polo de Capanema – 14 Comarcas

Visitas às Unidades Judiciais da RMB

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| › Castanhal | › 4ª Vara do Juizado Especial Cível |
| › 30 gabinetes dos desembargadores | › 10ª Vara do Juizado Especial |
| › Juizado da Fazenda Pública | › 7ª Vara do Juizado Especial |
| › Comarca de Santa Izabel do Pará | › 8ª Vara do Juizado Especial |
| › 3ª Vara do Juizado Especial Cível | |



Ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro, do STJ, falou sobre a sistemática dos precedentes judiciais, em Belém

RICARDO LIMA

Ministros do STJ dão palestra sobre precedentes em Belém

O Superior Tribunal de Justiça apresenta aos Tribunais a sua metodologia de gestão dos precedentes judiciais. A visita ao TJPA ocorreu no dia 27/10/2017, na qual estiveram presentes os ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Paulo Dias de Moura Ribeiro, e o Assessor Chefe do Nugep do STJ,

Marcelo Ornellas Marchiori. Eles expuseram a experiência daquele Tribunal com a gestão dos precedentes judiciais em evento organizado pela Escola Superior da Magistratura, com o apoio da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais. O público foi de aproximadamente 200 pessoas.

FORMAÇÃO

ESM capacitou mais de 2,4 mil alunos em 2017

Cursos regulares, de extensão e a distância fazem parte do processo de educação contínua no Judiciário



Escola Superior da Magistratura (ESM) do Estado do Pará capacitou, desde o início da gestão até novembro de 2017, 2.486 alunos em cursos regulares e eventos de extensão. Foram concluídos 43 cursos regulares, abordando institutos do novo Código de Processo Civil, direitos humanos, direito ambiental, direito agrário, direito registral e notarial, direito de família, direito tributário, judicialização da saúde e conciliação, totalizando 1.590 horas/aula e 1.255 alunos certificados, sendo 218 magistrados, 927 servidores e 110 outros participantes.

Os eventos de extensão compreendem a conferência magna de abertura do ano letivo, a exibição de filmes e documentários seguidos de debates, a semana jurídica, os simpósios e demais eventos em parceria com a Coordenadoria dos Recursos Extraordinários e Especiais do TJPA, Associação dos Magistrados do Estado do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Escola Paulista de Magistratura. Nestes eventos, 1.231 participantes foram certificados, totalizando 207 horas/aula.

RICARDO LIMA



Conselheiro Rogério Nascimento, do CNJ, proferiu a Conferência Magna na abertura do ano letivo da Escola Superior da Magistratura, sobre a situação do sistema carcerário



**A ESCOLA DA
MAGISTRATURA
EXECUTOU,
AINDA, O
PROJETO DE
INTERIORIZAÇÃO,
COM SETE CURSOS
PROMOVIDOS EM
CIDADES POLOS
DO JUDICIÁRIO EM
DIFERENTES
REGIÕES DO
ESTADO.**

Em 2017, onze novos magistrados do TJPA participaram do curso de formação inicial para o vitaliciamento, de acordo com exigência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Foram 575 horas/aula, envolvendo questões teóricas e práticas sobre a magistratura. Os novos alunos foram acompanhados por quatro juízes do TJPA que atuaram como tutores das ações práticas.

A Escola da Magistratura executou, ainda, o projeto de interiorização, com sete cursos em cidades polos do TJPA, entre as quais Marabá, Santarém e Altamira, capacitando 202 alunos nos cursos de aplicabilidade da Lei Maria da Penha, crimes contra a vida e a atuação do oficial de justiça na prestação jurisdicional.

Além disso, 85 magistrados e servidores do TJPA concluíram o curso de Direito Agrário, Ambiental e Minerário realizado pela Escola Superior de Magistratura durante os meses de maio, junho e julho de 2017. O curso foi semipresencial, com carga-horária de 120 horas/aula, e observou a determinação do artigo 167, §5º da Constituição do Pará, que indica como pressuposto à titularização das Varas Agrárias aprovação em curso sobre o assunto, organizado pela ESM. Atualmente, o TJPA já instalou cinco Varas Agrárias nas Comarcas de Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém e Altamira, municípios nos quais foram realizadas as etapas presenciais do curso, impulsionando o projeto de interiorização.

Cursos de ensino a distância (EaD) são metas da gestão e, atualmente, está em andamento um sobre improbidade administrativa, em parceria com a ENFAM, com a participação de 40 alunos, dentre magistrados e servidores do TJPA. Para 2018, há a previsão de mais 6 cursos em EaD, em parceria com a ENFAM, e outros organizados pela própria ESM.

Coral formado por egressas do sistema penal se apresenta durante a Conferência Magna da Escola Superior Superior da Magistratura



Relatório Evento/Extensão – ESM/PA – Ano Letivo 2017

Realizados pela Escola Superior Da Magistratura / Coordenação: Esm

EVENTOS/ EXTENSÃO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
1 - Workshop - Aprendendo a Trabalhar com o Moodle	27	20h/a
2 - Conferência Magna 2017	281	4h/a
3 - Filme Orações Para Bobby	36	4h/a
4 - Palestra Expansividade e Desafios dos Direitos Humanos	125	4h/a
5 - Exibição e Debate: Direitos Humanos e Acesso à Terra	23	4h/a
6 - Semana Jurídica	221	20h/a
7 - Ciclo de Palestras: Tema “A Eficácia das Decisões Judiciais - Sistemática da Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Ird, Tutela Provisória e Resolução Nº 235 Do Cnj”	42	8h/a
8 - Palestra: A Proteção do Patrimônio Religioso no Estado do Pará	9	4h/a
Total De Participantes	764	68h/a

Realizados: Escola Superior da Magistratura / Parcerias

Em Parceria: Coordenadoria Dos Recursos/Coordenadoria De Triagem De Recursos Extraordinário E Especial

1. Evento “Metodologia de Gestão de Precedentes com a Integração do STJ e dos Tribunais de Segunda Instância”	139	4h/a
---	-----	------



RICARDO LIMA

EVENTOS/ EXTENSÃO

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES CARGA HORÁRIA

Em Parceria: Associação dos Magistrados do Estado do Pará – Amepa / Associação dos Notários e Registradores so Estado do Pará Anoreg/Pa

1. Simpósio Notarial E Registral	98	15h/a
----------------------------------	----	-------

Em Parceria: Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude – Ceij

1. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	12	10h/a
2. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	34	10h/a
3. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	32	10h/a
4. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	12	10h/a

Em Parceria: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec

1. Curso de Mediação Judicial	20	40h/a
-------------------------------	----	-------

Cursos em Parceria com a Escola Paulista da Magistratura – EPM

1. Seminário: “Aspectos Processuais da Repressão aos Crimes Econômicos”	20	Online
---	----	--------

Eventos/ Extensão - Parcerias- Total de Participantes	228	95h/a
---	-----	-------

Total de Participantes	1.131	163h/a
------------------------	-------	--------

Formação e capacitação alcançam 2.778 servidores

Foram promovidos 71 cursos no período, com carga horária de 1.213 horas aula, presenciais e a distância, envolvendo 2.778 servidores capacitados.

Uma novidade desta gestão é o Programa de Desenvolvimento em Técnicas de Gerenciamento e Liderança para magistrados e diretores de secretarias das unidades judiciárias da capital e do interior, iniciativa prevista para 2017 e 2018. O objetivo é ampliar o compromisso e a compreensão das melhores práticas gerenciais, entre os que atuam na

gestão do desempenho dos servidores, e estimular conduta funcional de liderança na melhoria dos processos de gestão da administração pública. Esse trabalho técnico está previsto no Planejamento Estratégico 2015-2020, no Macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas.

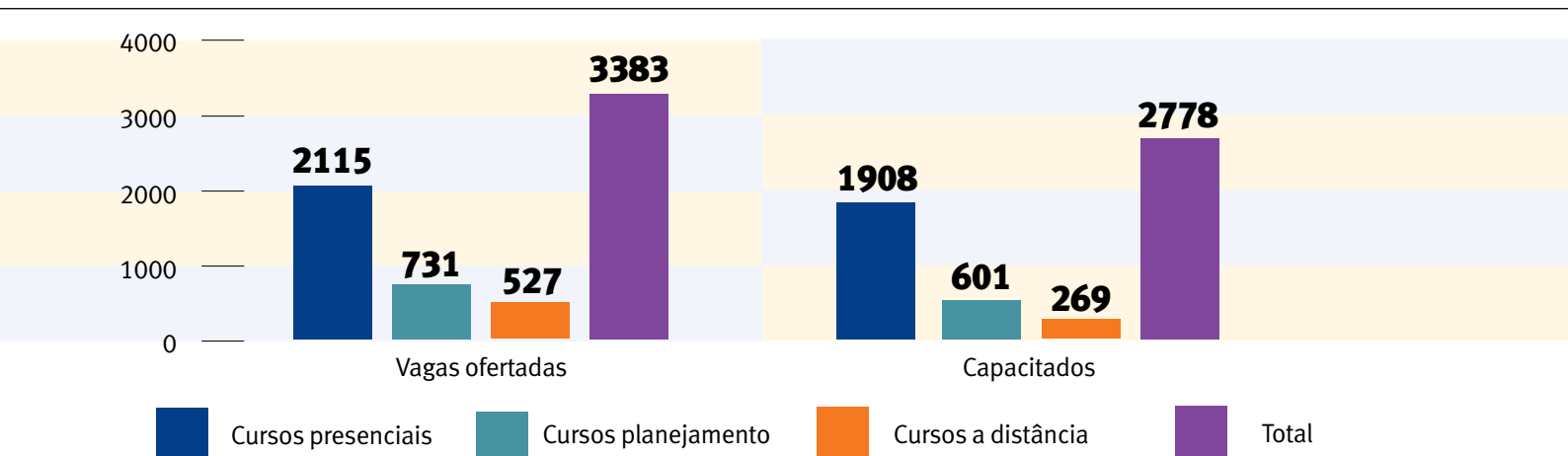
Em 2017 houve seis turmas, duas das quais em Belém, duas em Castanhal, uma em Altamira e uma em Santarém, com a participação de 20 magistrados e 140 servidores.

Cursos Presenciais e a distância oferecidos

MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS OFERTADAS	SERVIDORES CAPACITADOS
Cursos presenciais in company	588	2115	1908
Cursos presenciais previstos no Planejamento Estratégico	345	731	601
Cursos na modalidade EAD	280	527	269
TOTAL	1.213	3.383	2.778

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA

Somatório Cursos Presenciais e a distância oferecidos



FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA



ÉRIKA NUNES

Modalidade presencial – *In company*

Demonstrativo de Cursos *in company* oferecidos pelo TJPA, Carga Horária, Nº de Inscritos e Servidores Capacitados em 2017.

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES
Ambientação de novos servidores	16	3
A Arte de Celebrar! Porque as Pessoas Fracassam nas Metas de Virada de Ano	2	17
Fortalecimento do Poder Judiciário Paraense eu Novo Regimento de Custas	8	49
Patrimônio GRP e ERP (THEMA)	20	17
PJE - Benevides	4	30
Coaching: Exercitando a Autoliderança	20	30
A entrega voluntária de crianças para adoção e o trabalho em rede	4	153
Formação de Brigada de incêndio - Altamira	20	44
Seminário - Redução da Maior Idade Penal e seus registros processuais	4	42
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	20	29
Mediação - Parauapebas	20	20
Direito penal - Dos Crimes contra Administração Pública	20	17
Gestão de Conflitos Interpessoais	20	31
Palestra - Educação X Tecnologia - Os Desafios da Família no Século XXI	4	84
Ação Rescisória e Recursos	20	6
Colóquio sobre Políticas Públicas de Direitos Humanos	4	122
E-Social na Administração Pública	20	34
Ciclo de Palestras - O Combate à Violência Doméstica	4	106
O Fortalecimento do Poder Judiciário Paraense e o Novo Regimento de Custas - Xinguara	8	33

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES
Excludentes no Direito Penal	20	13
Formação de Brigada de incêndio - Santarem	20	36
III Jornada de Direitos Humanos - Altamira	24	279
Novo Regimento de Custas - Xinguara	8	33
Programação Neuro Linguística (PNL)	20	22
Ambientação de Novos Servidores	24	38
Biblioteca Digital Proview	4	24
Governança e Gestão de Risco	20	33
Informática Básica - Planilha de Cálculos	20	6
IV Jornada de Direitos Humanos - Santarém	24	180
Seminário - Suicídio, conhecer para prevenir	4	74
Tutelas Coletivas	20	10
Business Objects	20	7
Instrução Normativa - IN05	20	10
Estrutura e Funcionamento Grupal	4	15
Oficina de Debate sobre Violência de Gênero	4	40
Seminário - O direito à convivência familiar	4	142
Saúde e Espiritualidade	2	25
Avaliação e Mensuração de Ativos no Setor Público	20	24
Palestra - Gestão de Pessoas baseada em Liderança Positiva	4	30
Ambientação de Novos Servidores	24	60
Atualização sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	20	24
Informática Básica - Editor de Texto	20	24
TOTAL DE CURSOS - 42	588h	1.908

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA

Modalidade presencial

Demonstrativo de Cursos incluídos no Planejamento Estratégico do TJPA e realizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES
Ciclo de Palestra – O novo CPC em Debate - Paragominas	8	22
Ciclo de Palestra – O novo CPC em Debate - Breves	8	18
Ciclo de Palestra - O Novo CPC em Debate - Redenção	8	36
Ciclo de Palestra - O Novo CPC em Debate - Itaituba	8	24
Técnica de Gerenciamento e Liderança (Turma 1A) - Belém	15	35
Técnica de Gerenciamento e Liderança (Turma 2A) - Belém	15	22
Técnica de Gerenciamento e Liderança (Turma 3A) - Altamira	15	30
Ciclo de Palestra - O Novo CPC em Debate - Capanema	8	32
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 1B) - Belém	15	29
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 2B) - Belém	15	18
Gestão de Riscos - 1º Workshop	24	32

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES
Ciclo de Palestra - O Novo CPC em Debate - Capanema	8	28
Visão Sistêmica - Bragança	20	19
Visão Sistêmica - Xinguara	20	29
Gestão de Riscos - 2º Workshop	24	38
Visão Sistêmica - Belém	20	23
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 3B) - Altamira	15	26
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 4A) - Castanhal	15	23
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 4B) - Castanhal	15	21
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 5A) - Castanhal	15	26
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 5B) - Castanhal	15	17
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 6A) - Santarém	15	21
Gestão de Riscos - 3º Módulo	24	32
TOTAL DE TURMAS - 20	345h	601

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO

Técnicas de Gerenciamento e Liderança

CURSO	SERVIDORES	MAGISTRADOS
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 1) - Belém	31	4
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 2) - Belém	16	6
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 3) - Altamira	25	5
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 4) - Castanhal	21	2
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 5) - Castanhal	25	1
Técnicas de Gerenciamento e Liderança (Turma 6) - Santarém	19	2
TOTAL	140	20

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA

Modalidade a distância

Demonstrativo de Cursos on line oferecidos pelo TJPA, Carga Horária, nº de vagas e servidores capacitados em 2017

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES
Apadrinhamento Afetivo - Conta Comigo - Turma 01/2017	30	19
Docência Online - Turma 01/2017	30	15
Depoimento Especial e a Escuta de Crianças no Sistema de Justiça	30	19
Processo Penal	30	16
Apadrinhamento Afetivo - Conta Comigo - Turma 02/2017	30	11
Preparação de Pretendentes à Adoção	40	24
Formação Inicial em Justiça Restaurativa	30	32
Improbidade Administrativa	30	100
Introdução ao Direito da Criança e do Adolescente	30	33
TOTAL	280h	269

FONTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL / SERVIÇO DE TREINAMENTO / TJPA

AGENDA

Viagens do Presidente deram prioridade ao interior do Estado

Dos 15 compromissos externos, nove foram no Pará e seis nacionais



Entre março e novembro de 2017, o Presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, fez um total de 15 viagens, sendo nove para o interior do Pará, em visita a unidades judiciais de Comarcas de várias regiões, durante as quais conversou com servidores e magistrados sobre as principais necessidades das Varas, participou de eventos, supervisionou obras em andamento e discutiu projetos e propostas do Plano de Gestão 2017-2019.

Em maio, ele participou do Mutirão da Saúde promovido pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), em Mosqueiro, onde apresentou o projeto do

novo Fórum Distrital, que está sendo construído na parte frontal do prédio atual.

Em julho, ele participou do curso de Liderança promovido também pela SGP, em Altamira, na região do Xingu, e aproveitou a oportunidade para visitar a Comarca de Anapu.

No mesmo mês, esteve também em Paragominas, no sudeste do Pará, e em Tomé-Açu, na região nordeste do Estado, onde apresentou o projeto piloto de segurança para os fóruns de Comarcas do Estado.

Em agosto, ele esteve em Marabá e Jacundá, no sul do Pará, e também em Santarém, neste último município para participar de um evento a convite do

ÉRIKA NUNES



Em Benevides, Presidente acompanhou mutirão de conciliação e visitou unidades judiciárias na região



**NAS VISITAS, ELE
CONVERSOU COM
MAGISTRADOS
E SERVIDORES
SOBRE AS
NECESSIDADES
DAS VARAS,
PARTICIPOU
DE EVENTOS,
SUPERVISIONOU
OBRAS E
DISCUTIU O PLANO
DE GESTÃO.**

Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Em setembro, ele esteve em Parauapebas e supervisionou o andamento das obras de expansão do Fórum da Comarca do município do sudeste do Estado, dentre outros compromissos.

Em outubro, ele participou da pedalada que marcou o encerramento do Projeto Cidadania Total na Comarca de Augusto Corrêa, no nordeste do Pará

Em novembro, ele esteve à frente da visita técnico-institucional à Comarca de Paragominas, no sudeste do Estado. Abaixo, um resumo dos compromissos nacionais e estaduais do Desembargador Presidente Ricardo Ferreira Nunes, com as respectivas datas, mês a mês.

GABINETE E JUÍZES AUXILIARES

Em 2017, o Gabinete da Presidência recebeu e despachou um total de 8,8 mil expedientes administrativos e os gabinetes dos juízes auxiliares emitiram 1,6 mil documentos, entre despachos, memorandos, ofícios, requerimentos e processos, conforme os quadros abaixo.

Documentos despachados pelo Gabinete da Presidência

REFERÊNCIA	QTD	REFERÊNCIA	QTD
Fevereiro	889	Julho	834
Março	1.111	Agosto	934
Abril	850	Setembro	933
Maio	1.246	Outubro	887
Junho	804	Novembro*	396
		TOTAL	8.884

FONTE: GABINETE DA PRESIDÊNCIA / TJPA *Dados até 20/11/2017

VIAGENS DO PRESIDENTE

Março/2017

> Brasília (06 a 07) – Reuniões pelo Colégio de Presidentes de TJs, no Congresso e no Planalto.

Maio/2017

> Reunião com a Presidência do CNJ (12/05).
> Fórum do Distrito de Mosqueiro – Mutirão de Saúde da SGP (25/05).
> 111º Encontro do Colégio de Presidentes em Salvador (31/05 a 03/06).

Julho/2017

> Visita ao Fórum de Altamira para o curso de Liderança da SGP e visita à Comarca e Anapu (02 a 04/07/2017).
> Visita ao Fórum de Paragominas (12 a 13/07).
> Visita ao Fórum de Tomé-Açu (26 a 27/07).

Agosto/2017

> Visita às Comarcas Marabá e de Jacundá, com

participação em evento da Infância nesta última (02 a 04/08).

> Visita ao Fórum de Santarém e abertura de evento do TCM na referida cidade (07 a 07/08).

> Visita ao Fórum de Parauapebas (28 a 29/08).
Setembro/2017:

> 112º Encontro do Colégio de Presidentes (14 a 16/09).

Outubro/2017

> Viagem para Brasília, para participar de Workshop sobre a Resolução nº 219/2016-CNJ (03 a 04/10).

> Reunião com a Presidência do CNJ (20/10).

> Participação na Pedalada da Cidadania Total IV, que marcou o encerramento do Projeto Cidadania Total na Comarca de Augusto Côrrea (28/10).

Novembro/2017

> 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário (20 a 21/11/2017).

Visita Técnica Institucional da Presidência a Paragominas (23 a 24/11/2017).

DIVULGAÇÃO



Presidente, ao lado de secretários, ouve servidora do Fórum de Santarém sobre demandas da Comarca

Documentos criados e emitidos pelo gabinete dos juízes auxiliares da Presidência

Relatório de documentos criados na lotação “Gabinete de Juiz Auxiliar”
Período: 1/1/2017 - 7/11/2017

DOCUMENTO	QUANTIDADE	DOCUMENTO	QUANTIDADE
Despacho	1.369	Requerimento	21
Memorando	221	Processo	1
Ofício	32	Total	1.644


Relatório quantitativo de documentos criados na lotação “Gabinete de Juiz Auxiliar” por subscritor
Período: 1/1/2017 - 7/11/2017

JUIZ AUXILIAR	DESPACHOS
Lúcio Barreto Guerreiro	2.882
Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices	2.066

MÍDIAS

Crescimento de seguidores do TJPA nas redes sociais foi de 21% no período de um ano

Mulheres se mantêm como o segmento de público que mais acessa o perfil do TJPA no Facebook



o período de um ano entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, a página oficial do Tribunal de Justiça do Pará no Facebook, uma das mídias sociais em que o Tribunal mantém perfil, saltou de 9.137 para 11.477 seguidores, um aumento de 21% no número de pessoas que acessaram a página no período.

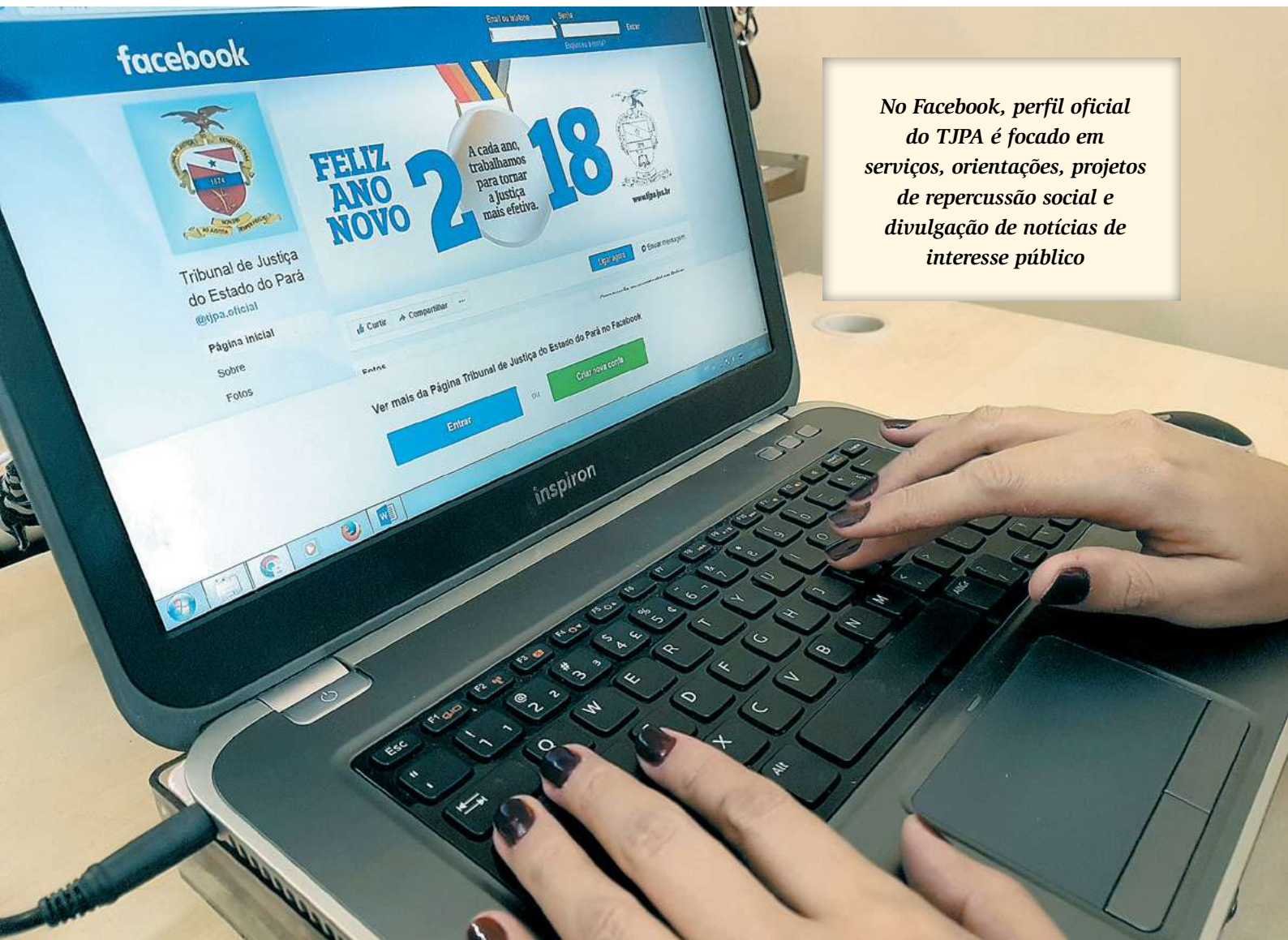
A interação com os internautas aproximou o Poder Judiciário da sociedade, não só no que diz respeito ao engajamento do público que curte e compartilha os posts, mas também ao informar e orientar o público sobre questões específicas que chegam por meio das ferramentas de trocas de mensagens do próprio Facebook

Para atender a essa demanda, o conteúdo da

maioria das 421 postagens de 2017 foi focado em serviço, orientações, projetos de repercussão social e divulgação de notícias de interesse público, com a produção de banners e vídeos para dar apoio visual e audiovisual às mensagens.

O *post* recordista foi publicado em 1º de novembro de 2017 e anunciava a posse de 73 novos servidores do TJPA. A publicação alcançou 17.864 pessoas e provocou 409 reações (curtidas, comentários e compartilhamentos).

As mulheres compõem a maioria do público seguidor, representando 60% das pessoas que acessam a página. Já a principal faixa etária, tanto entre homens quanto em mulheres, se concentra entre internautas de 25 a 34 anos.



No Facebook, perfil oficial do TJPA é focado em serviços, orientações, projetos de repercussão social e divulgação de notícias de interesse público



POST RECORDISTA FOI PUBLICADO EM 1º DE NOVEMBRO DE 2017 E ANUNCIAVA A POSSE DE 73 NOVOS SERVIDORES DO TJPA.

ÉRIKA NUNES

NOTÍCIAS

O conteúdo e o monitoramento das mídias sociais são algumas das responsabilidades da Coordenadoria de Imprensa, vinculada ao Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Em 2017 foram produzidas 1.709 matérias, entre reportagens e notas, para os portais Externo e Interno do Judiciário. Desse quantitativo, 1.151 foram destinadas ao portal Externo, 296 para o portal Interno, e 262 para ambos portais.

De janeiro a dezembro, 3,1 mil notícias foram publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará e nos sites ORM News, G1 Pará, Diário On-line (DOL) e Conselho Nacional

ÉRIKA NUNES

de Justiça (CNJ), com referência ao Poder Judiciário do Pará. A média é de 258 matérias por mês. Desse quantitativo, 2,1 mil foram publicações impressas e 994 publicações digitais.

Das 3,1 mil notícias, 2,4 mil foram espontâneas e 634 provocadas diretamente pela Coordenadoria de Imprensa. Com relação ao tratamento dado à notícia pela imprensa, 605 foram positivas, 2.260 neutras e 236 negativas.

WEB RÁDIO JUS

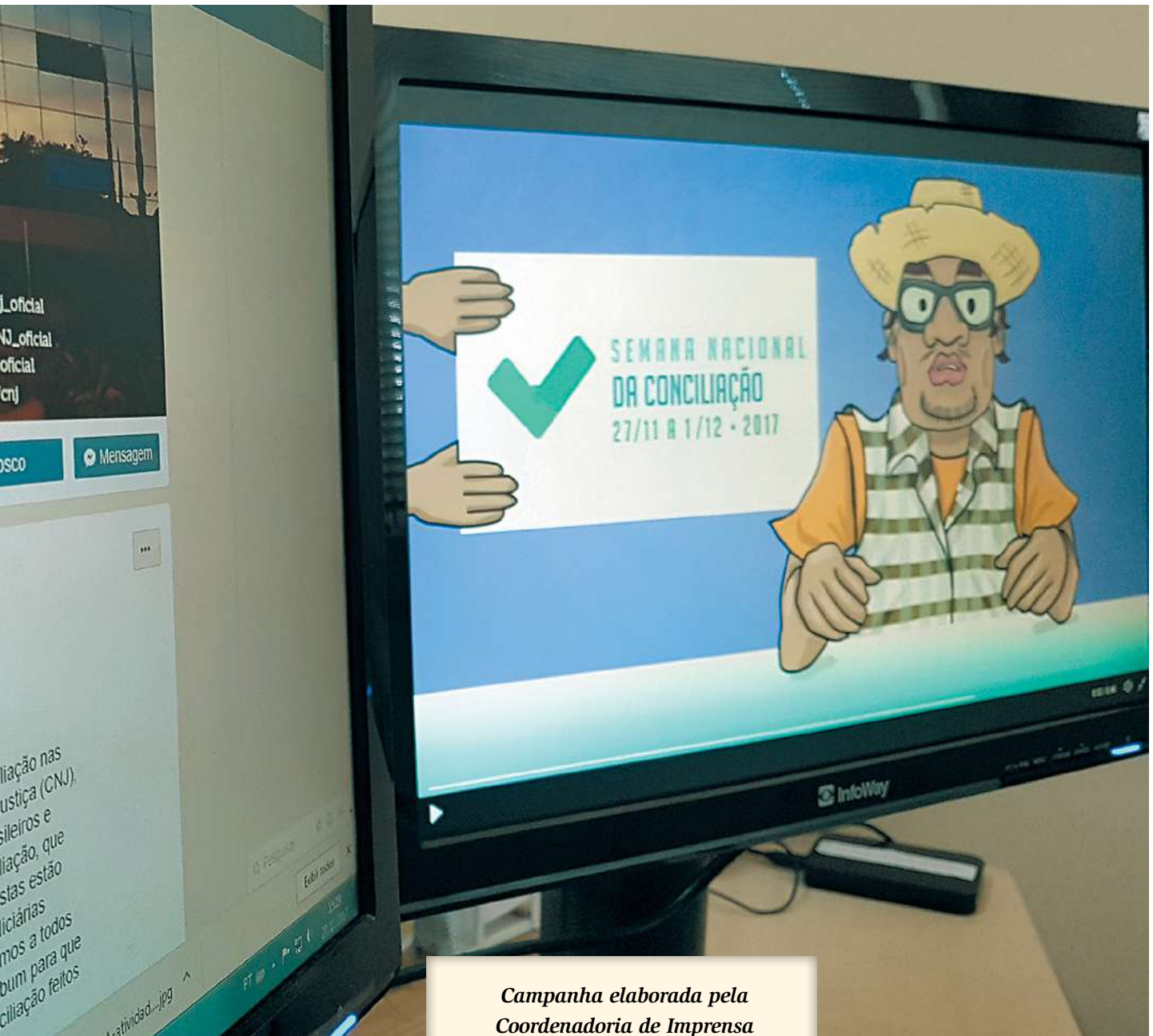
A Web Rádio Jus, unidade vinculada à Coordenadoria de Imprensa, produziu 1.393 matérias, entre reportagens e notas, no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, com a média mensal de 116 matérias.

O material produzido teve o total de 223.572 acessos (média mensal de 18.631) pelo site da Web Rádio Jus, pelo site da Agência do Rádio Brasileiro (contratada do serviço) e pelo envio do *mailing* na área de abrangência de 26 Estados e o Distrito Federal, em 11.542 vezes pelos municípios brasileiros, o que representou o acesso médio mensal de 961 municípios.

No Estado do Pará, o material produzido pela Web Rádio Jus foi veiculado por 536 emissoras de rádio, sendo acessado 317 vezes pelos municípios paraense, o que representou a média mensal de 26 municípios alcançados. Os acessos foram de rádios AM, FM, OC (ondas curtas) e Web, entre comerciais, comunitárias e educativas, nos segmentos comerciais, comunitárias e educativas.



A Coordenadoria de Imprensa produz e divulga, organiza e monitora a veiculação de notícias sobre o Poder Judiciário, nos veículos internos e externos de comunicação, além de promover o intercâmbio de informações com a comunidade jurídica e a sociedade.



Campanha elaborada pela Coordenadoria de Imprensa do TJPA, para a Semana Nacional de Conciliação, com o personagem Epaminondas Gustavo, foi selecionada para a vitrine do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), iniciativa de valorização do conteúdo produzido pelos tribunais do País

CERIMONIAL

Concurso literário e visitas guiadas foram algumas novidades do exercício

Livro distinguiu talentos do Judiciário em contos, crônicas e poesias



ÉRIKA NUNES



1º Concurso Literário do TJPA e o projeto Visita Guiada ao Edifício Sede – QR Codes foram algumas das iniciativas criadas e desenvolvidas pela Coordenadoria de Cerimonial do TJPA no exercício de 2017. O concurso literário distinguiu escritores do Judiciário em três categorias - contos, crônicas e poesias -, registrando em um livro os três primeiros colocados de cada categoria, além de outros autores selecionados.

A Coordenadoria de Cerimonial está vinculada ao Departamento de Comunicação e é responsável por planejar, organizar e coordenar eventos jurisdicionais e ações em diferentes áreas do Judiciário, providenciando e estruturando espaços e ambientes a serem utilizados.

Acompanha também as agendas da Presidência, e garante apoio às atividades públicas e internas de todas as áreas e gestões específicas, em que se inclui

a função precursora e posterior acompanhamento de magistrados a eventos institucionais externos, como sessões solenes, audiências públicas e recebimento de homenagens e honrarias.

No âmbito institucional, há posses e promoções de magistrados, posse e homenagens a servidores, a agenda social em movimentos de apoio e auxílio a crianças, adolescentes, idosos e pessoas carentes em geral, além de coordenar as peregrinações e acolhimento de romeiros nas festividades nazarenas.

Foram 193 eventos organizados e administrados no exercício de 2017, além da produção de cartilhas, livretos, a Revista do Tribunal de Justiça do Pará de nº115, banners de serviços para o Portal, organização das visitas monitoradas, além da produção de leiautes para convites, cartazes, cartões, adesivos e uma série de outros materiais gráficos necessários à comunicação interna e externa do TJPA.



O Des. Ricardo Ferreira Nunes, Presidente do TJPA, com alguns dos escritores premiados no I Concurso Literário do TJPA

Destaca-se também entre as atividades da Coordenadoria de Cerimonial, a gestão de contratos e fiscalização de atas e termos de referência relacionados a eventos.



**CERIMONIAL
PLANEJA,
ORGANIZA
E COORDENA
EVENTOS E AÇÕES
EM DIFERENTES
ÁREAS DO
JUDICIÁRIO,
PROVIDENCIANDO
E ESTRUTURANDO
ESPAÇOS E
AMBIENTES A
SEREM UTILIZADOS.**

Eventos de 2017

MÊS	EVENTOS	CRIAÇÃO DE GRÁFICA	VISITAS MONITORADAS	VISITAS INSTITUCIONAIS
Fevereiro	13			
Março	25	16		
Abril	20	25	03	
Maio	26	23	01	
Junho	23	19		
Julho	6	17		
Agosto	22	34		01
Setembro	19	33	02	01
Outubro	18	11	05	
Novembro	9	26	02	01
Dezembro	12	16	02	
Total	193	204	15	03

FONTE: CERIMONIAL / TJPA

EXPEDIENTE

Coordenação e supervisão editorial
Departamento de Comunicação

Linomar Bahia - diretor

Coordenadoria de Imprensa

João Vital - coordenador

Marinalda Ribeiro - sub-coordenadora

Edição e texto final

Edir Gaya

Edição de arte

Airton Nascimento

Revisão

Lais Zumero

Coordenação técnica

Secretaria de Planejamento,
Coordenação e Finanças

Sueli Lima Ramos Azevedo, secretária

Maria de Nazaré Saleme, secretária adjunta

Departamento de Planejamento,
Gestão e Estatística

Karla Loren Gonçalves, diretora

Raquelita Athias, assessora de planejamento

Jéssica de Bosi Araújo

Kalyna Matos Rocha

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Valéria Athayde Fontelles de Lima, coordenadora

Luciana Sá Fernandes

Luciana Vieira Caliari

